

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS
TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO**

VALDECIR DE CARVALHO

Dissertação de Mestrado

RONDONÓPOLIS

MARÇO DE 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS
TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO**

VALDECIR DE CARVALHO

ORIENTADOR: JORGE LUIZ GOMES MONTEIRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RONDONÓPOLIS
MARÇO DE 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE NOVAS
TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO**

Valdecir de Carvalho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de **Mestre em Geografia**, área de concentração Ambiente e Sociedade, na linha de pesquisa Planejamento e Gestão Territorial.

Aprovado por:

Profº. Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro
Orientador-UFMT

Profº. Dr. Sílvio Moisés Negri
Membro Interno-UFMT

Profº. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva
Membro Externo-UFF

Rondonópolis, 28 de março de 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

XXXX romano a partir daqui

D278t Carvalho, Valdecir de. Territórios da Cidadania e Construção de Novas Territorialidades em Mato Grosso / Valdecir De Carvalho – 2016 iii, 178 f. ; 30 cm.

Orientador: Jorge Luiz Gomes Monteiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Território 2. Política Pública 3. Planejamento Territorial. I. Título

Ficha Catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo autor

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Valdecir de Carvalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - CUR
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgeo.cur@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO"

AUTOR : Mestrando VALDECIR DE CARVALHO

Dissertação defendida e aprovada em 28/03/2016.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Jorge Luiz Gomes Monteiro UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Examinador Interno	Doutor(a)	Silvio Moisés Negri UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Examinador Externo	Doutor(a)	Carlos Alberto Franco da Silva UFF

RONDONÓPOLIS,08/03/2019.

Dedicatória

Aos Profissionais da Educação que, no decorrer desta carreira acadêmica, estiveram ao meu lado desde o Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Universidade, compartilhando conhecimento, ensinando e aprendendo; a todos que passaram pela minha vida acadêmica sintam-se como proprietários desta construção;

À minha mãe Iansã, a senhora dos ventos e tempestades, com sua altivez e valentia só obedece a si própria e sua força de conter os espíritos negativos.

A minha mãe terrena, Virginia de Carvalho, pessoa que aprendi a amar com tempo e que hoje é, sem dúvida alguma, a pessoa que mais amo nesse mundo;

Às minhas irmãs, Olivanda, Valdira e Valdicéia, vocês são especiais para mim, nunca se esqueçam disso;

À minha tia Luísa Correia de Oliveira, que me ensinou a escrever, lembro quando me ensinava com pontilhado, mais queria que eu aprendesse a escrever com a mão direita; sou canhoto;

Às tias, Lurdes, Antônia e Elizete;

Aos irmãos de luta, da Associação Quilombolas do Pita Canudos. Recentemente, descobri ser quilombola e hoje compartilhamos sérias lutas por uma sociedade justa e igualitária, para que o nosso Território seja reestabelecido.

Aos meus avós paternos, Pedro Correia de Oliveira e Vitalina de Oliveira, *in memoriam*; que me criaram desde criança e que me deram a oportunidade de estudar e de ser alguém nesse mundo competitivo e insano;

Aos primos e primas e demais parentes;

À Neli Candido de Oliveira, mulher incrível que convivi maritalmente e que hoje somos bons amigos. Sinta-se homenageada por este trabalho;

A todos amigos e amigas de Cáceres, que vivenciamos muitas loucuras nos bons tempos dos anos 90, e até hoje conservamos uma amizade sincera; sempre que vou para Cáceres nos reunimos para reviver os bons tempos;

Aos amigos da Cidade de Terra Nova do Norte, Neomar Fernando, Robison Lucas, Neymarcos, Luciano Lang, Valdenor, Gilsão, Geison e Gilsinho sintam-se homenageados por este trabalho;

À amiga e conselheira de todas as horas, Hermenegilda Moraes Correia, te admiro muito, por tudo que fez e faz pelas pessoas; sua luta e a forma de viver e nunca desistir de seus sonhos;

agradeço-te pelas inúmeras vezes que você me enxergou melhor do que sou pela sua capacidade de me olhar devagar; já que nessa vida muita gente já me olhou depressa demais;

À amiga Regielma Bentes do Nascimento, pela amizade e pelos momentos fantásticos, compartilhados, e que voltaremos a compartilhar em breve; logo após esta dissertação;

Ao amigo e camarada Ronivalter Souza, pelas longas conversas e planos de conquistar o mundo com uma revolução do proletariado; ainda há tempo camarada;

Ao amigo Jefferson Ribas e esposa Maria da Cruz Santos, o qual me convidou para trabalhar com Educação do Campo em 2007 na Escola Municipal Laranjeiras no Assentamento Laranjeiras, nos Movimentos Sociais na cidade de Cáceres; mesmo sem ver há algum tempo, lembro me bem de seu ato generoso e amigo;

Aos irmãos de sangue que se foram, Evanildo (Vitão) e Sebastião e prima Daiane que não puderam compartilhar este momento;

Ao meu pai Paulo Correia de Oliveira *in memoriam*, que me deixou aos quinze anos; carrego a tua imagem e semelhança, pois sou muito parecido com você;

Aos amigos de infância que se foram, tantos de vocês que me deixaram e das mais variadas formas, sintam-se homenageados.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido professor e orientador, Jorge Luiz Gomes Monteiro, que, pacientemente, me acolheu e justamente no momento em que eu acreditava que tudo estava perdido. Você me ensinou muito do que sei; quase tudo eu diria, direcionou-me e me orientou de fato neste projeto e no maior projeto de todos: a vida. Com ele aprendi a ver meu percurso formativo como um grandioso rio que passa e, assim, percebi que tal como acontece com os rios, é, justamente, nas quedas que a água toma força.

Em um momento acreditei estar prestes a ver o sonho de o mestrado ruir, diante de meus olhos e confesso que o Professor Jorge me deu uma grande oportunidade e, assim depois da tempestade o recomeço veio como um dia calmo de verão. E as águas da vida seguirão seu curso por outros caminhos talvez tortuosos, talvez calmos e enfim chegaremos aos braços do mar; os longos e quase infinitos braços do mar. Pelo levante nesse percalço, a este querido e ilustre professor agradeço com sinceridade e respeito, dizendo que sem ele esta jornada seria senão impossível, muito mais pesada. Com sua ajuda e astúcia diria ainda que foi possível crer muito mais firmemente na possibilidade de haver recomeços, pois recomecei um trabalho que se alterou quase tudo.

E lembrando bem esta perspectiva que aprendi com ele a fazer e na qual felizmente me encontrei, diria que troquei de caminho várias vezes nesse trabalho. Troquei o caminho pelo descaminho. Uma troca que, sem dúvida, me fez mais humano, maior por dentro, pois me permitiu enxergar um mundo flexível, mutante, cheio de descobrimentos, me permitiu ainda enxergar alteridade com outros olhos, quem sabe como quem procura ver as coisas através de um quadro ou de um livro. A este querido professor, meus sinceros agradecimentos.

A Magnífica banca examinadora formada pelos professores: Doutor Silvio Moisés Negri examinador interno, Doutor Carlos Alberto Franco da Silva, Professor Titular da Universidade Federal Fluminense. Ao professor suplente, o Doutor Dimas Moraes Peixinho da Universidade Federal de Goiás.

Aos acadêmicos do 4º ano de Geografia 2015. Nesta turma, fui estagiário na Disciplina de Geografia Urbana, a todos os “Geoloucos”, meus sinceros agradecimentos.

Ao casal Alexandro Campos e Rosana de Marchi, pelas tardes de domingo regadas à um belo almoço e pelas tantas cervejas tomadas no imortal Bar Spin.

Ao amigo e irmão de orientação Sálvio Itamar (xô mano), pelas horas de vivência na sala de estudos.

Ao amigo de muitas pescarias e alguns jantares em sua casa, Theo Gonçalves.

Aos amigos que tivemos a oportunidade de irmos ao Evento da Semana da Geografia na Universidade Estadual de Londrina, Ronivalter, Moises, Manoel Messias e Alex.

À única mulher da nossa turma, Ana Cláudia Sacchi Baldo.

Aos amigos Rubens Petri, Rayane Monteiro, Lucinete e Natielly pela amizade compartilhada e força vontade demonstrada em suas ações.

Ao amigo Darlan, por ceder sua casa em São Carlos durante a SBPC 2015, seu gesto jamais será esquecido.

À Melissa Jarshe, pela amizade e pelas palavras doces que sempre diz.

Ao amigo Edmilson José da Silva, compartilhamos conhecimentos na SBPC 2015, na UFSCAR e na disciplina de Políticas Públicas.

Ao amigo e vizinho Paulo Lemes, pela amizade e pelas longas cervejadas nas noites de folga em Rondonópolis.

Ao Professor Sérgio Sebastião Negri, pela magnífica apresentação do texto de Lukacs. Esse texto e sua aula me fizeram mudar conceitos logo nos primeiros dias de Mestrado.

À humanidade emanada nas aulas e na presença da professora Antônia Marília Medeiros Nardes.

Ao Professor José Roberto Tarifa, por proporcionar momentos únicos com o holorítmo, ritmanálise, áurea e os intermináveis fichamentos, feitos à mão em suas aulas. Esses momentos levarei comigo para sempre; meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Odemar Leotti, do Departamento de História, pelas leituras sugeridas além da Geografia.

Ao ser humano fantástico, professor Nestor Peruseski, pelas aulas da disciplina de Políticas Públicas e pela amizade.

Ao Professor José Adolfo Sturzza, pela sua vivência e percepção das coisas da Geografia.

Ao cunhado João Gabriel de Paula Souza, pela amizade e descontração proporcionada nos papos sobre futebol, política, economia, bandas de Rock.

Ao Movimento Negro de Rondonópolis, pela oportunidade de trabalhar com jovens no Cursinho Pré-Enem, pela chance de descobrir que ser negro no Brasil é um ato político.

A professora Francyslène (Fran), pela amizade e pelos altos papos nesta cidade.

À técnica da Saúde Rosimeire, pela amizade e pela convocação para ministrar aulas no Movimento Negro.

À Secretaria de Estado e Educação, pela liberação para cursar as disciplinas e construção desta Dissertação de Mestrado.

Aos Profissionais da Educação das Escolas 12 de abril, CEJA Luiza Miotto e Escola Estadual Jardim das Flores, esta última é a Escola que estou trabalhando no momento. Aos amigos do Cefapro e Conselho Deliberativo, pela pronta liberação para o Mestrado.

Às pessoas que foram entrevistadas nesta Dissertação, o Prefeito de Terra Nova do Norte, senhor Milton Tonniazzo, o Professor Domingos Jari Vargas e o Gestor do Programa Territórios da Cidadania para o Centro Oeste, o senhor Allam Vieira.

Ao SINTEP, PC do B, à CTB e à CUT, pelo conhecimento adquirido nas formações, foram através dessas formações que tudo isto foi tramado.

À Universidade Estadual de Mato Grosso, onde nasceu o amor pela Geografia.

À Universidade Federal de Mato Grosso, pública e gratuita, que me ofereceu a oportunidade de concretizar o Mestrado em Geografia. A esta instituição devo parte de minha vida acadêmica, de meu crescimento intelectual, cultural e político.

A Luiz Inácio Lula da Silva, por criar a oportunidade aos filhos dos pobres de irem à Universidade.

A Che Guevara e Fidel Castro, por sonharem e vivenciarem uma revolução.

Epígrafes

“Quem melhor que os oprimidos, se encontraram preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que Eles os efeitos da Opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da Libertação? Libertação que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca, pelo reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que pela finalidade que lhe derem os Oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista pela falsa generosidade referida”.

Paulo Freire in: *Pedagogia do Oprimido*

“Às vezes a gente corre tanto pela vida e deixa passar tantas coisas bonitas, a gente corre tanto e não percebe as cores das flores na beirada do caminho. Às vezes a gente quer que os frutos amadureçam antes do tempo. A gente tem muita pressa, mas somente o tempo sabe dar as coisas para a gente na hora certa. O tempo sabe exatamente o momento de dar o presente que a gente merece. Puxe um minuto de silêncio... Como todos nós somos bobos imaturos! Algumas coisas tirarão as nossas alegrias e isso sempre acabara sendo o filtro dos nossos sentimentos. Lá fora agora só existe o escuro da noite, mas o tempo, esse tempo dominante trará a luz ao amanhecer. O que fazer com tempo a não ser esperar? Há tantas possibilidades nesses tempos de agonias e paixões felizes... E daqui um tempo a chuva vai cair para as flores novamente poder florir...”.

Guilherme Boldrin

“Ando devagar por que já tive pressa e levo esse sorriso por que já chorei demais. Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe? Só levo a certeza de que muito pouco eu sei, nada sei”

Renato Teixeira

RESUMO

O contexto das Políticas Públicas Territoriais no Brasil é uma temática extremamente recente. Seus desfechos enquanto Projeto e as análises de seus resultados também são poucos analisados no Brasil, necessitando-se de investigação quanto às propostas de Políticas Públicas, que devem ser ainda mais estudadas e analisadas.

O desenvolvimento de Políticas Territoriais no Brasil voltadas para o fomento econômico da Amazônia Legal é o principal instrumento de discussão e análise desta pesquisa. O espaço atual é a consequência dos diversos fatores que levaram os Governos a olharem para esse Território como foco econômico e social de atuação.

Nos últimos anos, o Portal da Amazônia vem passando por sérias mudanças na sua dinâmica espacial. Esta proposta de estudo consiste na análise geográfica destas novas dimensões socioespaciais, tendo como base o Território como categoria de análise. Em função disso, a pesquisa constata que o olhar dos Governantes se volta novamente para esse espaço que, historicamente, em um passado não muito distante, “não era ocupado” e nem sequer entrava para a Agenda Nacional do Desenvolvimento Regional.

Na concepção do Programa, era necessário criar estatalmente uma lógica, na qual os recursos e os efeitos de uma territorialização fossem distribuídas igualitariamente, garantindo, assim, a presença de direitos sociais e efetivação da cidadania. Na prática, esse discurso não se concretizou como resultado, no entanto apresentou-se como uma nova forma de projetar Políticas Públicas. A avaliação de Políticas, bem como seus efeitos no espaço é primordial, fornecendo, substancialmente, formas que podem orientar o aperfeiçoamento e até mesmo o finalizar determinada política.

RESUMEN

El contexto de las políticas públicas territoriales en Brasil es un tema nuevo. Sus resultados como de proyectos y análisis de los resultados se analizan también algunos en Brasil, necesitamos investigar acerca de las propuestas de políticas públicas, que deberían estudiarse y analizarse más.

El desarrollo de las políticas territoriales en Brasil se centraron en el desarrollo económico de la Amazonía es el principal instrumento de la discusión y el análisis de esta investigación. El espacio actual es el resultado de varios factores que llevaron a los gobiernos a buscar en este territorio como un enfoque económico y social.

En los últimos años, el Portal de la Amazonía está experimentando cambios importantes en sus dinámicas espaciales. Esta propuesta de estudio es el análisis geográfico de estas nuevas dimensiones socio-espaciales, basado en el Territorio como categoría analítica. Como resultado, la investigación encuentra que el aspecto de los gobernantes una copia de seguridad de nuevo a este espacio que históricamente, en un pasado no muy lejano, no era "ocupado" e incluso fue a la Agenda Nacional de Desarrollo Regional.

En el diseño del programa, fue necesario para crear el estado de la lógica en que se distribuyen los recursos y los efectos de un territorio por igual, lo que garantiza la presencia de los derechos sociales y de ciudadanía efectiva. En la práctica, este discurso no se materializó como resultado, sin embargo, se presenta como una nueva forma de diseñar las políticas públicas. La evaluación de las políticas y sus efectos en el espacio es primordial, proporcionando sustancialmente las formas que pueden guiar el desarrollo y hasta el final de una determinada política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Critérios de Seleção do Município.....	60
Figura 2: Critérios Complementares para a Inclusão.....	61
Figura 3: Organograma de Funcionamento dos Territórios da Cidadania.....	65
Figura 4: Áreas do Programa.....	66
Figura 5: Mapa – Territórios Rurais.....	73
Figura 6: Território Rural – Portal da Amazônia.....	74
Figura 7: Mapa dos Territórios da Cidadania.....	77
Figura 8: Divisão Municipal do Território da Cidadania Portal da Amazônia.....	78
Figura 9: Mapa da Rede Rodoviária.....	79
Figura 10: Mapa Municípios não Contemplados.....	80
Figura 11: Mapa Hipsometria.....	81
Figura 12: Declividade.....	82
Figura 13: Processo de Ocupação.....	83
Figura 14: Áreas Protegidas.....	84
Figura 15: Mapa Assentamentos Rurais.....	85
Figura 16: Gestão dos Territórios.....	89
Figura 17: Ciclo de Planejamento e Gestão.....	90
Figura 18: Municípios com Maiores Aplicações.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios do Território do Portal da Amazônia.....	75
Quadro 2 – Microrregiões Representadas no Portal.....	76
Quadro 3 – Apoio as Atividades Produtivas.....	100
Quadro 4 – Cidadania e Direitos.....	102
Quadro 5 – Infraestrutura.....	104
Quadro 6 – Territórios da Cidadania na Porção Norte de Mato Grosso.....	106
Quadro 7 – Dados Gerais Referentes aos Territórios da Cidadania da Porção Norte de Mato Grosso.....	108
Quadro 8 - Recursos de Convênios Destinados aos Municípios.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODETER Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF Conselho Nacional de Agricultura Familiar
COOPERNOVA Cooperativa Agropecuária Mista Terranova
IBGE Fundação Brasileira de Geografia e Estatística
INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário
I PND-I Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND-II Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOCENTRO- Programa de Desenvolvimento do Cerrado
POLOAMAZÔNIA- Programa de Desenvolvimento da Amazônia
PIN- Programa de Integração Nacional
SBPC-Sociedade Brasileira Para Progresso da Ciência
SEPLAN/MT-Secretaria Estadual de Planejamento
SIG-Sistema de Informação Geográfica
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFSCAR-Universidade Federal de São Carlos
UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	xiv
LISTA DE TABELAS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xvi
CAPÍTULO I.....	20
1.1 Introdução.....	20
1.2 Procedimentos Teóricos- Metodológicos.....	25
CAPÍTULO II – TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	29
2.1 O Conceito de Território.....	31
2.2 Abordagem Territorial Como Instrumento de Política Pública.....	36
2.3 Territorialidade: Um Espaço de Ação de Grupos Sociais.....	40
2.4 Política de Planejamento Territorial.....	45
CAPÍTULO III – A POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	50
3.1 Os Territórios Rurais: A Gênese dos Territórios da Cidadania.....	50
3.2 A Criação dos Territórios da Cidadania.....	52
3.2.1 Organização das Cooperativas com Base nas Políticas dos Territórios da Cidadania....	62
3.2.2 Os Territórios da Cidadania e as Estratégias de Regionalização.....	63
3.2.3 Estrutura Organizacional do Programa.....	64
3.2.4 As prioridades do Programa Territórios da Cidadania.....	65
CAPÍTULO IV – A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PORTAL DA AMAZÔNIA.....	67
4.1 Projetos de Desenvolvimento para o Interior do Brasil.....	67
4.1.1 As Políticas Iniciais de Ocupação do Portal da Amazônia.....	70
4.2 O Território Rural Portal da Amazônia.....	73
4.3 Território da Cidadania Portal da Amazônia.....	75
4.3.1 Colegiado Territorial do Portal da Amazônia.....	87
CAPÍTULO V – DOS RECURSOS FINANCEIROS ÀS TERRITORIALIDADES	94

5.1 Análise dos Recursos Aplicados nos Territórios da Cidadania na Porção Norte De Mato Grosso.....	98
5.2 Recursos Financeiros: um exercício de distribuição no Portal da Amazônia.....	109
5.3 Identidade Territorial do Portal da Amazônia.....	115
5.4 A Busca pela Cidadania	119
5.5 A Construção de Territorialidades.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICES.....	144

começar arabico

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

Esta investigação complementa outros estudos já realizados e publicados nas universidades do Brasil no tocante às políticas públicas voltadas para a questão da territorialidade. Desse modo, este trabalho é fruto de observações de fatos e vivências no Norte do Estado de Mato Grosso, chamado por muitos como uma terra de oportunidades. Essa vivência em Terra Nova do Norte, Matupá e Peixoto de Azevedo permitiu observar essa dinâmica territorial e a metamorfose desse espaço, despertando o interesse em entender como novas políticas públicas de planejamento territorial estão se sucedendo.

De acordo com Costa (2011), a Amazônia se trata de um imenso território, até a pouco tempo desprovido de comunicações terrestres com o restante do país, por essa razão, as políticas de sua ocupação sempre procuraram combinar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolíticas, ou seja, militares em grande medida. O próprio processo de ocupação urbana da região reflete essa característica, desde os projetos iniciais de povoamento até os atuais projetos de desenvolvimento territorial.

Desde a década de 1940, o Estado Nacional voltou seu interesse para a região, culminando com o surgimento do Parque Indígena do Xingu para onde os remanescentes e primeiros moradores da região foram deslocados.

A abertura da BR 163 nos anos 1970, durante o período militar, foi um marco para a ocupação da Amazônia e dos Municípios do Território Portal da Amazônia. Essa nova abertura visava à ocupação dessa porção do país antes “vazia” de população na visão dos governantes da época, os quais nunca consideraram, por exemplo, a presença de indígenas de várias nações.

Do ponto de vista ideológico do "integrar para não entregar", havia duas práticas comuns à época, uma era a entrega de grandes porções de terras a colonizadoras e a outra, projetos públicos de assentamentos. Em função dessas práticas, cidades e novas dinâmicas

territoriais surgiram e, para ocupar esse espaço “vazio”, famílias foram deslocadas de várias partes do país, em sua maioria do Sul do Brasil, e trazidas para essa região com a promessa de acesso à terra e a uma nova vida num novo espaço.

Na sociedade em rede, a questão do planejamento é importante se atentar sempre para a distinção entre os desafios de longo prazo e os de médio e curto prazo. É preciso ter uma visão que seja toda compartilhada pelos atores envolvidos nas decisões, sendo assim, haverá, invariavelmente, uma interconexão entre as muitas dimensões do território.

Há um sentido em se entender e analisar as políticas públicas enquanto território, no planejamento e na gestão do desenvolvimento territorial e esse conceito equivale a um verdadeiro limite de intervenção espacial da política pública. Outro sentido interessante seria determinar se são as pessoas envolvidas ou os gestores das políticas públicas que podem e conseguem definir esse limite. Em boa medida, o viés político é sempre o que expressa mais força na arena de disputas. Isso era apenas uma forma de atingir o objetivo de avançar nessas áreas de fronteira e forçar a ocupação da mesma.

Nos últimos anos, a região passou por um período em que os olhares se voltaram para o extremo Norte de Mato Grosso em razão de obras de porte e empreendimentos logísticos, que estão sendo consolidados nos municípios.

É nesse contexto que é implantada a Política dos Territórios da Cidadania, cujo objetivo é fortalecer o campo e as coisas que nele existem. A gênese da criação do Programa dos Territórios da Cidadania tem origem no Programa dos Territórios Rurais, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ressaltamos que existem outros tipos de delimitações, por exemplo, as delimitações de ordem econômica, de organização institucional, além do fator cultural como forças fundamentais na delimitação dos territórios. A participação de diversos agentes na construção da Amazônia enquanto espaço social é colocada por Porto Gonçalves da seguinte forma:

O que há de novo na construção de imagética do que seja a Amazônia é que, hoje, ela não se restringe aos gabinetes diplomáticos ou aos escritórios das grandes empresas que cobijam explorar a região. Nela participam hoje, além dos protagonistas de sempre, as lideranças das populações tradicionais da região, como os índios e os seringueiros, lideranças de produtores familiares, lideranças sindicais de trabalhadores, além de outros segmentos das sociedades do Primeiro Mundo, antes também alheios, entre esses destacando-se os ecologistas e lideranças sindicais da Alemanha, Itália, Espanha, Dinamarca e outros países que procuram apoiar as lutas travadas

por essas populações amazônicas. De fato, novos agentes participam desse novo debate sobre os destinos da região (PORTO GONÇALVES, 2005, p.14).

A inserção de sujeitos com pouca participação social em espaços antes alheios aos contextos econômicos extraregionais e o imobilismo das políticas públicas voltadas para essas populações nas últimas décadas constituem o cerne do Programa Territórios da Cidadania, a emancipação cidadã no campo. Esta forma o conjunto de requisitos para o desenvolvimento econômico sustentável e tornou-se um desafio interessante enfrentado pelas comunidades. São vários os elementos que contribuem para que essa realidade seja estabelecida como também favorecem que os processos de emancipação ao morador do campo sejam vistas com maior complexidade, pois o Estado entende o espaço onde essa complexa relação entre política pública e sociedade acontece como território.

Segundo Souza (1995), a ideia de território tem permanecido no discurso científico, salvo em algumas exceções, prisioneira de um estado centrismo, de uma fixação empobrecedora, direta ou indiretamente legitimadora da figura do Estado, que endossa o modelo civilizatório ocidental, enquanto paradigma universal.

Santos (2002) coloca o homem e o seu tipo de administração social que a pratica como elemento central da análise da produção do espaço. O ser humano dotado de suas melhores condições sociais é capaz de construir as mais diversas condições de vida e de sobrevivência no meio. O modo como se dá a apropriação de um território delinear os contornos e, assim, instruirá as necessidades de produção da sociedade, seja ela desenvolvida ou emergente. Dessa forma, a determinação de normas e diretrizes de prioridades e necessidades da sociedade dar-se-á unicamente através de conflitos e de lutas.

A emancipação de um território rural gera um ar identitário coeso, pois as pessoas se unem e compartilham usos e costumes no território. A cidadania ocorre como inclusiva de um método que leva à coesão social. É uma forma que traz facilidade e confiança no espaço, gerando uma valorização coletiva entre as pessoas e o território.

Costa (2011) lembra que toda a sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para delimitá-lo, transforma-o em seu território e, ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder.

É importante entender como os atores sociais desse território percebem esses resultados, pois são ações públicas no âmbito do desenvolvimento territorial. As várias

implicações desenvolvidas no campo do planejamento e as chamadas justificativas para essas mudanças são, sim, itens de relevância neste trabalho.

Os motivos de escolha do Portal da Amazônia como objeto de estudo desta pesquisa ocorreram por ser um espaço de poder no qual o pesquisador possui maior conhecimento empírico e também por apresentar-se como o mais eficiente na captação de recursos da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, se comparado aos demais territórios da cidadania do Bioma Amazônico em Mato Grosso.

Os recursos envolvidos durante certo período no Portal da Amazônia, bem como sua territorialização e construção social são partes que este trabalho visa discutir. Fator este que demonstra uma realidade diferente nos demais territórios.

A contribuição do nosso trabalho será indicar as possíveis falhas existentes nas políticas até aqui efetivadas e o que se tinha de discurso para que elas fossem implementadas.

Com base na exposição feita sobre o processo de implantação das políticas públicas voltadas para povoamento dos territórios, elaboramos nossa questão de pesquisa: com a implantação da política pública dos Territórios da Cidadania ocorreu de fato uma distribuição igualitária dos recursos financeiros nos diversos municípios do Portal da Amazônia?

O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a Política Pública dos Territórios da Cidadania no Portal da Amazônia e como objetivos específicos:

- Compreender a distribuição dos recursos financeiros no território;
- Apresentar o contexto histórico-geográfico da implantação do território Portal da Amazônia;
- Comparar os recursos aprovados no Portal Amazônia, no Território do Noroeste e Baixo Araguaia;
- Levantar por intermédio dos diversos gestores do território da cidadania os principais entraves na operacionalização do Programa.

Esta dissertação apresenta uma análise da implantação dos Territórios da Cidadania, bem como suas principais características. Para compreensão dessa análise, dividimos o trabalho em cinco capítulos, seguidos das considerações finais, das referências.

. O primeiro capítulo está dividido em duas partes: a introdução e a metodologia. A primeira parte, intitulada de introdução, traz uma visão geral de que forma a temática central será abordada e um breve estudo dos conceitos utilizados. Posteriormente, é apresentada a metodologia que expõe os caminhos traçados na pesquisa e as técnicas de análise.

O segundo capítulo trata dos conceitos empregados no campo da Geografia, especificamente sobre território, políticas públicas, territorialidades e planejamento territorial.

O terceiro capítulo faz uma análise do Programa dos Territórios da Cidadania desde o surgimento dos Territórios Rurais como política pública. Demonstra a estrutura funcional desses territórios, bem como as principais instâncias de decisão destes.

O quarto capítulo expõe os principais projetos de desenvolvimento do país que tiveram atuação no Norte de Mato Grosso, ressaltando o Programa do Território Rural e do Território da Cidadania do Portal da Amazônia.

O quinto capítulo apresenta uma análise sobre os recursos financeiros investidos num certo recorte temporal nos três Territórios da Cidadania da porção Norte de Mato Grosso. Também é analisada a distribuição espacial dos recursos provenientes de convênios com os municípios dentro dos limites do Portal, destacando os municípios de maior concentração desses recursos.

E, por último, são as considerações finais deste trabalho que se apresenta uma visão geral dos principais momentos desta dissertação, mostrando os problemas enfrentados na pesquisa e as conclusões da mesma.

1.2 Procedimentos Teóricos Metodológicos

A pesquisa em sua gênese é uma atividade que busca desvendar determinado fenômeno através de um método científico de análise. Nosso objeto de investigação é o Portal da Amazônia, bem como seu surgimento e suas principais características.

A Geografia como uma Ciência Social contribui para a noção de que o espaço passa e vem passando por transformações, vem se metamorfozando e, por ser uma ciência geográfica, cabe a ela tentar entender tais procedimentos.

A tarefa de concretizar uma pesquisa nunca foi um ato simples, ela exigiu dedicação, paciência e muito diálogo. Nossos resultados nunca serão verdades absolutas ou irrefutáveis, entretanto esses resultados merecem ser divulgados e interpretados tanto pelos gestores quanto pela sociedade em geral.

A concepção desta proposta é voltada para análise do Território do Portal da Amazônia, unidade de análise assumida enquanto recorte territorial vinculada a uma política de governo, utilizada enquanto proposta de planejamento.

O desenvolvimento da pesquisa inicia-se com uma revisão bibliográfica dos principais autores da Geografia que enfocam a análise regional e o território enquanto categoria de análise geográfica, como Santos (2002), Costa (2011), Castells (1999), Porto Gonçalves (2005) dentre outros. Haesbaert (2004, 2008), Raffeststein (1993), Sach (2008).

A pesquisa qualitativa permeou todo o processo investigativo e a análise e, para tanto, adotou-se como estratégia o estudo de uma porção territorial, dentro de uma subtotalidade espacial, de onde foi selecionado um município para estudo individual.

A pesquisa empregou como método de abordagem o método dedutivo, porque parte de leis e teorias, trilhando caminhos até o fenômeno específico, ou seja, parte do geral para o particular. Para possibilitar a análise e investigação das transformações no denominado “Território de Cidadania”, o método de procedimento adotado foi o comparativo, haja vista

permitir comparar dados e informações socioeconômicas e espaciais de diferentes momentos temporais para em uma segunda fase compreender a essência dos processos que motivaram a essas mudanças.

Nessa análise, foi utilizado o conceito de território e de planejamento territorial a fim de que, na abordagem da dissertação, pudéssemos transcender a abordagem territorial, embora este seja o conceito mais presente na análise dos Territórios da Cidadania.

Um excelente plano analítico é fornecido pela abordagem territorial, porque, através desta possibilidade, é possível exercitar e explicar as dinâmicas de implantação e gestão do Portal da Amazônia. O pano de fundo dessa história é o espaço social e as relações de poder que neste território estão inseridas e sendo operacionalizadas.

De fato, a categoria território é ponto focal na pesquisa e de certa forma ganha a função normativa dos órgãos do Governo como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Prefeituras Municipais. Conforme anteriormente exposto, são múltiplos os agentes que atuam para proporcionar essa abordagem territorial e na incorporação da perspectiva das territorialidades do desenvolvimento local.

Este trabalho investigativo foi permeado por diversas etapas necessárias para sua implementação, como por exemplo, a obtenção de dados primários e secundários.

Os dados primários constituem-se nos dados produzidos pelo pesquisador. Para tanto, foram levantadas informações junto aos gestores do “Território da Cidadania”, como técnicos e servidores das três esferas de governo, no âmbito federal, estadual e municipal. Foi, ainda, entrevistado um prefeito da área de abrangência do programa do governo federal.

Para a efetivação dessa etapa, foram realizadas entrevistas estruturadas como forma de obtenção das informações concernentes à importância da adesão ao Programa do governo federal, as vantagens e desvantagens dessa adesão, como se estruturou politicamente o arranjo entre os municípios para compor o “território”, a existência de articulação entre os diferentes “Territórios da Cidadania” dentro do estado e entre territórios contíguos no limite interestadual. Ainda saber como elaboram os projetos na busca por recursos e o histórico de sua obtenção e a influência da política partidária na formação dos territórios entre outros questionamentos.

Foram realizadas visitas a alguns municípios do Portal da Amazônia como forma de se obter informações diretamente dos gestores municipais e de pessoas que tiveram envolvimento com o Programa. O município de Terra Nova do Norte foi assumido enquanto unidade administrativa por ser uma das menores unidades municipais componentes do Portal da Amazônia e uma das mais beneficiadas com recursos provenientes de convênio com o Governo Federal.

Nesse sentido, foram feitas entrevistas com o Prefeito do município de Terra Nova do Norte, o senhor Milton Toniazzo, e o antigo gestor Regional do Programa Territórios da Cidadania, o professor Domingos Jari Vargas, participante ativo da implantação do Território Rural do Portal da Amazônia e, posteriormente, do Programa Territórios da Cidadania.

Também foi entrevistado em Cuiabá o Gestor Estadual do Programa, o senhor João Roberto Buzatto, que descreveu os principais entraves na efetivação do mesmo, os avanços e os retrocessos observados, ressaltamos que esta entrevista não foi colocada como apêndice até mesmo por uma questão de direito do entrevistado em se resguardar.

Outra entrevista da maior magnitude foi efetuada na Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, no dia 11 de dezembro de 2015, com o gestor territorial Allan Vieira, quando o mesmo revelou os principais entraves e problemas dessa política pública no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Os dados secundários correspondem aos dados levantados em instituições. Para o escopo da pesquisa, foram necessários dados do Ministério de Desenvolvimento Social, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, IBGE, SEPLAN/MT e Prefeituras Municipais.

Foi elencada uma série de mapas e imagens que demonstraram as condições atuais do Território Portal da Amazônia bem como suas principais características geográficas, assim como informações concernentes aos demais Territórios Rurais e Territórios da Cidadania em Mato Grosso. Para espacializar o conjunto dos dados e informações, foi necessário o emprego da cartografia e de ambiente SIG, possibilitando assim outra maneira de interpretação. Os mapas apresentados foram todos eles construídos e estabelecidos em ambiente SIG, com *shapes* e informações vetoriais e *raster* dos sites dos Governos Federal e Estadual, dentre eles MDA, INPE, IBGE e SEPLAN. Posteriormente, esses mapas foram transformados em formato JPEG e inseridos na dissertação.

Uma metodologia adotada na análise dos recursos aplicados pelo Estado Nacional dentro do Programa Territórios da Cidadania compreendeu para além do recorte territorial do Portal da Amazônia, o envolvimento de outros dois Territórios da Cidadania dentro do Bioma Amazônico no norte de Mato Grosso. Assim, a análise conjunta e comparativa da injeção de recursos também no Território do Noroeste e do Baixo Araguaia permitiu verificar a dinâmica das aplicações e a relatividade dessas em relação ao Portal da Amazônia, com intuito de observar a territorialização da aplicação dos recursos da Política Pública. Os dados utilizados referem-se ao ano de 2013, único disponível para acesso abrangendo todas as linhas de ação do programa na página do MDA.

O tratamento de informações quantitativas envolveu a tabulação e construção de quadros para agrupamento dos dados e posterior análise. E em alguns deles ainda foi realizado cálculo de percentuais, buscando observar a natureza relativa dos dados existentes.

Elaborou-se também um quadro síntese com os valores investidos e territorializados nos Territórios da Cidadania da Porção Norte de Mato Grosso, dando ênfase a uma análise crítica destes recursos.

Dentre as análises realizadas consta ainda a interpretação dos recursos aplicados no tempo de vigência do programa no Portal da Amazônia. Para se obter os dados, foi necessária a consulta no Portal da Transparência por indicação do senhor Carlos Gaia, Secretário de Finanças da Prefeitura de Colíder, município polo do Portal da Amazônia. Na investigação do Portal da Transparência, tomou-se a medida de priorizar os recursos alocados para ações de convênios com as prefeituras integrantes do Portal da Amazônia, nas linhas de ação dos Territórios da Cidadania. Uma vez feito o agrupamento dos valores dos recursos e calculando-se a frequência relativa, conseguiu-se o percentual por município, permitindo conhecer aqueles mais beneficiados pelos aportes. De posse dessas informações e com o emprego de cartografia temática, localizaram-se as unidades territoriais segundo cada participação. O objetivo consistiu em compreender o poder político de cada município, tanto na capacidade de elaborar projetos, quanto o poder político na esfera de decisão relativo à aprovação dentro do Colegiado além do arranjo advindo desse poder territorial emanado a partir do município polo.

E, por último, houve a necessidade de entrevistar técnicos e o gestor de um município específico, Terra Nova do Norte, com o intuito de verificar os caminhos e as dificuldades no

acesso desse poder municipal aos recursos de convênios dentro do Programa Territórios da Cidadania.

CAPÍTULO II – TERRITORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A sugestão desta dissertação em abordar a temática como um território não representa que este conceito será verificado amplamente pelo trabalho, no entanto apenas afirmar que a abordagem a partir do território permite uma visão analítica apurada sobre a situação desse espaço social, suas amplas mediações e dinâmicas por ele desempenhado, mas também compreender como esse processo se deu e que escalas geográficas implicam na concepção dos Territórios da Cidadania. Até porque o território em sua definição recorrente é notado pela expressão humana e política do espaço, em seu desfecho, o território cria relações econômicas e cria identidade local.

Dentre os conceitos no campo da Geografia, o território é o mais cabível para nossa abordagem e análise. Esse conceito representa um avanço significativo do ponto de vista teórico e normativo, técnicas essas que subsidiam o planejamento e ações do Estado principalmente por meio das políticas públicas.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, por que a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (SANTOS, 2011, p.138).

A busca pela fluidez das políticas públicas faz com que a categoria território seja tomada como elemento de referência. Nesse sentido, o Programa dos Territórios da Cidadania é antes de tudo um território formalizado e legalizado pelo Governo Federal. Nele, integram-se os espaços rurais e urbanos com uma inovadora proposta de implementar a cidadania naqueles espaços.

O território, de acordo com Haesbaert (2007, p. 20), nasce com duas conotações: a simbólica e a material e etimologicamente aparece tão próximo a “terra-*territorium* quanto à *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo”, principalmente àqueles que são alijados da terra diante da dominação. Por outro lado, o território se configura como identificação e a “efetiva apropriação” por aqueles que têm acesso à terra.

Assim como os Territórios da Cidadania surgem como derivados dos Territórios Rurais, outras políticas também se diversificaram no decorrer do tempo, com apoio em relação ao desenho institucional, áreas temáticas, recortes abrangidos e públicos envolvidos, foram sendo enfocadas pelas mais diversas políticas criadas no âmbito do Governo. Sendo assim, o conceito território é apropriado como um instrumento operacionalizador de políticas públicas por parte do Estado.

O conceito território vem adquirindo carga funcional e simbólica na geografia, coexistindo em conjunto com as estratégias territoriais; por conta das variadas formas de relação de poder que se estabelecem nos territórios para seu efetivo controle e da multiterritorialidade.

O território surge na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos, que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis; pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta, mais cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela com o poder controlador desse território [...] Não é de se surpreender, diante de tal rigidez, que essa visão tenha muitas vezes usado o termo território e espaço indistintamente, obscurecendo o caráter significativamente político do primeiro [...]. Esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um discurso evidentemente ideológico [...] (SOUZA, 1995, p.80).

No conceito de Souza (1995), o fato do espaço ser ocupado já é um gerador de identidades, no entanto esta identidade não estaria apenas ligada ao espaço físico, mas sobretudo ao território.

A definição por parte dos Governos em inferir escalas espaciais em seus planos e ações no espaço é recorrente nos planejamentos estatais e é uma das justificativas para as escolhas de escalas que buscam o desenvolvimento regional; a mudança proposta pelos Territórios da Cidadania busca a inserção de instrumentos de intervenção que são derivados a partir de um processo de descentralização e desconcentração do poder.

Trazendo essa realidade para os fatos vivenciados no contexto geral do Território da Cidadania, foi necessário verificar e identificar as questões prioritárias e os indicativos que, provavelmente, são os causadores da estagnação econômica e, conseqüentemente, da necessidade de novas políticas Públicas de Desenvolvimento do Campo, buscaram o fomento e fortalecimento da capacidade da escala local de criar alternativas e oportunidades de inovação no campo do desenvolvimento.

O interesse da escala local que são representados pelas múltiplas estratégias que influenciam o território é para a abrangência e a superposição dessas para além dos limites visíveis do território. A busca pelas raízes identitárias do território podem ser resgatadas por meio de ações evidenciem com estudo histórico das ações desempenhadas no território e verificar se essas atividades foram capazes de focar uma mudança na paisagem e nas relações que nela se desenvolvem resta saber, no entanto o que de fato é o território.

2.1 O Conceito de Território

Segundo Costa e Rocha (2010), o conceito de território vem sendo amplamente debatido nas últimas décadas, existindo divergências entre pesquisadores sobre sua definição. Etimologicamente, a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político administrativa. O mesmo autor aborda que, no Brasil, durante muito tempo, a noção de território ficou restrita a uma porção de terra limitada por fronteiras sob uma jurisdição, e este conceito vem ganhando destaque e amplitude em razão de novos olhares sobre a temática. No entanto, existem outras visões sobre esse conceito da Geografia. Haesbaert nos mostra a seguinte visão:

Território nos remete, portanto, ao poder e como afirma Haesbaert (2007), não àquele poder tradicional, “poder político”, mas, no sentido de dominação ou apropriação. Logo, o território não pode mais ser analisado sob a perspectiva “unifuncional” e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente na figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação

territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 21).

De acordo com Haesbaert (2004), o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade priorizando processos em sua extensão e coexistência, incorporando a própria transformação da natureza, existindo assim um caráter político que envolvem as realizações das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Desde sempre as mudanças políticas no espaço tem sua identidade interligada ao produto da percepção geográfica, o encontro dos valores embutidos nas transformações e a igualdade que elas pretenderem alcançar são inerentes.

Ao longo desses séculos de políticas territoriais implícitas ou explícitas, transformaram-se, profundamente, a sociedade, o Estado e o território. Não há dúvida de que não podemos atribuir às políticas territoriais a exclusividade como força motriz nas mudanças ao nível da formação e da estrutura do território nacional.

De acordo com Carlos (2008), a produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade, em última análise, na segregação estampada na paisagem e tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela condição de proprietários de bens.

Muito do que observamos hoje na realidade brasileira, quanto a esse aspecto, é resultado da combinação de variadas determinações ao longo da história, nas quais a participação do Estado, se não foi nula, não chegou a credenciá-lo como protagonista dessa evolução.

A formação de capital humano é uma condição *sine qua non* para que os investimentos no desenvolvimento regional sejam sustentáveis. Todavia é incoerente e incompatível promover formação profissional, criando novas lideranças, se esses novos profissionais continuarem seguindo os modelos tradicionais, atuando sob lógicas convencionais. A solução para essa contradição é que esses profissionais sejam inseridos numa lógica social, justificando investimentos.

Entretanto, como procuramos demonstrar, até aqui, alguns dos principais processos de construção do espaço nacional tiveram e ainda têm a sua inspiração e mesmo algum tipo de concretização a partir das iniciativas estatais para o setor. Isto é, particularmente, válido para o período que se inicia nos anos 40, em que o Estado se reformula para enfrentar o que considerava-se constituir-se como parte da questão brasileira.

Estudar e não deixar que esta problemática aconteça é um papel fundamental das Ciências Sociais, especificamente da Geografia. Essas relações de Capital e Estado deram margens a novas concepções sobre território surgindo como uma contraposição às teorias que ditavam as regras na Geografia. Analisando o papel do Estado e sua supremacia nas ações de planejamento, o professor Milton Santos nos lembra de que:

A primeira delas é o Estado, pelo seu “uso legítimo da força” encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do estado sobre outras macro-organizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares (SANTOS, 2002, p.152).

Após quase meio século de políticas territoriais explícitas, é inegável que alguns dos “projetos nacionais” do Estado brasileiro puderam, de algum modo, concretizar-se. Dentre eles, a construção da unidade nacional e da integração nacional; antiga aspiração do poder imperial em torno dele próprio; a modernização centralizadora do país, num processo concomitante e de incrível continuidade, a despeito das diferenças entre governos, a ocupação do território a partir de “empreendedores” individuais e empresariais, mas segundo mecanismos no mais das vezes institucionais; e, finalmente, a difusão, no interior da sociedade, da ideia de que questões territoriais são da exclusiva competência do Estado e, parte dessas questões, do segmento militar do Estado.

É sabido que, nas últimas décadas, tem se forjado no interior da sociedade e do Estado brasileiro uma tendência fortemente modernizadora, capaz de reproduzir no país algumas práticas e mecanismos típicos de sociedades democráticas avançadas economicamente e tecnologicamente.

A modernização das atividades ligadas às ruralidades tradicionais encontra-se numa crise sem precedentes, a modernidade das atividades vem proporcionando uma perda da cultura agrícola; os complexos agrícolas, e modernização do campo trouxeram preocupações aos pequenos produtores, grupo social este que nunca foi privilegiado pelas políticas públicas, muito menos investimentos do capital financeiro. No entanto, é igualmente sabido que a impermeabilidade do poder central e de setores ponderáveis das classes dominantes às mudanças exigidas por um processo democrático modernizante, ainda é muito grande, o que nos remete, sob certo ponto de vista, a um estágio político certamente pré-democrático, mesmo em sua forma liberal clássica (COSTA, 2011).

Ocorre que, no tocante ao tema que nos interessa mais de perto, as políticas territoriais, o quadro tende a se revelar ainda mais complexo. Isto porque, como já tratado anteriormente, a centralização do Estado quanto à gestão dos “negócios territoriais” está longe de democratizar-se, mantendo até os dias atuais determinadas práticas que são típicas da nossa tradição histórica brasileira.

Se atualmente o Estado brasileiro não apresenta, pelo menos explicitamente, projetos de expansão territoriais externos como nos tempos imperiais, na atualidade, o seu “projeto nacional” de expansão interna de seus domínios continua com todo vigor, restabelecendo, sob certa medida, a velha relação Estado-território. Decorre justamente daí, nos dias atuais, o fortalecimento crescente da oposição entre poder central e poder local, à medida que as sociedades civis locais reivindicam cada vez mais o seu direito de participar e intervir nos “projetos nacionais” que interferem em sua vida local (Idem, p.33).

No espaço agrário/agrícola, existem arenas políticas constitutivas dos movimentos de resistência de grupos sociais marginalizados ou inseridos precariamente na acumulação capitalista. Tais arenas decorrem da violência em termos de trabalho escravo, desapropriações, despejos e mortes de produtores familiares e de atores ligados à causa camponesa. Há, portanto, em decorrência do agronegócio, a constituição de territórios rurais de resistência marcados com o próprio sangue do trabalhador. A expressão do valor de uso da terra nesses territórios sinaliza não somente para a produção de alimento que sustentará populações tradicionais, mas também suas diversas manifestações impressas ao longo de décadas ou até séculos numa dimensão simbólico-cultural (VIEGAS, 2014, p.28).

A organização espacial, enquanto forma explícita de materialidade social, se torna um meio de produção e reprodução da sociedade capitalista, mas, além disso, contribui para uma determinada condição de visão para o futuro. Além de se constituir como forma de materialidade social, a organização espacial é também um reflexo social constituído sobre uma dimensão da totalidade. Mas cada nova experiência proposta para o desenvolvimento regional possa, então, formar e fortalecer esses novos quadros sociais fortalecidos e que estes possam atuar de forma favorável aos municípios.

A produção a qual demanda um alto nível tecnológico capacitado se concentra em pontos do espaço geográfico, pois o consumo responde a forças de dispersão. Mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão, porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço como um todo.

Um exemplo interessante é o realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vem trabalhando para que

novas capacidades nos municípios brasileiros sejam criadas, cujo objetivo principal está a secretaria de desenvolvimento territorial do país.

A atuação dessas instâncias do poder tem relevância pelo enorme potencial de integrar e formar capital humano e social aos valores que têm sido investidos na política pública dos Territórios da Cidadania.

Sendo assim, a ação da figura do Estado com suas diversas políticas vem privilegiando determinados setores da agricultura, ao incorporar novos métodos, novas técnicas e novos espaços de produção, fazendo o setor agropecuário, como o de Mato Grosso, pulsar ainda mais, produzindo resultados positivos, gerando renda e fomentando ainda mais este setor.

A discussão a respeito do papel do Estado, de fato, ampliou tanto a presença do Estado no território e vem demonstrando sua força coerciva. Esta força de coercividade está visível também na organização e na presença do Estado, muitas vezes, garantindo um preço mínimo e fomento aos maiores produtores; ao mesmo tempo, essa mão precisa ser estendida aos pequenos produtores que sempre foram os menos favorecidos. Se estamos em plena crise de cunho político e esse político não deixa de interferir no econômico, a pobreza ainda persiste no atual cenário. Não existindo as políticas públicas atuais, a situação seria ainda mais problemática.

Santos (2002) afirma que é um movimento da sociedade em atribuir novas funções às formas geográficas, as quais transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo-podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.

No entanto, quando a sociedade tem a capacidade de emergir demandas, sejam elas oriundas do território ou da necessidade de políticas, é o momento em que a sociedade está se colocando à disposição das autoridades para que haja uma relação de cooperação entre sociedade e autoridades. Essas relações somente acontecem com o fortalecimento das relações do tecido social e participação.

O papel das pessoas nessa dinâmica também é importante, pois são elas que vivem nesse espaço e tiram da terra o sustento. Seria, então, dever do Estado minimizar as desigualdades existentes no campo e na cidade entre as diferentes classes sociais existentes.

O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo identitário, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder.

Sob o olhar desse novo espaço em meio a essa dinâmica surge a base material para que hoje seja consolidada a propagação desses novos arranjos produtivos. No entanto, essas políticas até aqui criadas somam e nos remetem aos métodos economicistas que não demonstram preocupações com questões sociais. Esses métodos implantados facilitaram a exploração do capital.

2.2 Abordagem Territorial Como Instrumento de Política Pública

Como marco ideário que consolida mudanças na organização territorial do Brasil, temos a Constituição Federal de 1988, que busca um caminho da mudança que é indicada por certa descentralização político administrativa e ainda propondo uma maior participação da sociedade nas decisões. Isso também marca embora ainda de forma pouco efetiva o surgimento das primeiras políticas públicas no Brasil e estas levam em consideração a sua espacialização e a participação social.

O discurso de desenvolvimento que se tem na política dos Territórios da Cidadania visa à estratégia do desenvolvimento responsável e com harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas; na abordagem territorial, o que se tem é a busca por uma maior condensação e articulação das ações políticas.

Por muito tempo, o desenvolvimento foi confundido com crescimento econômico. Furtado (2010) mostra que são itens completamente diferentes e afirma que, em décadas, o país visou e privilegiou o aumento do PIB incentivando o aumento da produtividade e do consumo, demonstrando essa condição ou acesso a elas como melhoria da qualidade de vida, e não o desenvolvimento de outras dimensões que compõem a sociedade, como educação, saúde, política e lazer.

Raffestin 1993 descreve que, no século XX, a Geografia foi uma Geografia do Estado, ou seja, “a escala é dada pelo Estado [...], trata-se de uma geografia unidimensional, o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais [...]” como representadas nas diferentes formas de organização da sociedade civil em busca de interesses coletivos formando suas territorialidades. Esse é um conceito clássico de território na Geografia.

Existem vários dinamismos territoriais no país e essa variedade de dinamismo impõe dificuldades severas na efetivação de políticas nacionais, embora essas políticas busquem uma provável justiça socioespacial, sua real significação não está a contento.

Nesse sentido compreender a inserção do Brasil nos modelos de ordenamento passa pelo critério de entendimento da relação da ordem local, em uma economia capitalista, com o mecanismo internacional, como a Divisão Internacional do Trabalho dimensiona cada região do Globo. E se a combinação de variáveis distingue cada lugar ou território, cada período técnico vai, por sua vez, direcionar e organizar diferentes tipos de paisagens geográficas, dimensionando funções e estruturas específicas, além de redirecionar as formas e os processos de acordo com cada função produtiva do território (CAMARGO, 2009, p.20).

Nas funções produtivas do território, o desenvolvimento das condições sociais dignas ao povo, distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, são variáveis que afetam a qualidade de vida das pessoas. Desenvolvimento territorial é a conquista do desenvolvimento de diversas dimensões que constituem o território.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo, um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem ao novo conteúdo, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real (SANTOS, 2012).

Dessa forma, os espaços opacos são conhecidos como territórios deprimidos. Esses territórios nunca tiveram fora dos discursos de políticas públicas. Esses territórios deprimidos, frequentemente tinham o objetivo de mitigar os problemas encontrados e pouco proporcionavam e efetivavam a autonomia em relação ao território.

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo esse conceito, todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, a totalidade explica as partes (SANTOS, 2002).

Em entrevista realizada em Brasília nas dependências do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Gestor Territorial, Allam Vieira, ele apresenta um exemplo de abordagem territorial enquanto unidade de planejamento dentro do Governo.

[...]Mas assim o foco aqui é pouco essa história de ter território como unidade de planejamento de implementação de política pública, é isso, voltada para implementação de política pública e que serve uma série de especificidade de característica e tal, na verdade é uma adaptação do conceito de territórios, das discussões aí que a geografia faz, é um fato sobre isso, mas é um pouco isso de estabelecer algum arranjo, algum desenho, que

não fosse tão amplo quanto o estado, que ai dentro do estado tem uma série de especificidade, então você não consegue organizar a implementação de políticas públicas sem estado de referência e considerando que o município é um espaço muito restrito, são 5570 municípios pra (sic) você articular ações, então os territórios seriam um meio termo, entre o recorte estadual e o recorte municipal mais adequado as especificidades, ela precisa adequar as políticas públicas daquelas especificidades e integrar ações ali num conjunto de municípios, com as mesmas características, com as mesmas demandas, prioridades parecidas, tem tudo isso né. (Allam Vieira)

Mesmo que essas políticas façam parte do contexto e funcionamento da estrutura do próprio estado e atendendo às chamadas demandas públicas, as políticas são múltiplas, atendendo a diversos setores como o econômico ou as sociais, especificamente. Desse modo, atingirão a sociedade de forma diferenciada, influenciando o cotidiano das sociedades.

A noção de intencionalidade no contexto de produção do conhecimento bem como as relações entre homem e meio de (SANTOS, 2002) é asseverada da seguinte forma:

Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção das coisas, consideradas como um resultado da relação entre homem e o mundo, entre o homem e seu entorno (SANTOS, 2002, p.90).

O estado desponta como sendo o principal agente com intencionalidade em elaborar e implantar as políticas públicas, essas são criadas com os mais variados interesses distribuídos nos segmentos sociais. Nesse sentido, entende-se que a vontade dos Governos sempre prevalece, transformando objetos técnicos e geográficos.

Raffestin (1993) indaga um sentido amplo, o que fundamenta o poder. Em suas palavras, deixa claro que não é a necessidade natural, mas a capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho e, ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais. Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio social. Portanto, o poder se enraizaria no trabalho.

Nas políticas de desenvolvimento e ocupação do território brasileiro, as políticas setoriais foram as principais responsáveis pelo processo de ocupação dos chamados espaços vazios, bem como pela sua atual formação, herança direta dessas políticas. Muitas vezes, essas transformações fomentadas pelo Estado como a ocupação da parte norte do estado de Mato Grosso representam ideologicamente avanços, mas, por outro lado, também podem contribuir para intensificar os problemas econômicos e sociais.

Para Santos (2012), os objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto as ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

A opção pela abordagem territorial enquanto conceito de atuação das políticas públicas em nosso país deve-se a própria característica de formação do Brasil, onde desde sua colonização, grandes discrepâncias atingem distintas regiões. Na visão de Raffestin, a questão do poder está intrínseca ao território.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: Simplesmente por que ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume em apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Há, desde o princípio, a preocupação com essas desigualdades regionais tornarem-se recorrentes no Brasil. Essas tratativas vêm tentando corrigir a desarticulação entre os planos de governo e as políticas públicas territoriais como, por exemplo, a sobreposição de ações governamentais e desperdício de recursos públicos.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas. O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

A ideia de construir com uma abordagem territorial denota a busca por uma articulação de espaços de desenvolvimento desde o nível comunitário, municipal, estadual e nacional; com uma estratégia subordinada ao desenvolvimento endógeno.

2.3 Territorialidade: Um Espaço de Ação de Grupos Sociais

A territorialidade remete à geografia política, sendo, posteriormente, incorporada nas ciências sociais, objetivando a análise do território, funcionando como uma verdadeira síntese das relações sociais e dão elementos fundamentais ao território. Diz-se que as territorialidades manifestam como sendo a razão de ser do território, dando a possibilidade para que este seja material ou imaterial.

Há uma linha de interpretação em que o conceito de território deriva do conceito de espaço, sendo o primeiro produto da apropriação de um recorte do espaço por determinado grupo social que estabelece nele “relações afetivas, indenitárias, de pertencimento. (HAESBAERT, 2011). Este conceito é amplo e analisado em diferentes áreas e cada uma delas, ao conceituá-lo, procura enfatizar questões prioritárias dentro de seus contextos. Haesbaert (2011) aponta os interesses das diversas áreas como a Geografia, que enfatiza a materialidade do território em suas múltiplas dimensões; a Economia, que utiliza a noção de espaço e não de território como uma das bases da força produtiva; a Ciência Política que enfatiza sua construção a partir das relações de poder (ligada à concepção de Estado); a Antropologia que destaca sua dimensão simbólica ao trabalhar as comunidades tradicionais; a Sociologia que o enfatiza a partir da intervenção nas relações sociais; e a Psicologia que incorpora o território no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, reduzindo-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT apud VIEGAS, 2014, p.37)

Portanto, se deve ter consolidado a ideia de que as territorialidades, de uma forma geral, uma vez representando a síntese das relações de poder que se estabelecem nos territórios, são os elementos que lhe conferem suas configurações, mesmo que tais territorialidades sejam expressas como materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido; ou mesmo que tais territorialidades, sejam evidentes nos múltiplos territórios.

Rafesttin (1993) ainda nos remete à análise sobre a territorialidade colocando que a vida é tecida por relações e, por essa razão, a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que originam num sistema tridimensional entre a sociedade, o espaço e o

tempo, ambos em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Mas essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem são suscetíveis de variação do tempo. É útil dizer, nesse caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo.

O conceito território foi tomado na intenção de tentar identificar novas territorialidades, que foram criadas no contexto da hegemonia capitalista, que, de certa forma, excluem uma grande parcela da população da dinâmica econômica, possivelmente, reagem a globalização, instituindo, assim, novas formas de organização territorial como base no acesso às políticas públicas, criando condições emancipatórias e propondo novas organizações.

A territorialidade aparece então como construída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com exterioridade. É urgente abandonar as analogias animais para tratar das territorialidades humanas. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. (RAFFESTIN, 1993, p.161-162).

Existe um condutor que interliga intimamente a organização do espaço, o território e a transformação, evolução da sociedade, formando uma tríade, mantendo-se um processo contínuo de desenvolvimento, sendo este determinado pela tecnologia, pela cultura e pelas chamadas relações sociais que imprimem limites.

Diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do que ela se origina, se realiza e se esgota (RAFFESTIN, 1993, p.163).

Ao territorializar as políticas públicas e reestruturar os programas sociogovernamentais, têm-se proporcionado avanços no sentido de incluir aqueles que sempre estiveram do outro lado dos projetos sociais, os explorados e excluídos pelo sistema de produção vigente.

Pensar o desenvolvimento territorial da forma que está posta pode prever não somente a participação de setores relacionados às atividades agropecuárias, mas também permite uma

diversificação de atividades econômicas no espaço rural, o que inclui também diferentes segmentos sociais vinculados à agricultura familiar. Essas transformações na produção e na organização dos trabalhadores e trabalhadoras também adquire relevância no sentido da inclusão das mulheres em diferentes atividades.

Mesmo assim, apesar das mudanças ocorridas no âmbito das políticas, o Estado ainda é o tutor que fomenta, é o empreendedor do desenvolvimento rural; os desafios visíveis são ligados à mobilização e organização dos produtores, mas também ligados à adequação das políticas públicas à realidade vivenciada em cada município.

Na perspectiva de Raffestin, a condição demonstrada na territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade pela sociedade em geral. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

Essas relações são formadas como peças dos sistemas de ações e de objetos que de acordo com o professor Milton Santos são desencadeadas de forma contraditória e, ao mesmo tempo, solidárias. Essas relações sociais são as verdadeiras produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos singulares, dicotomizados, fracionados, enfim, conflitivos.

Vivemos todos estes séculos acorrentados à ideia de que o passado seria o cimento das sociedades e o seu fio condutor para o porvir. Custa-nos, agora, admitir que esses papéis possam ser representados pelo futuro. É que sempre trabalhamos muito mais com a ideia de recursos, que com a ideia de projeto. Quem sabe, as fases precedentes da História não permitiam a realização de utopias. Mas, hoje, com o progresso científico e técnico e a empirização da totalidade, o mundo nos garante que há várias formas possíveis – e viáveis – de construir futuros (SANTOS, 2011, p.163).

Sendo assim, a produção de fragmentos ou frações de espaços é de forma direta o resultado de intencionalidade das relações sociais, “o não planejar é o planejamento”. A técnica determina as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, logo o espaço é apresentado em sua técnica como uma fração ou um fragmento.

Essa figura determinante do espaço é uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva e, assim, a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza, de forma que a intencionalidade determina a representação do espaço.

O território constitui-se, então, numa forma de poder, que tenta e mantém a representação material ou imaterializado do espaço, no entanto sem essa relação social o espaço enquanto unicamente fração não se sustenta.

O espaço enquanto fragmento é diferente da totalidade, pois sendo somente uma fração, é apenas uma representação, que foi construída através de determinadas relações sociais. É uma representação que exige uma intencionalidade, uma metodologia de compressão unidimensional.

O espaço produz totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos, Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e deus movimentos (SANTOS, 2012, p.33)

Ao apresentar os demais espaços, o político somente como político, espaço econômico apenas como econômico, e o espaço cultural somente como cultura. Essa compreensão faz com que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementares do espaço geográfico.

De modo bem genérico, com algumas exceções, a geografia política permanece uma geografia oficial. Em boa medida, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado. Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais. Mas a geografia do Estado apagou esses conflitos, apesar de tudo continuar a existir em todos os níveis relacionais que postulam uma geografia política multidimensional. Essa geografia do Estado foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em detrimento do vivido. Só a análise relacional pode ultrapassar essa dicotomia concebida/vivida. (RAFFESTIN, 1993).

Lefebvre (1999) define a intencionalidade como uma visão de mundo, ampla, todavia una e sempre uma forma, um mundo de ser e existir. Trata-se de um modo de compreensão do mundo ou o modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social, ou uma pessoa utiliza para ser no mundo, materializar-se no espaço e constituir enquanto identidade. Por esta condição, o autor enfoca que é preciso delimitar para poder se diferenciar e ser identificado. Assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentado como totalidade.

A concepção de território também se baseia nas ideias de Karl Marx, quando da abordagem materialista para tratar da desterritorialização e reterritorialização. A compreensão era a de que as mudanças ocorridas no sistema de produção vigente (capitalista) nas relações de trabalho e nas formas e conteúdos propostos pelas sociedades deveriam ser compreendidos como processos que se desterritorializam e se reterritorializam em diferentes lugares, tempos e circuitos (VIEGAS, 2014, p.22).

As mudanças proporcionadas nas forças produtivas do capital no espaço rural modificaram e vem modificando as relações de produção, uma vez que ressignificaram as relações anteriores. Por essa razão, buscam-se alternativas para a complexidade existente: pensar o crescimento econômico em sintonia com a conservação do meio ambiente, embora se reconheça que sejam dois discursos com formas diferentes de ver o mundo.

Há consequências para o território da expansão recente das atividades agrícolas, que, em certa medida, são decorrentes de projetos de modernização, realizados pelo estado, necessitando, assim que ações de contrapartida sejam desenvolvidas.

Durante muito tempo, constituía uma necessidade opor essência e aparência, Esse caminho não é mais capaz de portar frutos, já que a ideologia é também essência, aparece como realidade e assim é vivida. Melhor talvez, é opor e confrontar essência e existência, por isso nos obriga a refazer o caminho que leva da essência à existência e no qual encontramos as coisas em movimento (SANTOS, 2002, p.126).

Quando se fala em distribuição de terra, no campo brasileiro, algumas imagens estão enraizadas, como, por exemplo, a figura dos pequenos produtores. Essas imagens intensificam a expansão da agricultura moderna e, desse modo, as grandes empresas ou grupos de empresas possuem incentivos e projetos junto ao governo, contribuindo para manutenção dos *status quo* delas. Por isso não é interessante para as empresas um programa de reforma agrária.

De forma pouco efetiva, o estado vem provendo ações no território para que se criem condições imperativas para uma reforma agrária, destacado papel vem desempenhando os movimentos sociais como o MST, ainda que seja necessário o olhar para novas formas de intervenção estatal, que possam permitir novas configurações de sociabilidades, reparando dívidas historicamente construídas.

O projeto de reforma agrária é uma imagem usada na política dos assentamentos como uma contrarreforma agrária e se materializa como um persistente projeto de um verdadeiro pacto hegemônico. Embora, nos campos políticos e científicos, possam comungar posições

comuns, o assédio ideológico ainda tenta minimizar a importância de uma reforma, sendo assim, necessário rever assim as condições atuais da propriedade privada.

2.4 Política e Planejamento Territorial

Na Constituição Federal de 1988, a questão do Planejamento Territorial do Brasil passa a ser um dos preceitos desta Carta Magna. É, no Artigo 21 em seu parágrafo IX, que se estabelece uma missão ao Estado Nacional: “Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Essa afirmação tem um enorme peso no sentido onde se coloca o Estado enquanto protagonista para os projetos de ressignificação do território do país.

As políticas territoriais têm sido no Brasil entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país (COSTA, 2011).

Na Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), está explícito que, para este documento, ordenamento territorial significa regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamento no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados. Com estes preceitos não há um único projeto nacional que seja claro para resolver a lógica do ordenamento territorial do país bem como seus vetores, atores e suas medidas.

Partindo de um ponto de vista mais pragmático, conforme Haesbaert (2011), poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, ordenamento e à gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm sido cada vez mais centrais para alimentar uma visão ampla dos territórios no Brasil, ajudando, de certa forma, a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território, seu caráter político no jogo entre os macros poderes políticos institucionalizados e os micropoderes, muitas vezes, mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das

populações. Em segundo plano, temos o caráter integrador praticado pelo estado e seu papel de gestor redistributivo e, ainda, os indivíduos, os grupos sociais que em sua vivência concreta com os espaços, são capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões.

São múltiplas as relações emanadas no ordenamento territorial e no desenvolvimento econômico do país. O desdobramento histórico desse contexto exige enfoques temporais que não se esgotam em curto prazo, no entanto, a regulação das tendências de desenvolvimento do espaço e distribuição de ações produtivas não se limitam ao apoio à acumulação do capital. A legitimação do Estado como mobilizador de estratégias para enfrentar os problemas de ordem social servem como melhor instrumento para que o próprio Estado seja legitimado enquanto ordenador do espaço, assim a ação do Estado se efetiva tanto no viés geopolítico quanto no econômico.

Na concepção de Soares (2009), ordenamento territorial é decorrência de uma estrutura intencional sistematizada, seu propósito é controlar os termos da coabitação. Essa coabitação é conteúdo necessário da convivência espacial dos homens, dá-se por consenso através de uma sociedade comunitária ou por coerção através da sociedade de classe. A regulação e a prescrição do controle de forma de coabitação através da regra e da norma do ordenamento, dada a característica tensional do espaço, exigem uma espécie de contrato, um pacto com o qual nem sempre se confunde o ordenamento. A estrutura do ordenamento se confunde com o arranjo do espaço.

Em termos de Brasil, a oportunidade causada pela ascensão dos Territórios da Cidadania veio a contribuir para que o Estado use Políticas Territoriais para a promoção e o incremento no eixo produtivo de locais que sempre necessitaram de uma metodologia integradora do espaço.

O Planejamento Territorial demonstrado nos Territórios da Cidadania busca a reestruturação produtiva e a interiorização do desenvolvimento. A disponibilidade de recursos para municípios do interior do Brasil e de áreas consideradas opacas aos olhos dos gestores é um contraponto a um passado marcado por um modelo perverso de desenvolvimento de outrora marcado pela dependência de investimentos estatais e equipamentos de infraestrutura.

Em um passado recente, quando o Estado conseguiu definir seu verdadeiro papel nas políticas territoriais, buscou avaliar sua capacidade de apoio para favorecer a competitividade, a diversidade na produção, como um fator de cunho social.

Os subsídios utilizados para a criação de um programa encontram referências nos contextos históricos dos Programas anteriores, que marcaram a história das Políticas Públicas no Brasil, porque foram esforços intencionais, buscando uma articulação para dominar, ocupar e equipar o território.

No século passado, nossas políticas implícitas ou explícitas de ordenamento contribuíram para o desenho de integração que ainda emergem nos cenários atuais. Nessa fase mais recente com certa diminuição da capacidade de investimento por parte do Estado, vem crescendo as demandas territoriais. As principais ações desencadeadas pelo Governo são enraizadas subentendidas por meio político setoriais limitadas sem reais perspectivas sociais.

A via autoritária sempre esteve presente nos discursos do planejamento desde as épocas coloniais até a recente República. Já a apropriação, controle e a integração do Território sempre estiveram à frente, por exemplo, da construção de nação.

As forças sociais que se mobilizam nos territórios são por, muitas vezes, antagônicas, entre agricultores familiares, agricultores patronais e movimentos sociais. Reunir nessa arena de interesses os variados discursos em torno do desenvolvimento territorial se torna um grande entrave. O desafio é construir explicações que levam a uma efetiva participação engendrando dinâmicas de desenvolvimento do território.

Na concepção de Tenório (2002), as políticas públicas podem-se caracterizar por ações em que o poder público através de seus diferentes segmentos organizacionais procura antecipar necessidades. A partir dessa premissa, planeja e implementa ações que criam condições materiais e estruturais de desenvolvimento, no entanto, elas são pensadas para atender a demandas focalizadas. Entende-se que as carências dos municípios brasileiros acontecem de forma isolada ou independentes. Isso porque as políticas são equivocadas ao entender a questão por essa perspectiva.

Para Arrentche (2003), o crescente interesse em estudar políticas públicas no Brasil é resultado das atuais mudanças no contexto brasileiro. A autora cita que o intenso processo de inovação dos programas governamentais brasileiros é resultado, dentre outras coisas, da autonomia dos governos locais, bem como das reformas de Estado e, conseqüentemente,

proporcionados por oportunidades abertas à participação social nas diversas políticas setoriais, sejam elas pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos, sejam pelas inúmeras novas modalidades de representação de interesses. A autora ainda lembra que as ações desencadeadas nesse contexto não só despertam curiosidades sobre o mecanismo de funcionamento do estado brasileiro como revela ainda grande desconhecimento sobre sua operação, seu impacto, efeito.

A abordagem territorial de políticas públicas é dotada por duas principais perspectivas. Uma das percepções é demonstrada pelo desejo do Estado de emergir políticas públicas a partir do viés do reordenamento e reorganização territorial. Essa perspectiva é conservadora, pois apenas recoloca as políticas tradicionais sobre as mesmas premissas anteriores.

Uma outra perspectiva de políticas públicas se destaca, pois tem uma escala menos abrangente e mais forte, como por exemplo, ao englobar processos microrregionais e mesorregionais. Tal perspectiva demonstra maior efetividade na implementação e avaliação com um controle social. Um elemento complicador é a enorme diversidade de recortes territoriais que se tem no país. Estabelecer uma corrente nacional de desenvolvimento regional e territorialização de políticas se mostra uma missão complexa, ao mesmo tempo, a própria diversidade de recortes no território foi forjada por disputas por poder sobretudo por recursos no âmbito das instâncias federais, estaduais e municipais de governo.

Para que a territorialização do desenvolvimento seja constituída nas óticas nacional e local, são levados em consideração os seguintes preceitos: no contexto nacional, ela é pensada sobre uma ótica territorial e mostra-se através de transformações econômicas, culturais e políticas nos diversos territórios que constituem o grande território nacional.

Sob a ótica local, a territorialização do desenvolvimento pode ser percebida através do desenvolvimento local, entretanto esse local deve ser identificado como território, sob as variáveis óticas existentes sobre o conceito de território.

Território visto dessa forma como uma unidade espacial passível de ser intervencionada permite que o Estado construa oportunidades para que processos sociais e econômicos sejam desencadeados de forma satisfatória.

A conjuntura existente no momento exige que os atores sociais participantes dialoguem com outros elementos do grupo e também o próprio grupo representado, garantindo a legitimidade na representação.

Quando essa ação é legitimada, gera uma institucionalidade operacional, emergindo a discussão, e a comparação nos projetos coletivos de desenvolvimento local. Sendo assim, os interesses meramente oportunistas e eleitoreiros dos poderes são superados. A ruptura dessa relação entre sociedade civil e escalas do poder é causa de sérios descontentamentos e afastamento de entidades das políticas públicas territoriais no Brasil, gerando dificuldades no desenvolvimento regional.

Para Brasil (2012), o planejamento do desenvolvimento produtivo e tecnológico mostra-se ainda mais decisivo para o país no atual cenário de crise e grandes tensões, tendo em vista a grande desvalorização competitiva e o avanço de políticas de desvalorização e competição entre os estados da federação.

É importante o Estado desempenhar o seu papel de qualificar as ações de desenvolvimento e planejamento combinando os atributos de crescimento e equidade entre os entes federados, levando a cidadania a todos.

Nas palavras de Cardoso Júnior (2011), cabe ao Estado induzir, fomentar e produzir as condições para a transformação econômica e social do Brasil. É imprescindível, na opinião do autor, a ressignificação das dimensões do planejamento governamental.

Por isso, é relevante o papel do Estado nessa dinâmica em que as noções de desenvolvimento e planejamento do governo são amplamente requalificadas, combinando crescimento e equidade, garantindo assim a cidadania

CAPÍTULO III – A POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

No campo Geográfico, a sociedade e os governos, nos últimos anos, têm se atestado às questões voltadas à temática territorial, buscando, através das Políticas dos Territórios da Cidadania, garantir a universalização dos direitos sociais às camadas e aos municípios, antes esquecidos ou aliçados dos Projetos de Políticas Públicas.

Em face do conjunto de dados e enfoques trazidos neste capítulo, assevera-se que os contextos que englobam o planejamento para o desenvolvimento territorial do Portal da Amazônia nascem a partir das ações desencadeadas pelos Territórios Rurais. Esse espaço possui uma série de dimensões que vão além da questão econômica. Sendo assim, os outros elementos também possuem relevância e influência nos territórios rurais, inicialmente, e nos Territórios da Cidadania, atualmente.

3.1 Os Territórios Rurais: A Gênese dos Territórios da Cidadania

Para Santos (2002), é através de ações normatizadas e de objetos técnicos, que a regulação da economia e do território vão impor-se com mais força. Desse modo, o processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação para ser eficaz. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente é necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Essas novas necessidades de regulação e controle estrito, apesar da distância, constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão este que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no ano de 2003, implantou o programa dos Territórios Rurais. Essas ações possuem simetrias em relação à Política dos Territórios da Cidadania. Essa política implantada em 2003 também busca a superação das desigualdades regionais e sociais. Com essa característica, os programas dos territórios rurais representam o início da tendência de políticas orientado através da descentralização de decisões e formulação de conselhos e colegiados, compartilhando e implementando políticas públicas.

Há uma linha de interpretação em que o conceito de território deriva do conceito de espaço, sendo o primeiro produto da apropriação de um recorte do espaço por determinado grupo social que estabelece nele “relações afetivas, indenitárias, de pertencimento.” (HAESBAERT, 2011). Este conceito é amplo e analisado em diferentes áreas e cada uma delas, ao conceituá-lo, procura enfatizar questões prioritárias dentro de seus contextos. Haesbaert (2011) aponta os interesses das diversas áreas como a Geografia, que enfatiza a materialidade do território em suas múltiplas dimensões; a Economia, que utiliza a noção de espaço e não de território como uma das bases da força produtiva; a Ciência Política que enfatiza sua construção a partir das relações de poder (ligada à concepção de Estado); a Antropologia que destaca sua dimensão simbólica ao trabalhar as comunidades tradicionais; a Sociologia que o enfatiza a partir da intervenção nas relações sociais; e a Psicologia que incorpora o território no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, reduzindo-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT apud VIEGAS, 2014, p.28).

Os chamados Territórios Rurais não se restringem unicamente ao espaço rural, são, na verdade, espaços de integração que articulam a participação dos atores sociais, identidades e culturas, interesses públicos.

Alguns critérios são levados em consideração na construção de um território rural; dentre eles, destaca-se: proximidade geográfica, condições socioeconômicas, ambientais, culturais, IDH baixo, presença significativa de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, populações tradicionais, dentre outros fatores que indiquem identidade.

A concepção do programa surge com iniciativa das institucionalidades representativas territoriais, objetivando a promoção e o apoio e o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural.

O espaço rural, socialmente organizado, o qual chamamos de território, é carregado de especificidades de acordo com cada realidade, gerando demandas particulares diante da diversidade de atores sociais que atuam no território. Essas demandas partem de problemas tradicionais enfrentados pela sociedade brasileira, como saúde e educação, que assumem uma dimensão mais significativa na perspectiva do meio rural (VIEGAS, 2014).

Os principais eixos produtivos atacados pela política pública são: organização e fortalecimento dos atores sociais; adoção dos princípios e práticas de gestão social e promoção da implementação e integração de políticas públicas em várias áreas de abrangência.

Na visão do Governo, a estrutura ou célula inicial dos territórios da cidadania já estavam prontas e iniciadas com os territórios rurais. Com esse esqueleto pronto no ano 2008,

dos municípios que formam os Territórios Rurais, o Governo Federal selecionou alguns municípios considerados prioritários, inicialmente e, que, possivelmente, a dinâmica dos Territórios Rurais não deve ter atendidas às necessidades.

Com essa seleção cria-se, então, o Programa dos Territórios da Cidadania. Isso porque alguns territórios rurais estavam, economicamente, fragilizados e necessitando de um atendimento emergencial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações ainda mais articuladas. A prioridade para atender os territórios é determinada pelo baixo acesso aos serviços básicos, pelos índices de estagnação na geração de renda, dentre outros.

Quando o projeto central dos Territórios Rurais se restringe à agricultura familiar, torna-se um empecilho para que outros atores sociais participem das estratégias territoriais de desenvolvimento. A contribuição de outros grupos poderia ter peso na construção do desenvolvimento regional. A contribuição política de grupos em atividades não agrícolas pode ser importante, no entanto esses grupos são alijados do processo.

De fato, a coesão social e regional valorizando as diversidades étnica e cultural em conjunto com uso sustentável dos recursos naturais se torna uma das principais características do Programa dos Territórios Rurais.

Na atualidade, são 239 territórios rurais com núcleos de extensão e desenvolvimento territorial. Uma vasta equipe de profissionais formadas em cada um dos territórios por Professor Coordenador, Assessor Territorial de Gestão, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva. Para o caso dos territórios da cidadania, temos a figura do Assessor de Gênero para trabalhar os sistemas de ações afirmativas para Mulheres do Campo e possuem um Estagiário Bolsista.

3.2 A Criação dos Territórios da Cidadania

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial entende as políticas públicas enquanto abordagem territorial da seguinte forma:

- O elemento rural e as ruralidades não se resumem apenas ao agrícola. Não é apenas um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal. São suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos chamados fatores naturais.

- A escala municipal é restrita para o planejamento e organização de esforços, visando a promoção de desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais, que precisam ser mobilizadas.

- Necessidade de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atividades aos espaços e aos atores locais.

E, por último, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e os documentos consultados indicam que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidades entre pessoas, grupos sociais e instituições, que possam ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Os projetos desencadeados no MDA almejam a garantia de processos que buscam múltiplas dimensões, contribuindo para a construção do território em diferentes áreas, econômicas, social, político-institucional e ambiental.

A importância social, política e cultural das ações e programas, como os Territórios da Cidadania para os municípios pesquisados, leva em consideração aspectos de identidade regional e da própria sobrevivência desses habitantes. Por outro lado, a união desses municípios representa uma ferramenta de luta pelos ideais, sobretudo da Agricultura Familiar. Esse modelo de produção é o principal discurso de órgãos do Governo, como o MDA que busca a transição dos sistemas de produção em larga escala para a Agricultura Familiar.

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e torna-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos de qualquer outro fator (SANTOS, 2012).

A contemporaneidade da década de 90 até 2015 foi marcada pela reestruturação do capitalismo com o triunfo do estado neoliberal e de um modelo hegemônico de produção e consumo, associado à revolução tecnológica advinda do acesso à informação em tempo real, do surgimento de novas mídias que apagam as distâncias, modificando antigas estruturas, transformando-as, criando novas formas de representações sociais, desejos, necessidades e territórios. Sobre a sociedade moderna, Silva nos esclarece sobre alguns pontos:

Na sociedade capitalista moderna, uma das manifestações concretas da dinâmica socioespacial do Capital é representada pela grande corporação que

constitui um dos principais agentes de reorganização do espaço capitalista, envolvendo crescente multifuncionalidade e multilocalidade das escalas geográficas de operações. Desse modo, a busca que elas realizam por lugares e regiões privilegiadas, pela circulação do capital, em escalas cada vez mais amplas, é um elemento de integração de novos espaços à dinâmica do capital e deve ser entendida em termos de valorização do capital (SILVA, 2003, p.11).

Um novo tipo de organização social descreve essa reelaboração dos imaginários sociais, ressignificando práticas e instaurando culturas padronizadas. É a sociedade em rede que surge na cena mundial.

No ano 2003, na troca de Governo, são ampliadas as ações no campo das políticas territoriais e, 20 anos após a Constituinte, é lançado o Programa dos Territórios da Cidadania, dentre suas metas, a difícil missão de dar voz aos sujeitos locais para a construção de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável com os interesses e especificidades presentes nos municípios. Para essa difícil tarefa, adota-se o enfoque territorial e gestão social, exercida por meio dos Colegiados Territoriais.

O surgimento dos Territórios da Cidadania no Brasil é algo extremamente recente e remonta ao ano de 2008, data essa que coincide com a crise Econômica Mundial que assolou o mundo capitalista no mesmo ano que, segundo alguns autores, os reflexos dessa crise ainda perduram em 2016. Os fatos concretos no Brasil apontam que o processo de criação dos territórios pelo Governo Federal aconteceu em fevereiro de 2008. Nesse sentido, o Programa Territórios da Cidadania se posiciona na categoria o território como fim, buscando definir estratégias e arranjos institucionais nos diferentes territórios, com vistas a fomentar novas dinâmicas de desenvolvimento, buscando superar entraves estruturais históricos, gerando novas oportunidades às populações destes territórios.

É uma alternativa de relevância os projetos tentarem enfrentar as desigualdades regionais que foram construídas historicamente no próprio processo de desenvolvimento, sendo que o Programa Territórios da Cidadania buscou a valorização das potencialidades em conjunto com forças sociais e locais, para buscar um desenvolvimento equilibrado dos municípios.

No início da implantação dos Territórios da Cidadania, eram apenas 60 Territórios da Cidadania no Brasil, destes, sendo 13 na região norte, 29 no nordeste, 8 no sudeste, 6 no centro-oeste e 4 na região sul. Com esse desenho, são contemplados 958 municípios abrangendo uma população total de 24 milhões habitantes (MDA/Brasil, 2015).

Totalizaram 135 ações e um valor inicial de 11,3 bilhões de reais (Brasil, 2008). No ano de 2009, mais 60 novos territórios são criados, formando a tessitura atual dos Territórios da Cidadania, distribuídos na seguinte proporção: 12 no centro-oeste, 27 no norte, 56 no nordeste, 10 no sul e 15 no sudeste (MDA, 2015).

Este Decreto e o próprio Portal surgem como uma Agenda Social que tem como objetivos a consolidação de Políticas Públicas, que possam garantir direitos e, ao mesmo tempo, reduzir a chamada desigualdade social através das atividades principalmente da Agricultura Familiar. Um ponto sobre essa questão é colocado por Silva (2003)

A fronteira capitalista, em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e de grupos sociais diversos (índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros, etc.). Se é fruto das contradições do capitalismo, a paisagem geográfica da fronteira torna-se, portanto, palco de duas lógicas de apropriação da terra que articulam em torno de sua posse e do trabalho aí presente e da noção de propriedade jurídica da terra, sem que haja, necessariamente, seu uso produtivo. Desse modo, a fronteira é expressão das contradições socioespaciais do capital em áreas sob conflitos fundiários das mais diversas ordens e grandeza. Apesar da resistência de grupos sociais marginalizados e excluídos pelo avanço do capital, a fronteira agrícola capitalista tem confirmado seu avanço sob a periferia nacional nas últimas décadas (SILVA, 2003, p.21).

O Projeto dos Territórios surge como a receita para promover o desenvolvimento econômico de forma que leve a universalização dos chamados Programas básicos de cidadania. Essas metas seriam alcançadas através de várias estratégias de desenvolvimento do território de forma sustentável. No entanto, o que se vê e o que temos é o estrangulamento dessas atividades sustentáveis pelo avanço incessante do Capital.

As grades geradas pelo mecanismo de globalização são assim consideradas barreiras a serem superadas pela sociedade. Não podemos esquecer que o espaço do cidadão ainda é o lugar, a região e o território, pois o capital para manter sua mais valia precisa dimensionar-se no espaço geográfico. Paradoxalmente é aqui que está a sintropia, em que da dialética dissipativa da dominação e o ilusionismo provocado pela ideologia burguesa podemos repensar o lugar, o território, e a região, pois a partir da própria manutenção da necessidade de levar fluxos de capital constantes à região, podemos redirecionar o conteúdo das formas reativando a organização de suas estruturas e gerando assim novas funções para seus processos (CAMARGO, 2009, p.47).

Ao mesmo tempo em que essa globalização hegemônica reafirma seus valores e

permeia todas as relações da contemporaneidade, naturalizando-se e afetando a vida social e cultural dos países, contraditoriamente, ela permite que, nas *brechas* do sistema, outra globalização se instale e produza seus sentidos, reafirmando a singularidade dos sujeitos, a valorização do território e da identidade local, do multiculturalismo e da diversidade; ainda sobre essa luta de classes, Chauí assevera:

Esta (a luta de classes não deve ser entendida apenas como os momentos de confronto armado entre as classes, mas como o conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais pedagógicos, usados pela classe dominante para manter a dominação. E como todos os procedimentos dos dominados para diminuir ou destruir essa dominação. (...) A ideologia nunca pode explicitar sua própria origem, pois, se o fizesse, faria vir à tona a divisão social em classes e perderia, assim, sua razão de ser que é a de dar explicações racionais e universais que devem esconder as diferenças e particularidades reais. Ou seja, nascida por causa da luta de classes e nascida da luta de classes, a ideologia é um corpo teórico (religioso, filosófico ou científico) que não pode pensar realmente a luta de classes que lhe deu origem (CHAUI apud VISENTINI, 2012, p.109).

Outro discurso que podemos perceber nos documentos oficiais como o decreto de consolidação dos Portais é a questão do financiamento e apoio para a superação da pobreza e das desigualdades no meio rural, do ponto de vista, inclusive de gênero, raça, etnia. No entanto, os Ministérios participantes do Projeto dos Territórios elegeram no ano de 2013 como prioridades 52 Territórios da Cidadania dentre esses o Portal da Amazônia. Uma questão peculiar é que são o total de 120 territórios distribuídos nas cinco Regiões do Brasil.

Após a identificação das questões prioritárias e dos indicativos que, provavelmente, são os causadores da estagnação econômica e, conseqüentemente, da necessidade de políticas Públicas de Desenvolvimento do Campo, as políticas propostas e implantadas. Neste trabalho, busca-se o fomento e fortalecimento da capacidade da escala local de criar alternativas e oportunidades de inovação no campo do desenvolvimento.

O principal objetivo do Programa dos Territórios da Cidadania foi promover a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, todas essas ações através do desenvolvimento territorial sustentável.

No decreto de criação, tem-se a visão de implementar a chamada integração e políticas públicas com base no planejamento territorial, ampliando os mecanismos de participação social na gestão de políticas públicas de interesse dos Territórios.

Uma outra busca da implantação dos Territórios da Cidadania é a ampliação na oferta dos programas básicos de cidadania; inclusão e integração produtiva das populações pobres e

dos chamados segmentos populacionais vulneráveis, dentre eles, os trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais. E a valorização da diversidade social, cultural, econômica, políticas, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Com todos esses determinantes, a pobreza rural vem segmentada dos baixos níveis de acesso aos serviços básicos, da estagnação na geração de renda e manutenção das atividades produtivas básicas e de carência de políticas públicas que supram de fato essas demandas.

Outra característica do Programa é a estratégia utilizada no âmbito do planejamento e gestão desse território; utilizam a gestão territorial integrada e participativa onde os entes, Federal, Estadual e Municipal e os representantes da sociedade decidem as prioridades.

As estruturas são desencadeadas a partir da Coordenação Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Comitê Gestor Nacional, o Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento, os Comitês de Articulação Estaduais e os Colegiados Territoriais.

No artigo 5º do decreto de 2008, a implantação do Programa levou em consideração três eixos de atuação: Ação Produtiva, Cidadania e Infraestrutura. A grande sacada desses três eixos de trabalho e implementação é orientar matrizes para elaboração de planos de ações nos quais os órgãos diretamente envolvidos definirão as ações que pretendem desenvolver em cada um dos territórios, levando em consideração as competências e compromissos.

Com o pressuposto de que existe um marco legal e uma base normativa no Brasil em busca do desenvolvimento territorial, a partir desses eixos que norteiam as ações do Programa, é possível verificar como isso se constrói na prática e também perceber como essas políticas se desenvolvem no município.

As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento que se organizam sob uma base territorial, além de levarem em conta os distintos recursos do território (como os recursos naturais e o capital social, por exemplo), embasam-se nas territorialidades evidentes em tal território, de modo a criar sinergias e modelos de produção adequados e que, efetivamente, promovam o desenvolvimento.

O Programa abrange 1852 municípios da federação, como também uma população de 42,4 milhões de habitantes, dos quais cerca de 13,1 milhões vivem nos espaços rurais, sendo agricultores familiares, assentados, indígenas e quilombolas.

Esse programa tem o objetivo de fortalecer e dinamizar as ações no espaço rural garantindo, de forma participativa e cidadã, a permanência da família em seu ambiente rural enquanto protagonista de sua produção e reprodução na unidade familiar, garantindo a dinamização de outras funções da agricultura familiar, além da produtiva, como educação, lazer, cultura,

formas de organização social assumindo, então, características específicas deste espaço quando comparado ao meio urbano (VIEGAS, 2014, p.17).

Trazer a cidadania através de seus eixos de atuação pode se tornar um instrumento efetivo, possibilitando alcançar o desenvolvimento territorial dos municípios, ampliando dessa forma as possibilidades de valorização da heterogeneidade e as particularidades de cada um dos espaços, enfocando a capacidade de cada uma delas se desenvolver.

Tal aspecto evidencia que muita coisa precisa ser efetivada no Portal da Amazônia, necessitando de muito mais integração entre os entes federados e a participação popular. Essas estratégias podem possibilitar a concretização dessas estratégias de ações desenvolvidas no âmbito do Portal da Amazônia.

De modo geral, inferimos no sentido de que ainda estamos longe de alcançarmos o *status* de desenvolvimento territorial do campo brasileiro, no entanto o Programa por meio dos objetivos traçados em sua implantação vem apresentando avanços significativos no sentido de haver projetos para o campo.

Quando uma sociedade muda, conjunto de suas funções mudam em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalações se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, Mundo, ou a formação Socioeconômica (SANTOS, 2002, p.116).

Projetos esses que por muito tempo não existiram no Brasil ou não conseguiram sair do papel para serem engendradas. Muitas são as circunstâncias para a concretização desse modelo. Essas especificidades não são somente geográficas, mas também sociais, culturais e políticas com interesses que nem sempre são simétricos.

Institucionalmente, existe um espaço onde os atores locais, com objetivos e representatividade desempenham funções determinadas. O Estado reconhece a importância da participação social e tenta, de certa forma, inseri-la no arranjo dessa política específica. Dentro deste espaço institucional, tem a força para constituir-se em um espaço de gestão social, formando uma agenda de demandas territoriais que não se limitam apenas às cidades cobertas pelos Territórios da Cidadania.

Por mais específica que possa parecer a Geografia e ainda que o tema seja recorrente, percebemos entraves na concepção da categoria de análise território, mesmo no meio acadêmico e técnico, há certa ambiguidade, os que defendem claramente que o território

antecede o espaço geográfico, e os que dizem que o Espaço antecede o território, concebendo assim que o território seria um filho originário do espaço geográfico.

A ação intencional constrói a territorialidade, como uma soma do espaço e dos atores. Esses atores de forma deliberada constroem suas ações dentro deste território, através de sua intencionalidade de relações econômicas, sociais e culturais.

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível para a escala de um lugar como para a escala do mundo. Ela é também possível para a escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares (SANTOS, 2002, p.57).

Baseado nesse ponto, seria, então, o território apenas um espaço com limites e essa intencionalidade necessita ser desenvolvida dentro dessas fronteiras estabelecidas por um arcabouço de leis e regras. Aqui, o território é elemento que emana poder, dominação e apropriação.

Por essa premissa, o Portal da Amazônia se tornou um território estratégico para os interesses, campo vasto para implantar Políticas Públicas. A inserção deste espaço nas regras econômicas dominantes, onde o capital dita as regras, vem se consolidando com ajuda do próprio estado como grande fomentador.

O território, porém, não é um dado neutro. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história, como indica a seus atores o modo de nela intervir conscientemente (SOARES, 2009, p.78).

A ocupação desta porção do Estado de Mato Grosso é o fruto de processo contraditório que deixou marcas. No entanto, o grande discurso desse nosso período histórico é a questão do reordenamento espacial. Um reordenamento dentro de um território que vem desde seu nascimento passando por transformações de suas matas, para plantações, das plantações para o zoneamento socioeconômico.

Essas novas dinâmicas desempenhadas pelo capital somam-se à divisão social e territorial do trabalho, dentro de um território remodelado com uma nova dinâmica produtiva.

De acordo com o decreto de criação dos Territórios da Cidadania em seu Artigo 3º, a escolha de priorização destes territórios deve seguir os seguintes critérios:

- Estar inseridos e incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- Maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária;
- Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- Baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; maior concentração de Municípios de menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.

Os Territórios da Cidadania foram inseridos no Campo do Planejamento Territorial através de decreto de lei de 25 de fevereiro de 2008. Além do reconhecimento por parte do Governo Federal de que há sérias diferenças territoriais em nosso país e, que dentro do conceito dessas diferenças, existem espaços que necessitam de Políticas Públicas diferenciadas de desenvolvimento, é preciso que os municípios levem em consideração esses fatores para que possam ser inseridos nos Territórios da Cidadania. No próprio Decreto de criação e reconhecimento dos territórios, fica claro que municípios serão inseridos no Programa. A inclusão de municípios é feita em função de alguns critérios (Figura 01).



Figura 1: Critérios de Seleção dos Municípios

Outros fatores são analisados para que sejam alocados na Política Pública como exemplo o fator da ocupação. É necessário que os municípios inseridos tenham uma densidade populacional de 80 habitantes por quilômetro quadrado. Concomitante a isso, a necessidade de que o total de população seja até 50.000 habitantes. Esses municípios são agrupados de forma que correspondam aos critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, construídos e reconhecidos, historicamente, com a construção de uma identidade regional própria. Assim, outros critérios complementares são utilizados (Figura 02).

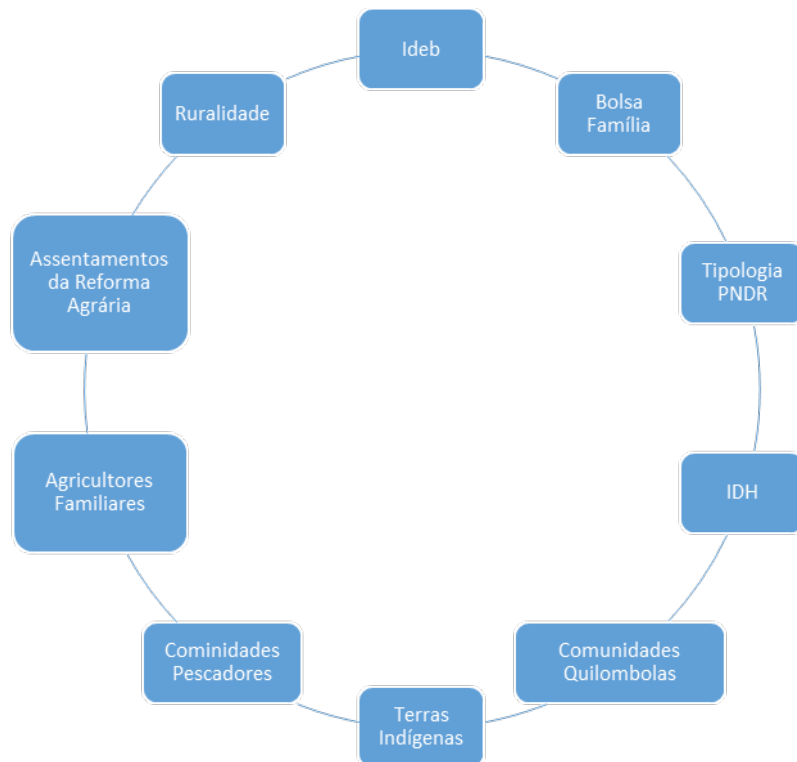


Figura 2: Critérios Complementares para Inclusão

A busca incessante pela construção de uma identidade cultural e social é uma marca importante na construção dos territórios; é essa identidade territorial que procura através da participação social na gestão das políticas de desenvolvimento.

O território é a arena de oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a geografia da produção e a sociedade civil que generaliza e desse modo envolve, sem distinção todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias do ponto de vista dos atores hegemônicos, enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2002, p.259).

De acordo com Santos (2011), através do tempo, o espaço se comporta como um todo. A transformação do espaço “natural” em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas, historicamente, determinadas. Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. Em cada caso, o valor de cada subespaço se transforma com relação a outros subespaços dentro do espaço nacional. Cada um dos subespaços é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que o diferencia dos demais, mas sua explicação deve ser buscada numa dinâmica global que é a mesma para todos. Se cada porção de espaço

controla alguns aspectos de sua evolução, a evolução de suas estruturas dominantes dentre eles, população, emprego etc. não são controladas localmente.

Em relação aos processos de ocupação da Região, estes sempre estiveram ligados à necessidade de se criar Políticas Públicas que engendram a cidadania. Uma das metas estipuladas na criação dos territórios está a integração das populações menos favorecidas, historicamente, pelos processos sociais e econômicos.

As metas do Programa buscam proporcionar o diálogo contínuo entre Governo e a sociedade local organizada, e isso vem se consolidando através de audiências e reuniões com a comunidade e Comitê Gestor.

Toda essa organização busca ações que possam minimizar as desigualdades regionais atualmente existentes, reduzir os níveis de pobreza, desenvolver projetos de produção sustentável, geração de trabalho, emprego, renda e, conseqüentemente, a inserção social.

3.2.1 Organização das Cooperativas com Base nas Políticas dos Territórios da Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania busca o fortalecimento, por exemplo, das cooperativas agrícolas contribuindo para o fortalecimento dessas atividades e construção de territorialidades das mais diversas formas.

Na visão do Programa, o desenvolvimento local é um dos principais itens a serem trabalhados pelos órgãos e desenvolvidos pelos municípios. Assim, as cooperativas de agricultura familiar são os agentes no processo de fomento e de inclusão social, inserindo novas formas para obtenção de renda, ressignificando a realidade da agricultura familiar em Mato Grosso.

O fato da agricultura familiar passar por dificuldades de financiamento e efetivação faz com que os Governos busquem a construção de Programas que possam se comprometer com a causa. Esse programa tem conseguido avanços significativos na aglutinação de forças no interior do Brasil. Uma das principais forças é o Programa Territórios da Cidadania que vem construindo novos arranjos produtivos, agregando valores aos pequenos produtores. O Programa dos Territórios da Cidadania traz uma série de ações voltadas para os mais variados setores da sociedade, busca mudanças nas relações estabelecidas entre a sociedade e economia. Essas metas necessitam serem alcançadas no Programa, conforme descrição abaixo:

- Organização da Base Produtiva em associações rurais e em Cooperativas. Essas ações podem ser observadas com a presença e a ação de Cooperativas nas cidades do Portal da Amazônia.
- Transformação da Produção Convencional em Tecnológica e Sustentável; a dialética e *práxis* demonstrada mostram as duas relações muito próximas e conexas, ao mesmo tempo, em que observarmos o surgimento de cooperativas e associações de pequenos produtores, observa-se o agronegócio se aproximando com seus empreendimentos.
- Fomento e consolidação da Agropecuária regional aplicando, inicialmente, a ferramenta Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta e seus arranjos produtivos; essa parece ser uma das ações mais complexas a ser colocada em prática, pois, no Território, as pequenas propriedades pouco tem alcance às atividades de fomento agrícola. A integração é complexa, pois, no início do processo de colonização, esses mesmos moradores foram incentivados a derrubarem a maior parte das árvores da propriedade. Dessa forma, é complicado acompanhar a atual legislação.
- Aumento da produtividade; a pequena propriedade tem demonstrado através do arcabouço produtivo da Agricultura Familiar como um modelo interessante para que essa produção seja consolidada.
- Diminuição dos custos de produção e aumentos dos resultados (sobras líquidas com as atividades); as atividades do cooperativismo podem constituir-se alternativa para essa questão.
- Minimização do êxodo rural e agregação das famílias na busca da consolidação de suas atividades, invariavelmente, as cidades pequenas possuem uma qualidade de vida e tempo diferenciado dos grandes centros. No entanto, a vida nas grandes cidades vem se tornando um verdadeiro fascínio para os jovens camponeses.

3.2.2 Os Territórios da Cidadania e as Estratégias de Regionalização

Enquanto estratégia de desenvolvimento regional dos territórios da cidadania, essa nova política trazida à tona pelas atuais metodologias de regionalização e planejamento demonstra ter uma forte ligação com a manutenção do atual sistema produtivo. É notória a análise da paisagem local a forte ligação dos municípios com o agronegócio e a expansão da nova fronteira agrícola

A superposição das redes nacionais produtivas e institucionais tem definido ou redefinido as regiões do país, dando-lhes novas identidades no conjunto territorial nacional. Num país como o Brasil, com tais dimensões e de formação colonial e periférica, essas redes, ao formarem estruturas mais ou menos duráveis, têm sido capazes de criar laços de coesão entre as partes do território, mas também forças de fragmentação. Quanto mais cristalizados forem esses laços a nível regional, menor a possibilidade de políticas territoriais novas conseguirem alterar substantivamente as estruturas preexistentes (COSTA, 2011, p.76).

Quando se vai para a *práxis*, essas ações que levam em conta os diversos fatores: o entorno do eixo da BR 163, Programas de Desenvolvimento da Região Amazônica, grande parte desencadeada pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Nessas áreas, as forças de fragmentação são muito mais intensas que as forças que de coesão, devido a este espaço ser destinado a atender uma demanda externa em virtude das forças advindas do eixo logístico.

3.2.3 Estrutura Organizacional do Programa

O programa dos Territórios é dotado de um Comitê Gestor, Grupo Interministeriais de Execução e Acompanhamento, Comitês de Articulação Estaduais e Colegiados Territoriais. Dessa forma, foram eleitos os chamados territórios com alta prioridade de desenvolvimento e fortalecimento da integração em pequenas propriedades rurais (Figura 03).

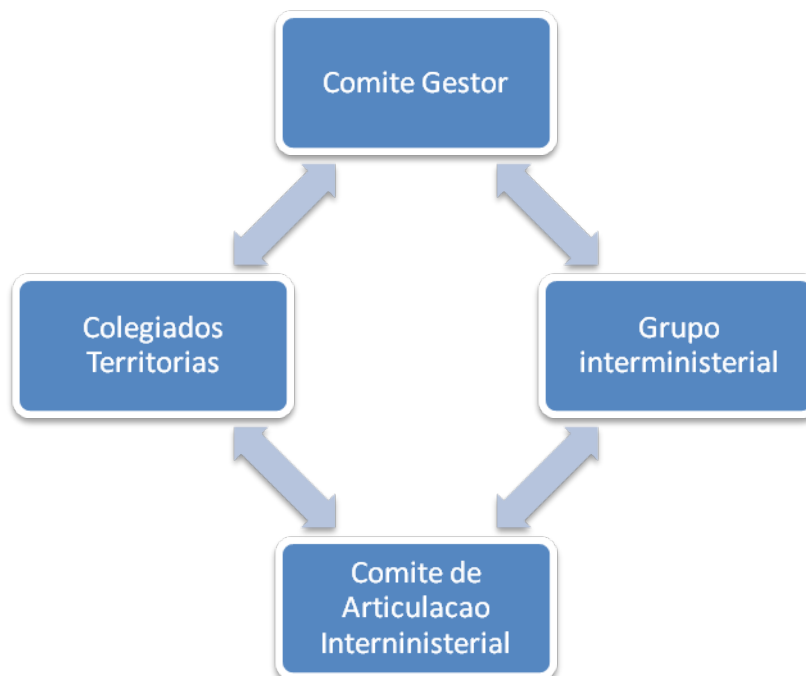


Figura 3: Organograma de Funcionamento dos Territórios da Cidadania Organizado por Carvalho, 2015.

Dentre os agentes com capacidade de modificar os sujeitos e os territórios, estão o Estado, os agentes privados e a sociedade civil. A ação desses entes influencia sobretudo no planejamento, para compreender essas demandas, e a forma que estes atores agem, bem como o nível de intensidade de suas atividades nas decisões e demandas sobre o território.

3.2.4 As Prioridades do Programa Territórios da Cidadania

A ação principal deste programa é a realocação das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. As perspectivas atuais desencadeadas no Portal da Amazônia se organizaram sob uma base territorial que levam em conta os variados recursos do território; embasam-se nas múltiplas territorialidades, criando sinergias e modelos de produção que promovem o desenvolvimento local.

Se os olhos da gestão voltam para áreas antes esquecidas por outros governos, esse fato gerou um fato novo no campo das Políticas Públicas. A superação das chamadas desigualdades regionais em todas as suas formas e maneiras. A ideia sempre foi territorializar as ações no campo político e do planejamento. Outro fator que marca as ações idealizadas pelos territórios da cidadania é chamado participação popular nas decisões a serem tomadas pelo grupo Gestor. O programa elegeu algumas áreas como espaço de atuação (Figura 4).



Figura 4: Áreas do Programa - Fonte: MDA Organizado pelo autor.

Os fatores que levaram construção desses territórios são de ordem: sociais, culturais, geográficos, econômicos e políticos. Seria, de certa forma, a busca pela identidade de uma regional. Essa identidade é perceptível nos mais variados processos de construção do Portal da Amazônia.

São as transformações ocorridas no cenário nacional das últimas décadas que buscaram a consideração das dinâmicas regionais como método de planejamento. Essa é uma conquista que foi consolidada através de ações de grupos sociais antes alijados, representando uma importante conquista democrática da população. Sendo assim, os territórios não representam centralidade sem os atores sociais, é preciso dar representatividade aos poderes locais na operacionalização de políticas públicas.

CAPÍTULO IV – A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PORTAL DA AMAZÔNIA

Anteriormente, as políticas territoriais implementadas no século XXI, diversas outras ações por parte do Estado Nacional, foram implementadas no espaço correspondente aos municípios integrantes do Território da Cidadania do Portal da Amazônia.

Do processo de ocupação e a variabilidade econômica desse vasto território, iniciou a transformação nos anos 40 e, a partir da década de 70 do século passado, teve um impulso acelerado a partir dos Programas de Desenvolvimento dos governos militares.

4.1 Políticas Públicas Territoriais do Brasil

O histórico das Políticas Públicas territoriais no Brasil está presente no país desde o Governo de Eurico Gaspar Dutra com o Plano Salte, que era uma proposta de planejamento econômico englobando quatro áreas: energia, transporte, saúde e alimentação. Desde esse período, vários programas foram elaborados e implantados no país (Brasil, 2015).

Uma das primeiras tentativas no âmbito de criar instrumentos sociais para inserção da Amazônia no contexto econômico e de ordenamento foi dado pela Constituição Federal de 1946. É a partir deste instrumento jurídico, que se institui o chamado, Plano Valorização Econômica da Amazônia, que funcionava como uma série de instruções, privilegiando serviços, empreendimentos e obras para a região.

Tinha-se a ideia de incrementar o projeto de desenvolvimento regional e, desse modo, começaria a pensar no bem-estar socioeconômico da região e, logicamente, estender o contexto econômico do Brasil à aquela região “desocupada”. São esses argumentos que marcaram o processo de planejamento regional do Brasil por décadas.

O espaço, entretanto, não é, usualmente, considerado como uma das estruturas da sociedade, mas um mero reflexo. E, se concluímos que a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis, atuando através da história, sua inércia passa a ser dinâmica. Por inércia dinâmica, entendemos que a forma é tanto resultado como condição do processo. As formas espaciais não são passivas, mesmo que sua autonomia, com relação a outras estruturas sociais, seja relativa. Mas as formas espaciais também obrigam as outras estruturas sociais a modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam criar formas (SANTOS, 2011, p.45).

Em 1953, há a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a (SPVEA) que delineava o contexto político e planejava a ocupação e o desenvolvimento da Região Amazônica. Relata-se, nesse período, poucas cidades estabelecidas no Estado de Mato Grosso, que, ainda, era composto pelo atual Mato Grosso do Sul e o nome do nosso país ainda eram Estados Unidos do Brasil. Muito se pensava na ocupação da parte norte de nosso país.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação na natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2002, p.62).

Com maior ou menor sucesso, foram implantados o Plano de Metas no Governo JK, ressaltando a construção de Brasília e a implantação da SUDENE e também o Plano Trienal no Governo João Goulart.

No ano de 1966, quando se cria a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), havia passado alguns anos do primeiro ensaio de se criar Políticas Públicas de Integração Nacional e Planejamento Territorial. Já se passaram mais de 50 anos das primeiras estratégias, desencadeadas para a ocupação e gestão territorial deste espaço geográfico e, de acordo com dados, é uma área prioritária necessitando de sérios investimentos e de programas de gestão e desenvolvimento.

A partir da década de 1970, são criados os Planos Nacionais de Desenvolvimento: I PND (1972/1974), II PND (1975/1979) e III PND (1980/1985) nos Governos Militares. (Brasil, 2015).

Os Programas de Desenvolvimento desencadeados foram primordiais na ocupação e nas mudanças no campo mato-grossense, sobretudo nas áreas de cerrado. Conforme Monteiro (2004), a Região Centro-Oeste era nos anos 70 uma das últimas reservas de terras aptas à produção agrícola. A partida dessas propostas de desenvolvimento com forte base territorial, começou com o Plano Nacional de Integração-PIN e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), este último integrado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) entre 1972 e 1974.

A atuação da Sudam continuou muito forte no início da década de 1970, a ponto até de 1972, dos recursos disponibilizados para o Centro-Oeste, 93,54% tiveram como destino

Mato Grosso (MONTEIRO, 2004). Desde a instituição do PIN, Mato Grosso foi direcionado à colonização com vista a ocupar o imenso território, bem como o desenvolvimento das atividades produtivas.

De 1975 a 1979, foi implantado o II PND, no qual foram instituídos o Polocentro e o Polamazônia. O Programa de Desenvolvimento do Cerrado-Polocentro teve o foco nos cerrados, tendo participação importante até a região do Parecis no Mato Grosso, hoje maior polo produtor do estado e próxima aos municípios mais ao norte do estado. Por outro lado, a mesma política deu origem ao Programa de Desenvolvimento da Samambaia-da-amazônia, que foi direcionado para esse bioma e objetivava à implantação de polos agrominerais e agropecuários entre outros, no Norte de Mato Grosso, compreendendo a área anos mais tarde instituída pelo Portal da Amazônia.

Esse segundo plano de desenvolvimento teve maiores repercussões econômicas e espaciais e, com a abertura da BR-163 ligando Cuiabá à Santarém, foi decisivo nas transformações do denominado “Nortão” de Mato Grosso.

Nos anos 1980, nenhum grande plano foi instituído só retornando essa política nos anos 1990. Já na era democrática, um marco no Planejamento no país é representado pela Constituição de 1988, que vai instituir o Plano Plurianual (PPA) como uma forma de forçar o Governo Federal a produzir um documento sobre planejamento para gestão, como somos uma unidade federativa, os PPAs se estendem aos Estados e Municípios (Brasil 2008).

No Governo Fernando Henrique Cardoso entre (1996/1999), o grande Plano de Governo era chamado “Avança Brasil” e falava em eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Nesse plano, constava referências espaciais sobre desenvolvimento com projetos estruturais essenciais para a transformação do país (Brasil, 2008). Com a criação do Plano de Investimento Avança Brasil, que se voltou à implantação de estruturas logísticas nos mais variados modais de transporte, visando canalizar a produção em direção aos centros consumidores e à exportação. Esse fato criou condições para também favorecer o crescimento da produção, notadamente de grãos.

O Plano Plurianual do segundo mandato de Fernando Henrique trouxe para o enfoque da Administração Pública e a integração entre plano, orçamento e gestão (BRASIL, 2008).

No primeiro mandato de Lula (2004/2007), o PPA tinha o título de “Brasil de Todos”, representava um modelo de gestão orientada para resultados e como premissa, a disponibilidades de informações em tempo real para todos os gestores envolvidos. Nesse

plano as chamadas políticas regionais urbanas e rurais foram definidas pelos ministérios de competência.

Em processo semelhante, agora no novo século, foi lançado o Programa Brasil em Ação-PAC, o qual possui um eixo destinado aos investimentos em infraestrutura de transportes. Todos repercutiram na região norte do Mato Grosso em maior ou menor escala.

4.1.1 As Políticas Iniciais de Ocupação do Portal da Amazônia

Ao somarmos as Populações desses Municípios com os dados do IBGE (2014), chegamos a 260 mil habitantes. Esses municípios que compõe o Portal localizam exatamente no extremo Norte do Estado de Mato Grosso. Por conta de muitos focos de desmatamento, e de várias operações desencadeadas pela Polícia Federal e IBAMA, dentre outros órgãos, a área ficou conhecida como Arco do Desmatamento da Floresta Amazônica. Essas ações foram todas elas desencadeadas e acompanhadas com os olhares atentos de toda imprensa nacional.

Dentro do programa Território da Cidadania, as políticas direcionadas à agricultura familiar tem o objetivo de fortalecer e dinamizar as ações no espaço rural, garantindo, de forma participativa e cidadã, a manutenção do produtor rural em seu ambiente rural enquanto protagonista da reprodução social na unidade de produção. Importante destacar que essas políticas não estão ou não devem estar associadas somente ao aumento da produção agrícola, tendo em vista que o meio rural dispõe de elementos que nos possibilitam uma análise sob diferentes aspectos para além da produção, como a educação, lazer, cultura, formas de organização social, assumindo, desta forma, características específicas deste espaço quando comparado ao meio urbano (VIEGAS, 2014, p.63).

A análise das novas relações entre campo e cidade proposta na política dos territórios da cidadania se tornou importante, pois esta vem gerando fatores de mudanças no território, sejam através das novas horizontalidades ou no incremento de novos circuitos espaciais de produção ou através do incremento de fluxos diários de capital ou matéria-prima.

É notória a relação entre os conflitos socioambientais do ano de 2003, quando os municípios se uniram para estabelecerem as primeiras diretrizes da construção do Portal, e os conflitos ambientais da atualidade, cujas características, praticamente, não modificaram. Ainda, há grande concentração de terras, fortes sinais de desmatamento, dentre outras problemáticas.

A relevância desse tema em relação à contribuição da Geografia e ao papel da efetivação das políticas na concepção de um novo paradigma no campo mato-grossense, é

importante ressaltar essas atividades que vêm contribuindo para não só a mudança do espaço, mas a construção dos sujeitos que nesse espaço está inserido.

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é possível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética (SANTOS, 2002, p.108).

Historicamente, o espaço nacional sempre foi uma arena de lutas e de entraves, sejam estes políticos e ou econômicos. A década de 1990, por exemplo, é marcada por uma sistemática fase neoliberal. E esse método político se impôs de tal maneira que culminou com uma série de agendas preestabelecidas do lado de lá do oceano e nossos governantes a seguiram de forma passiva e perversa. Esse paradigma neoliberal perdurou enfaticamente até os anos 2000; não que ele esteja definitivamente rompido com nosso atual sistema, mas que suas ações diminuiram nos últimos 15 anos.

Ainda dentro do contexto destes conflitos, há um fator preponderante proporcionado pelo avanço atual da chamada Fronteira Agrícola. Essa nova dinâmica socioambiental vem se consolidando nos últimos anos, e o desenho do eixo da soja vem se expandido inclusive dentro do Portal.

Uma outra característica do diversificado processo de colonização do Nortão de Mato Grosso se construiu através dos processos de reforma agrária, através dos assentamentos rurais. Parte significativa dos municípios do Portal da Amazônia se originou de Projetos de Colonização, horas particulares e hora financiadas pelo próprio Governo Militar. A prática de incentivo à colonização da Porção Norte de Mato Grosso foi corriqueira durante muito tempo em nosso país, eram os tempos do milagre brasileiro.

Governos locais que direcionam infraestrutura para determinados locais e que nitidamente se esquecem de outros lugares dentro de seus territórios pode em um Estado democrático suportar a pressão popular? À medida que o capital diminui as distâncias implantando o meio técnico e científico nas paisagens, também se verifica um novo patamar de dimensões informacionais que alertam as populações de seus limites e de suas possibilidades pela simples comparação de paisagens. E, associado a isso, o desenho geográfico-holográfico onde a região relaciona-se o todo dimensiona e sugestiona também novos encontros do homem local com sua liberdade, pois, se as formas impostas pela dinâmica capitalista enclausuram, a sua dialética liberta (CAMARGO, 2009, p.43).

Volumosos empréstimos eram feitos às empresas que queriam colonizar e povoar os espaços vazios de nosso país, principalmente no Norte do Brasil. Essas mesmas empresas adquiriam grandes áreas e dentro dessas áreas proporcionavam os Projetos de Colonização, muitas vezes, ultrapassavam as áreas iniciais. Era vasta a propaganda e o incentivo para as famílias que se aventurassem por essas áreas.

A década de 1970 marca um período histórico no que se refere a esses programas de intensos incentivos à colonização. Esses programas se transformaram na Política Pública daquele momento e os investimentos se concentravam nesta temática.

Ao tentar desconstruir as chamadas tensões agrárias através destes projetos, tinha-se a ideia de ocupar este espaço através da integração dos mesmos ao território nacional, era a época do "integrar para não entregar". Sendo assim, estes Projetos eram preenchidos e seus principais alvos eram os habitantes dos Estados da Região Sul do Brasil, enquanto antes que poderiam transformar este espaço vazio.

Logicamente, eram vendidas histórias de fachadas para os futuros moradores dessa região; esperando uma terra fértil como jamais se viu na história deste país. Eram essas as imagens e discursos vendidos sobre o norte de Mato Grosso.

Até então a porção que hoje é o Estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do imenso Estado de Mato Grosso. Esperava-se uma terra fértil e com muitos incentivos para os novos agricultores de nosso Estado.

Quando aqui chegaram, depararam com um território estranho à vivência dos mesmos, e os incentivos e a terra produtiva já no início não foram possíveis. O "Eldorado Verde" não passou de uma história marcada por sérias frustrações e inúmeras mortes e desistências dos próprios colonizadores.

Aliados a estes fatores de ordem social e econômica ainda haviam *práxis* agrícolas que não eram adaptadas para a nossa característica de clima, relevo. Não se entendiam as fortes chuvas e mudança repentina do clima.

Outro fator presente eram a falta de espaço para que esta produção fosse colocada no mercado consumidor. Presença um pouco posterior aos projetos que tentaram desenvolver o contexto da agricultura na Região do Portal, foram à descoberta dos espaços propícios à exploração do garimpo. Esse fator também contribuiu para a intensa migração para o Nortão.

Algumas cidades como Peixoto de Azevedo surgiram a partir deste processo de integração econômica. A migração de que constitui Peixoto de Azevedo é proveniente de nordestinos vindos principalmente do estado do Maranhão. Entretanto, na década de 1990, esta atividade sofreu séria avaria por conta dos sucessivos Planos Econômicos que marcaram

este país. Na atualidade, especificamente nos Municípios do Vale do Rio Peixoto de Azevedo, esta atividade vem aumentando e, para cidades como Peixoto de Azevedo, representa grande parcela do Produto Interno Bruto do Município.

Conforme a política territorial desenvolvida pelo Espaço Brasileiro a partir de 2003 anteriormente à criação dos Territórios da Cidadania do Portal da Amazônia, foi instituído o Território Rural do Portal da Amazônia. Os municípios integrantes destes dois territórios são os mesmos, tendo como maior diferença na aplicação da política os recursos alocados.

4.2 O Território Rural Portal da Amazônia

O território Rural Portal da Amazônia localiza-se na faixa central do norte do Mato Grosso, nos limites Estaduais com o Estado do Pará e Amazonas.

Percebe-se que grande porção do estado faz parte desse programa. No mapa em destaque, o estado de Mato Grosso tem uma nítida participação dos municípios não integrantes do ciclo do agronegócio na proposta do governo, com exceção aos municípios de Campo Novo dos Parecis, Tangará da Serra, Campo Verde e Nova Maringá (Figura 5)

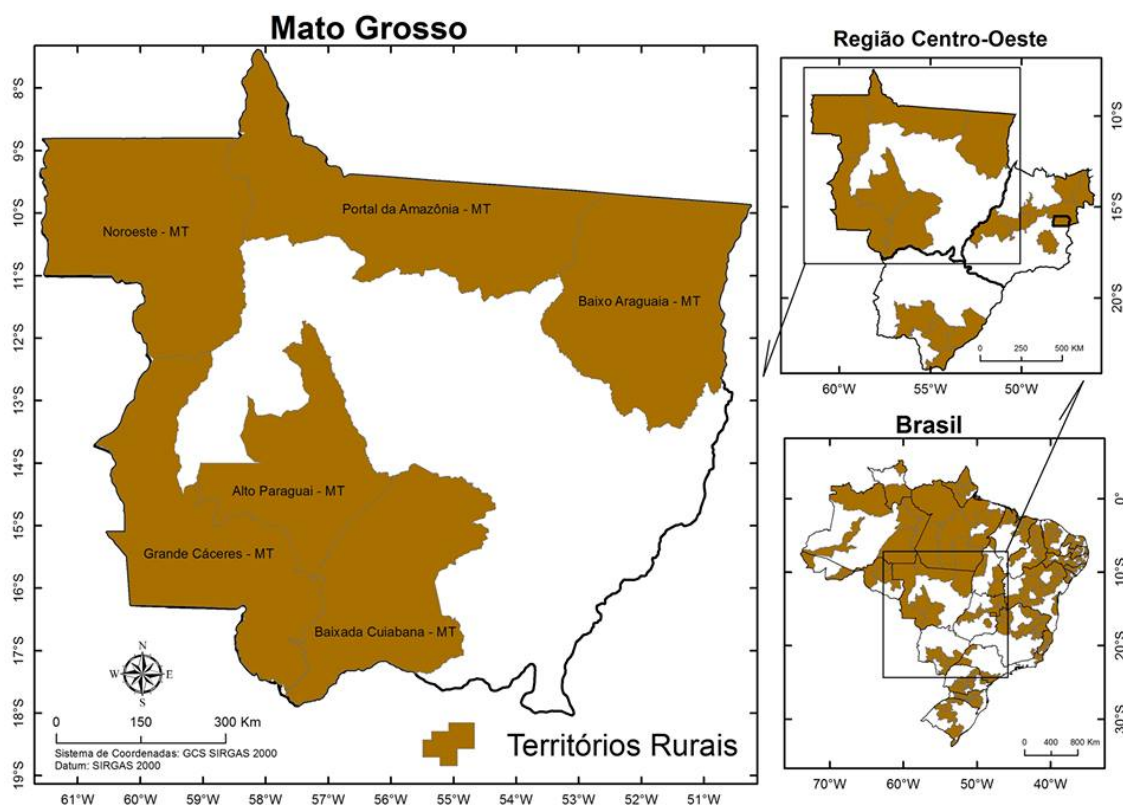


Figura 5: Mapa - Territórios Rurais

No mesmo mapa no flanco superior direito, está representada a região centro-oeste, dentro desta, é perceptível a dimensão da área dos territórios rurais em Mato Grosso perante as demais regiões do país. Já no franco inferior direito, no mapa do Brasil, é perceptível a continuidade dos territórios rurais do Norte de Mato Grosso até o Norte do Estado do Amapá, com a inclusão quase que total dos Estados do Roraima, Amazonas e Rondônia. Explica-se, que compreende justamente as áreas onde fica a maior parte das reservas indígenas do país e os assentamentos que se pretendem fortalecer para permanência do homem no campo, ou seja, efetivar a presença humana no entorno das reservas indígenas.

O mapa político dos Territórios Rurais do Portal da Amazônia esclarece como foi a constituição dos territórios da cidadania do Portal da Amazônia, que apenas deu continuidade aos processos formados e a constituição dos municípios. Idêntico processo ocorreu também nos demais Territórios da Cidadania do Estado de Mato Grosso, que seguiram a estrutura dos territórios rurais (Figura 6).

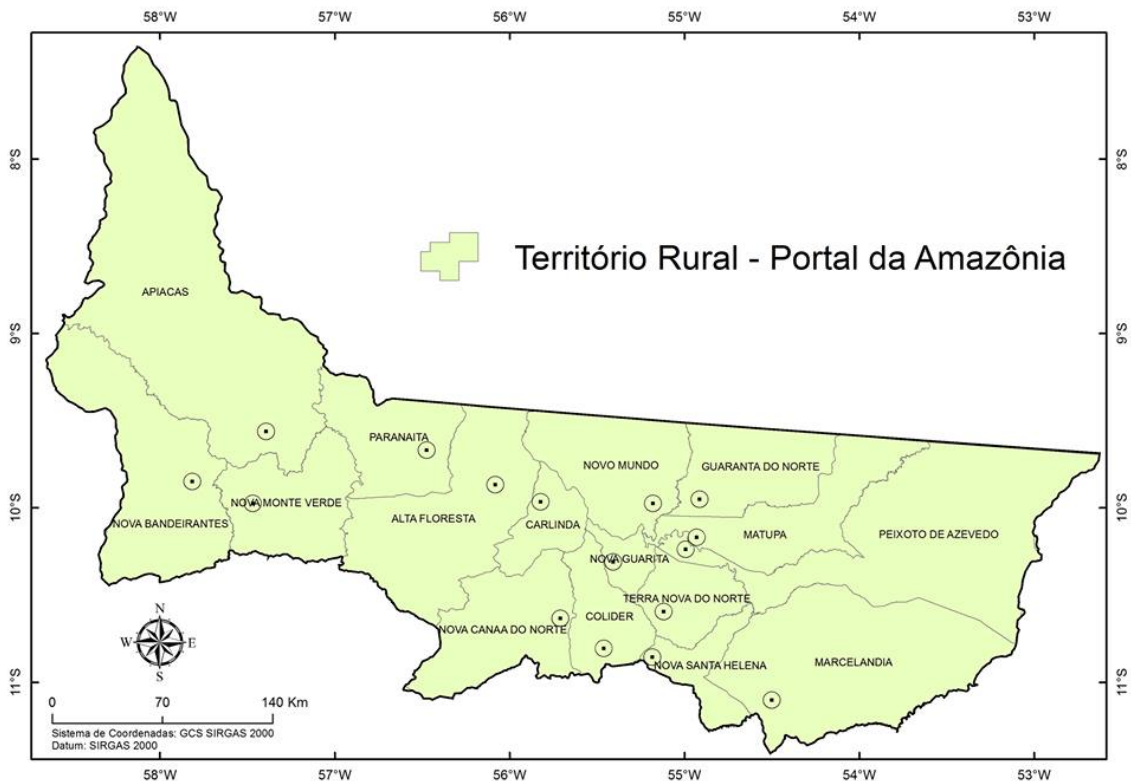


Figura 6: Território Rural – Portal da Amazônia

Enquanto isso, a quase totalidade dos municípios produtores de grãos ficaram de fora dos territórios rurais. Isso demonstra que essas unidades territoriais possuem significativa dinâmica econômica e necessitam, demandando menos apoio por parte de políticas territoriais.

4.3 Território da Cidadania Portal da Amazônia

O Estado de Mato Grosso possui, segundo dados do IBGE, uma vasta área de 903.357.908 Km². São 141 Municípios e uma população total superior a 2.800.000 habitantes. Se levarmos em conta a composição dos municípios que fazem parte do Território da Cidadania Portal da Amazônia, de acordo com a divisão em microrregiões no Estado, eles não fazem parte da mesma microrregião.

Dessa forma, o Território da Cidadania Portal da Amazônia engloba Municípios de microrregiões diferentes, com microrregiões que não estão completas no Portal da Amazônia, algumas microrregiões do IBGE não são contempladas por inteiro no Portal, cedendo apenas alguns Municípios, conforme quadro 1.

As transformações no campo nas décadas de 1970 e 1980 proporcionaram uma mudança estrutural no desenho rural e urbano nos municípios do Portal da Amazônia. Esses anos foram marcados pelos incentivos à colonização e pelo início de fundação de algumas das cidades do Portal da Amazônia.

Quadro 1 – Municípios do Território do Portal da Amazônia

Nome do Município	Microrregião
Alta Floresta	Alta Floresta
Apiacás	Alta Floresta
Carlinda	Alta Floresta
Colíder	Colíder
Guarantã do Norte	Colíder
Marcelândia	Sinop
Matupá	Colíder
Nova Bandeirantes	Alta Floresta
Nova Canaã do Norte	Colíder
Nova Guarita	Colíder
Nova Monte Verde	Alta Floresta
Novo Mundo	Colíder
Paranaíta	Alta Floresta
Peixoto de Azevedo	Colíder
Terra Nova do Norte	Colíder
Nova Santa Helena	Sinop

Fonte: IBGE, 2015.

Conforme demonstra o quadro 1 dos 16 municípios componentes do Portal da Amazônia, das 22 (vinte e duas) microrregiões do Estado, 3 (três) delas são representadas no Portal, sendo que a microrregião de Sinop está representada por apenas 2 (dois) Municípios. Percebe-se que as duas microrregiões de Alta Floresta e Colíder estão por completo no Portal. É necessário analisar que fatores levaram as autoridades ou aqueles que tomam as decisões de Planejamento Territorial no Brasil a deixar municipalidades de fora dessa importante Política Pública. Será que esses municípios se encontram em um patamar de desenvolvimento mais avançado que os que estão no Portal. Outro fato intrigante é que alguns Municípios do Portal apresentam altos índices de desenvolvimento econômico, a exemplo, Colíder e Alta Floresta (Quadro 2).

Quadro 2 – Microrregiões Representadas no Portal

Nome da Microrregião	Área Total da Microrregião	Habitantes Total da Microrregião	Municípios no Portal da Amazônia	Municípios da Microrregião Fora do Portal da Amazônia
Alta Floresta	52.590.000 km ²	102.328	Todos	Nenhum
Colíder	42462,202 km ²	148.564	Todos	Nenhum
Sinop	49.375,919 km ²	187.978	Nova Santa Helena e Marcelândia	Feliz Natal, Itaúba, Santa Carmem, Sinop, União do Sul e Vera.

Fonte: IBGE, 2015.

A diversidade física dos municípios do Território da Cidadania Portal da Amazônia e a localização dos mesmos condicionaram a própria ocupação e o uso do território. Na sequência, estão arrolados um conjunto de mapas e imagens explicativo dessa condição.

A Figura 7 corresponde ao mapa dos Territórios da Cidadania e ela possibilita observar que, em Mato Grosso, os limites territoriais do Estado com o Pará, Amazonas, Rondônia e toda está incluso nos denominados Territórios da Cidadania, coincidindo com os próprios Territórios Rurais.

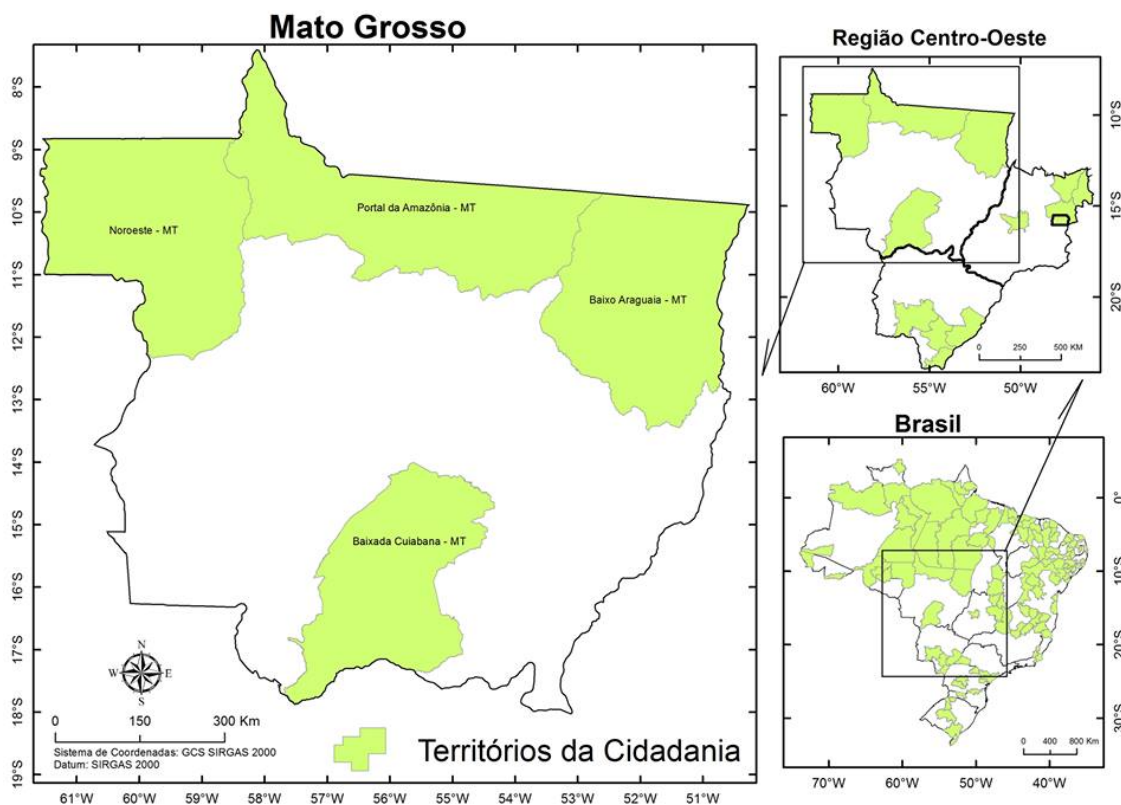


Figura 7: Mapa dos Territórios da Cidadania

Além desses três Territórios (Portal da Amazônia, Noroeste e Baixo Araguaia) ao Sul do Estado fazendo limites com o Mato Grosso do Sul, temos o Território da Baixada Cuiabana. Da mesma maneira que, nos mapas dos territórios rurais na porção superior de Mato Grosso, temos a faixa contínua com três territórios da cidadania, formando uma superfície contínua com outros territórios da cidadania que envolve a quase totalidade do estado do Pará, leste do Amazonas e norte de Rondônia.

Para efeito da Política Pública, essa continuidade territorial favorece a gestão, pois o conjunto dos territórios da cidadania funciona como uma espécie de Região Programa.

As figuras 8 e 9 são mapas da Divisão Municipal e da Rede Rodoviária permitem a visualização da verdadeira importância das vias de comunicação no processo de ocupação e uso do espaço ao longo da BR-163 no Portal da Amazônia. Em virtude da relevância desempenhada pela rodovia nos anos 1970 e 1980 a partir dela, tanto para oeste, quanto ao leste, os territórios dos municípios se ampliam.

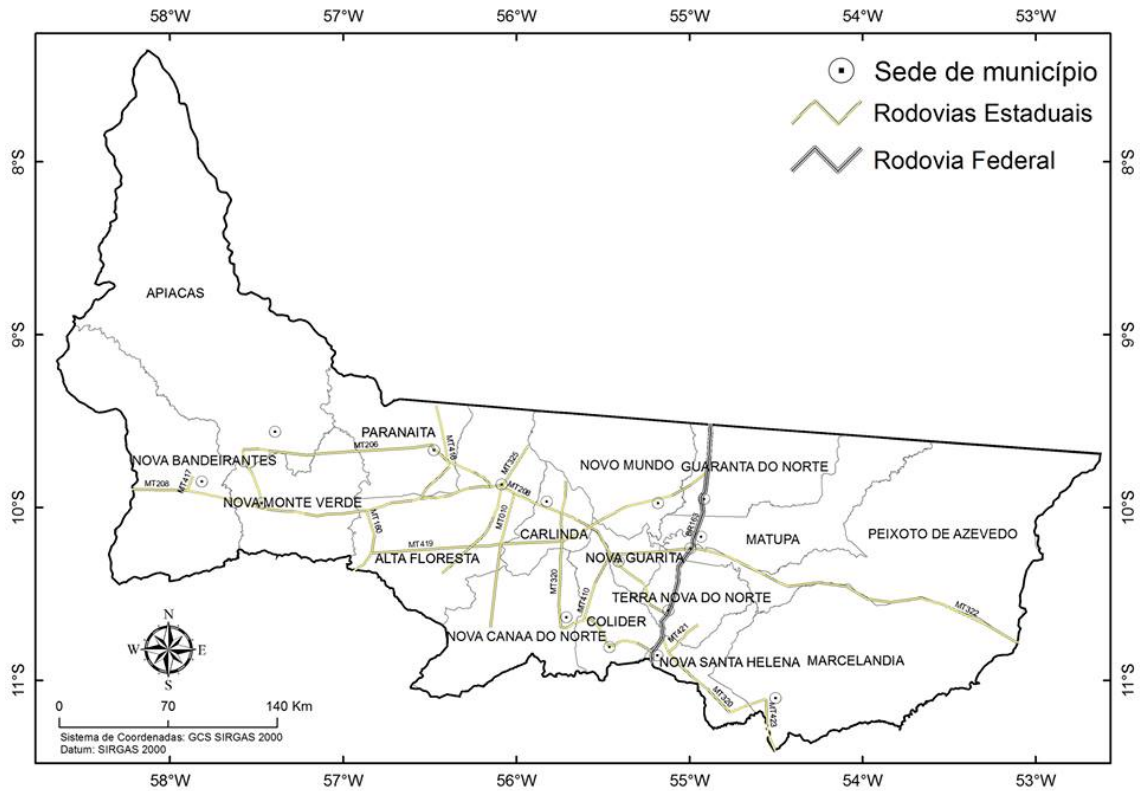


Figura 8: Divisão Municipal do Território da Cidadania Portal da Amazônia

Quando se analisa a porção leste da BR 163, é nítido o papel por ela desempenhado, o que faz agregar atividades ao longo da rodovia e nas proximidades das sedes dos municípios.

Na porção oeste, o mesmo fenômeno é observado com a rarefação das cidades a partir do eixo da BR-163 e também da concentração da população nos municípios. Em uma faixa de 100 km a partir da BR-163 para oeste e leste, estão presentes as sedes de 10 municípios, ficando 6 municípios fora desse eixo de 100 km.

A imagem de satélite do Portal permite observar a concentração das atividades na faixa limítrofe a BR-163, pelo maior uso da terra. A única referência fora desta análise é Alta Floresta que a despeito do crescimento econômico situa-se fora da faixa concentrada (Figura 9).

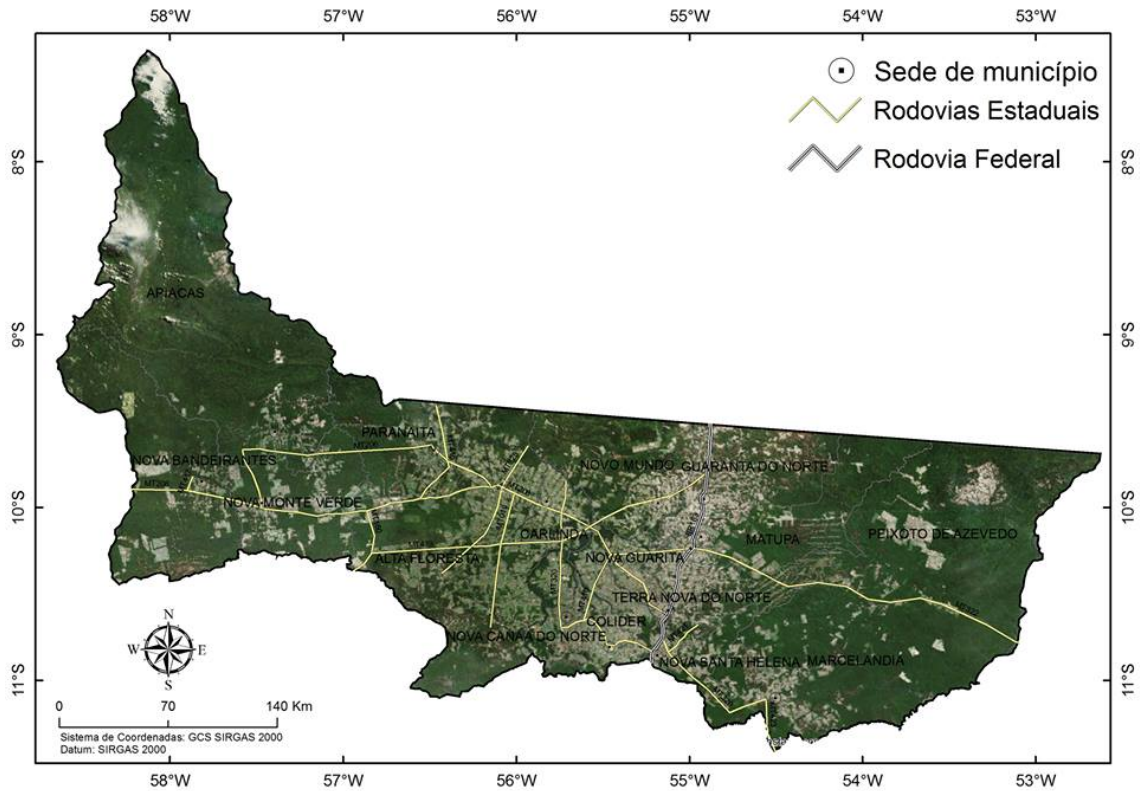


Figura 9: Mapa da Rede Rodoviária

Ao mesmo tempo é o município de maior população, mas que tem suas atividades vinculadas à pecuária e mineração. A porção leste e oeste afastada da 163 é um espaço de recursos naturais para exploração futura no Portal da Amazônia.

Na figura 10, o mapa correspondente aos municípios não contemplados pelos Territórios Rurais e da Cidadania, percebe-se que parcela significativa é composta por municípios integrantes do espaço de atuação do agronegócio em sua forma mais avançada, a agricultura moderna tecnificada.

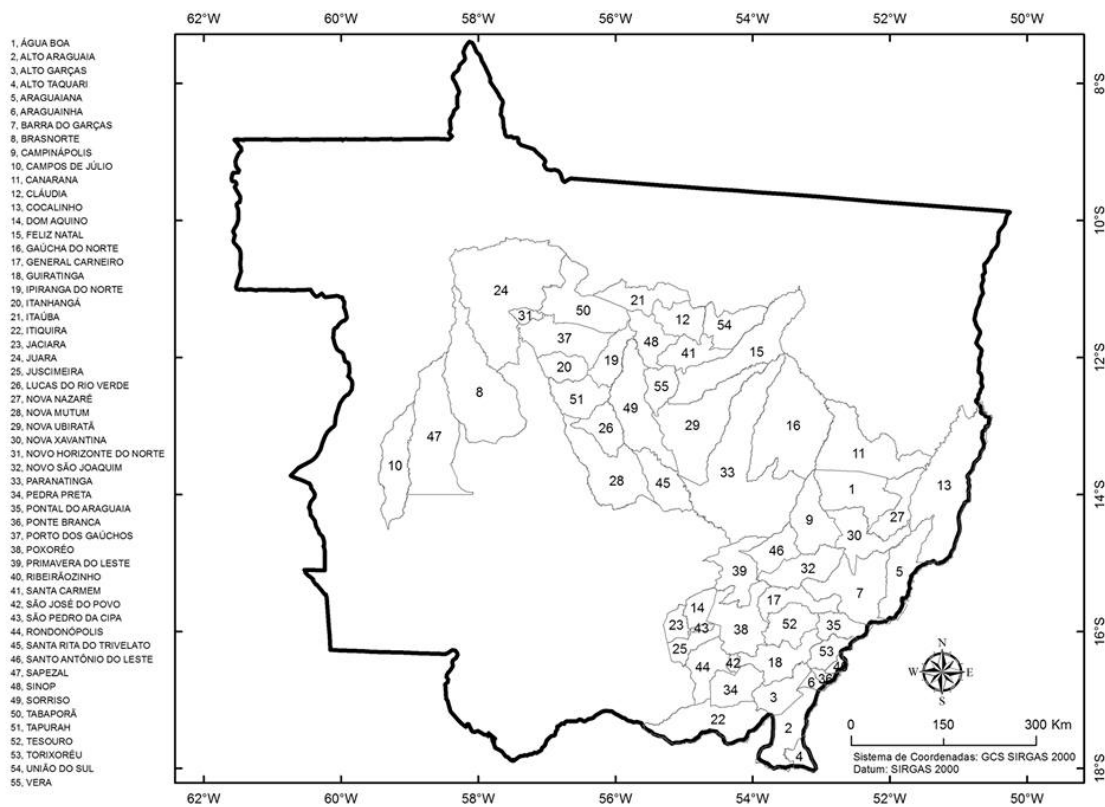


Figura 10: Mapa Municípios não Contemplados

Compreende algumas das melhores áreas de cultivo, com elevados índices de produção e produtividade. No espaço do agronegócio, sobressai as médias e grandes propriedades. Aí reside a explicação do porque estes municípios não tiveram interesse em sua inclusão tanto nos Territórios Rurais quanto nos Territórios da Cidadania, tendo em vista que o foco do programa é a produção familiar.

Também vale ressaltar que, dentre os municípios não integrantes, existem outros com predomínio da agricultura familiar, embora não tenham se articulado no sentido de unir forças políticas do âmbito regional na tentativa de inclusão na política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como é caso dos municípios de São José do Povo, General Carneiro apenas para citar alguns.

Na Figura 11, o mapa hipsométrico mostra as características físicas do Território do Portal da Amazônia, onde é visível a altimetria predominante, gravitando na cota de 300 metros como média de altitude. Os extremos de altitude das terras mais baixas estão o município de Apicás.

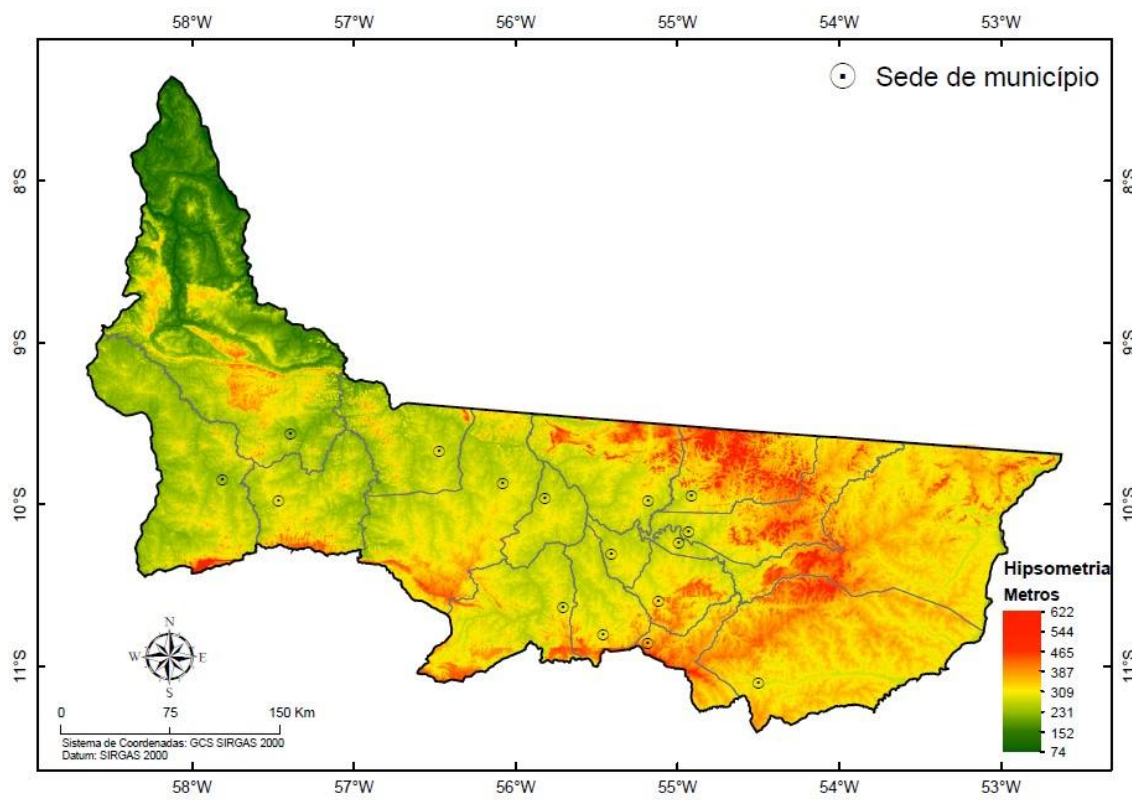


Figura 11: Mapa Hipsometria

Por outro lado, há um outro extremo das terras altas com a média aproximada de 550 metros que formam um arco, compreendendo as terras de Matupá, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Nova Santa Helena e Marcelândia.

Por ter essas terras mais elevadas, parcela desses municípios, sobretudo, Guarantã do Norte, Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte, possui maior porção de terras com pouca destinação para a agricultura, permitindo observar a produção de grãos, possui restrições nesses municípios, embora isto não impeça que as estruturas logísticas do agronegócio não se instalem no eixo da BR 163.

Na Figura 12, o mapa apresenta a declividade ao longo do Território da Cidadania Portal da Amazônia. Nele, observamos que a principal área de ocupação corresponde justamente à declividade entre 6,01% a 12% de inclinação, permitindo inferir que são propícias do ponto de vista da declividade para o estabelecimento de atividades no campo.

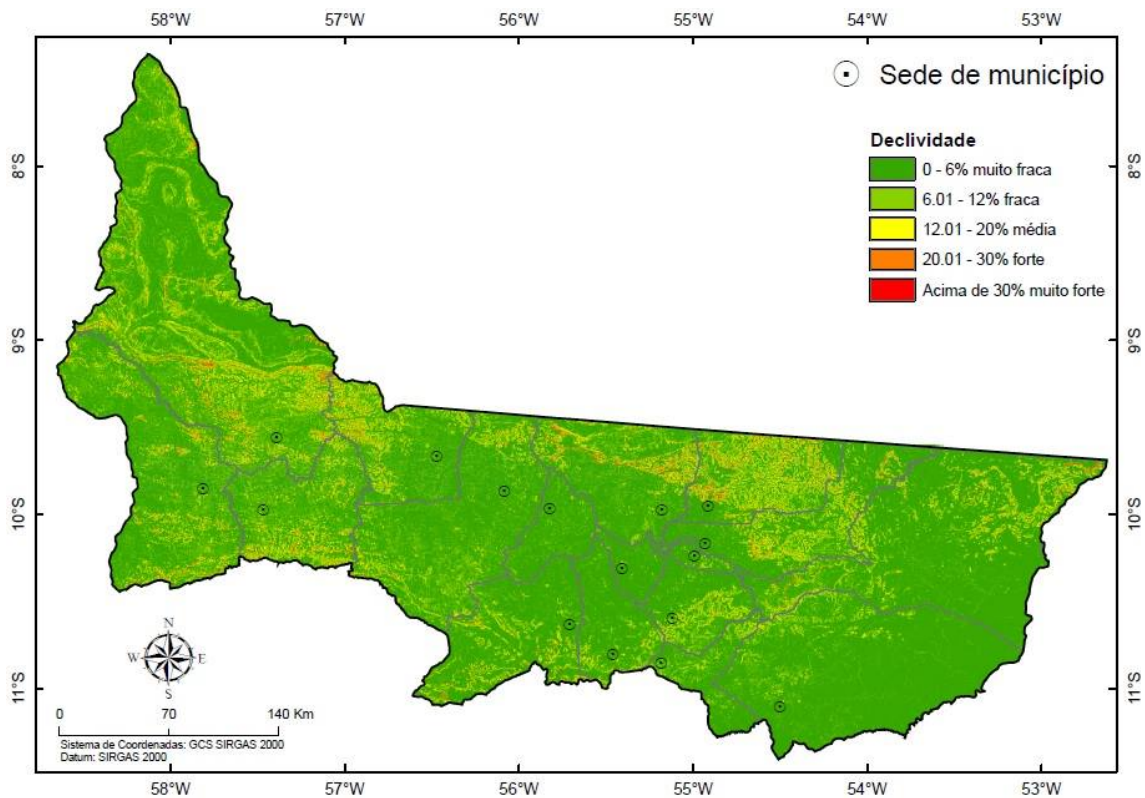


Figura 12: Declividade

A Figura 13 oferece a visualização do uso da terra onde é perceptível a abertura praticamente completa da faixa no entorno da BR 163 e MT 208.

Na franja fronteiriça entre Nova Santa Helena e Marcelândia, está inclusa uma considerável quantidade de assentamentos e empreendimentos voltados para a agropecuária. Nota-se a abertura de grandes áreas em Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Paranaíta, assim como na área centro do município de Peixoto de Azevedo, existindo ainda um cordão de vegetação separando as áreas abertas.

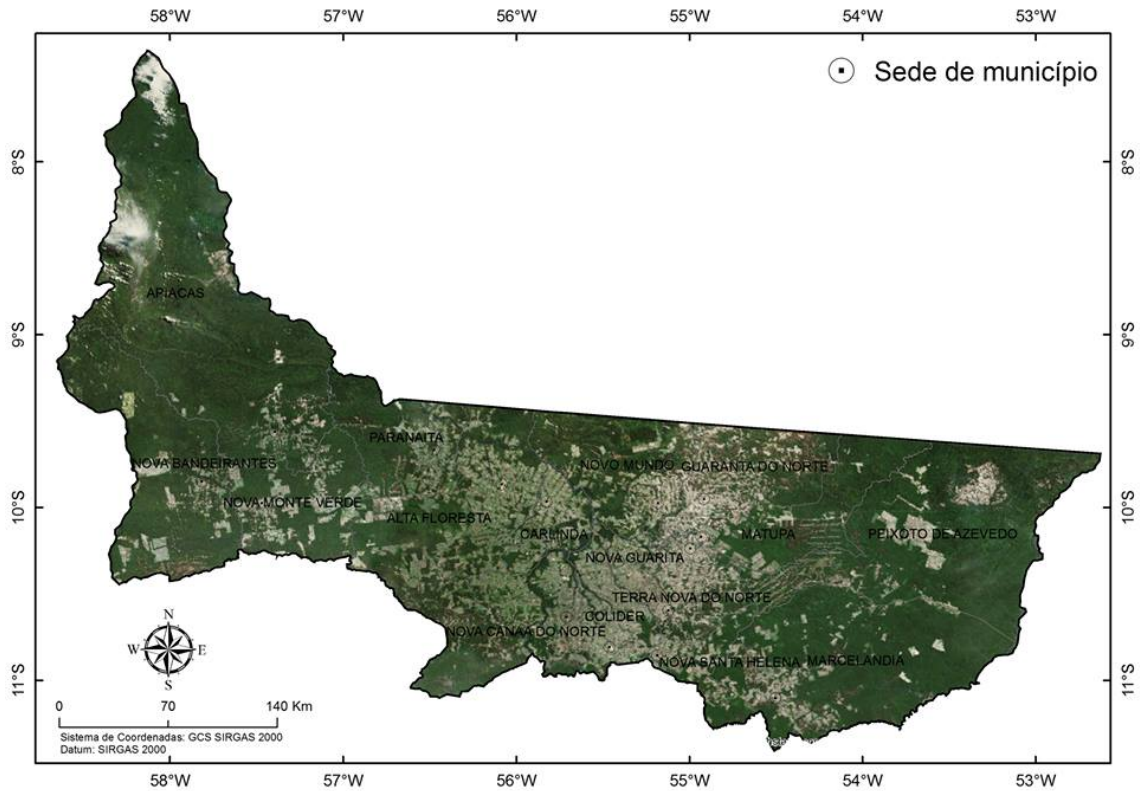


Figura 13: Processo de Ocupação

As denominadas áreas protegidas estão incluídas em diversas categorias como, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Reservas Ecológicas, Parques Indígenas, Terras Indígenas. Uma análise espacial dentro do Portal permite ver claramente uma concentração dessas áreas nos limites do Portal da Amazônia e do Estado de Mato Grosso com outros Territórios da Cidadania e estados limítrofes. Esse fato, em tese, denota que as demais áreas são propícias ao uso pela sociedade, cumprindo o que estabelece o Código Florestal para o Bioma Amazônico (Figura 14).

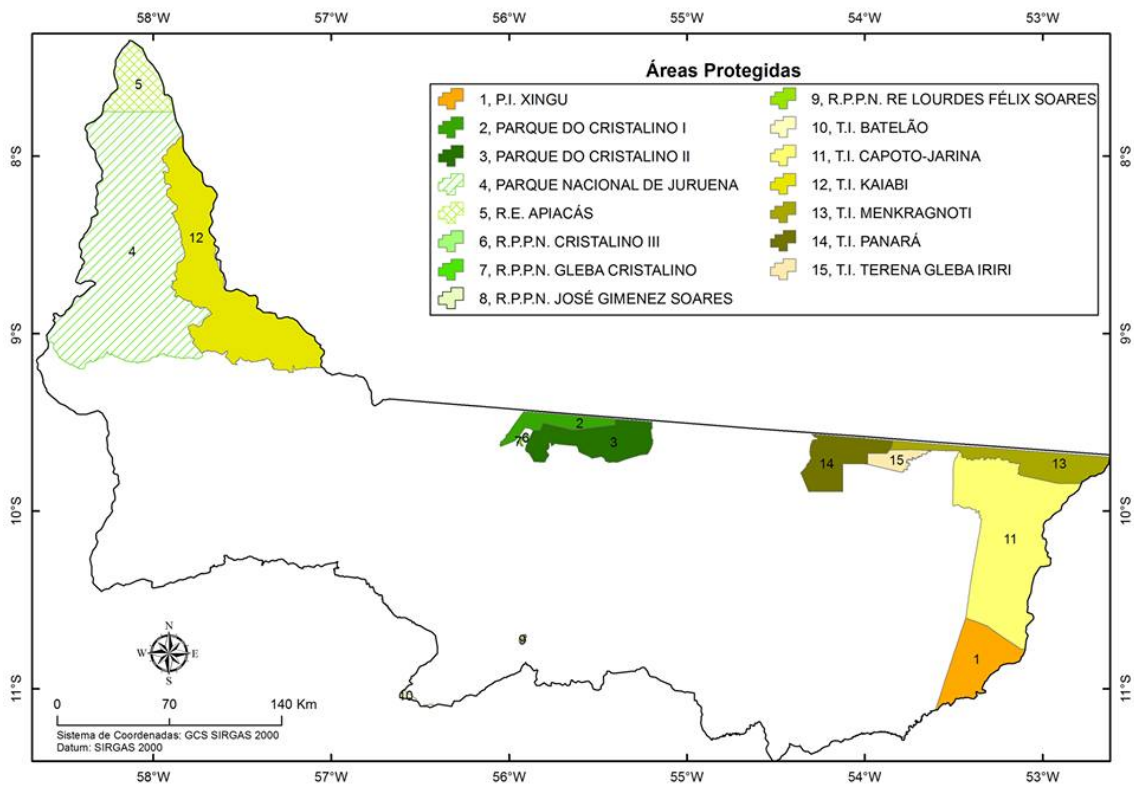


Figura 14: Áreas Protegidas

O mesmo pode ser dito sobre as áreas de preservação do Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação em sua quase totalidade concentrada nos limites do Estado do Pará e Amazonas. Existem, no entorno dessas áreas de preservação, ocupações rurais que exercem acentuada pressão nas Unidades de Conservação, fruto de um processo irracional de ocupação que perdura no Estado de Mato Grosso e no bioma amazônico desde os anos 1970.

Dentro dos territórios, existem diversos assentamentos rurais nas suas múltiplas formas e denominações, como os projetos de assentamentos e glebas (Figura 15).

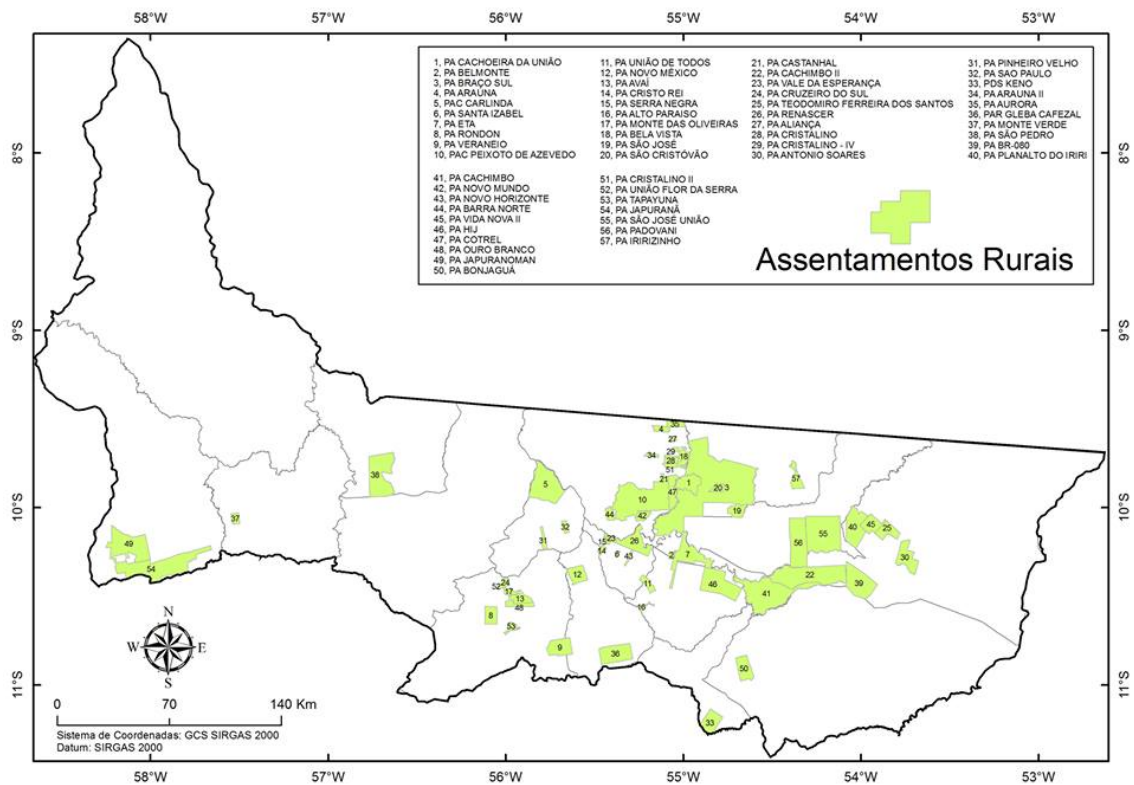


Figura 15: Mapa Assentamentos Rurais

Tomando como base as informações contidas no mapa, nota-se, claramente, uma concentração de assentamentos no entorno de alguns municípios, sobretudo ao longo do eixo da BR 163 e da MT-322.

Parcela significativa do território foi nos anos 1970 e 1980, palco de grandes conflitos principalmente pelo ciclo da mineração do ouro, que atraiu muitos migrantes para esse espaço que forneceu, posteriormente, demanda para que as terras fossem colonizadas, passando pelo ciclo da madeira e da mineração.

Conforme observado nos mapas e imagens anteriores a respeito de se tratar sobre alguns aspectos, esses municípios do norte de Mato Grosso como semelhantes, a diversidade física e socioeconômica é perceptível. Possivelmente, essa variedade de demanda no campo do desenvolvimento regional e, nas estratégias escolhidas para a seleção dos Municípios, está entre a resposta para a grande diversidade de condições existentes nos Municípios e nas microrregiões representadas no Portal.

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser

reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade englobando os processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e reproduz (CARLOS, 2008, p.34).

Para os municípios da mesma Região Norte, as características e demandas são as mesmas; as necessidades de saúde, educação. Quando tratamos das condições do campo, as precariedades existentes nos municípios assumem dimensões muito mais relevantes se tratando da pequena propriedade.

O espaço produzido pelo capital fundamenta-se na apropriação privada, que aliena do produtor o produto, nesse sentido, o espaço se produz a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço. Mas como ultrapassar a ideia de localização, de modo a perceber que as modificações que a sociedade imprime no espaço geográfico pressupõem transformações da própria sociedade, na medida que o espaço reproduz se concomitantemente a reprodução da própria realidade? (CARLOS, 2008, p.22).

De forma marcante, a população do Portal da Amazônia se diferencia, por exemplo, de outros Territórios da Cidadania do Estado de Mato Grosso, pois significativa parte da população local ainda vive no campo e do campo. Comparando esses dados com o Território da Baixada Cuiabana, o resultado dessa análise de dados se inverte. Na Baixada Cuiabana, a esmagadora população vive nas cidades, e a maior parte em apenas uma cidade, no caso Cuiabá.

De outrora, a paisagem campo e cidade estiveram separadas e cada uma com seu devido espaço. Isso se dava tanto de forma ideológica como geograficamente; no entanto, nos últimos anos, essa lógica vem mudando, intercalando esses dois universos, o rural e o urbano.

Por outro lado, a produção do meio técnico-científico obriga a uma reinterpretação qualitativa do investimento público, em função dos círculos de cooperação que, desse modo, se instalam em um nível superior de complexidade e em uma escala geográfica de ação bem mais ampla. Os fluxos decorrentes são mais intensos, mais extensos e mais seletivos. O investimento público pode aumentar em uma dada região, ao mesmo tempo em que o fluxo de mais valia que vai permitir beneficiarão algumas firmas ou pessoas, que não são obrigatoriamente locais. Essa contradição entre fluxo de investimentos públicos e fluxo de mais valia consagra a possibilidade de ver acrescida a dotação regional de capital constante ao mesmo tempo em que a sociedade local se descapitaliza. Da mesma forma, a vulnerabilidade ambiental pode aumentar com o crescimento econômico local (SANTOS, 2002, p.253).

Estes aspectos elencados nos remetem à noção de não existir mais o discurso único do chamado desenvolvimento rural. A busca dos municípios do Portal da Amazônia vem consolidando a ideia de desenvolvimento na totalidade envolvendo cidade e campo. Também se percebe a necessidade de haja resolução das questões específicas de cada município.

Na medida que os agentes locais da produção agrícola, rurais ou urbanos, tem um poder de controle limitado sobre o que é localmente produzido, o conhecimento das relações entre a produção local e os aspectos mais globais do intercambio acelera essa produção política, aparecendo com um limite à racionalidade, uma vontade de contrariá-la ou o desejo de lhe sobrepor outros objetivos (SANTOS, 2002, p.307).

Nem todas as ações nos Territórios da Cidadania partem exclusivamente do poder público. No Portal da Amazônia, por exemplo, acontecem ações entre Parcerias Público Privadas, Associativismo e Cooperativismo. Essas ações vêm promovendo desenvolvimento agropecuário das cidades participantes, destacando, por exemplo, alguns Municípios do Portal como Terra Nova do Norte com a ação da Coopernova, maior empresa e empregadora no âmbito municipal. Ações semelhantes de Cooperativismo acontecem em Colíder com a Cooper Líder e em Nova Canaã do Norte com a indústria Marajoara do Norte.

Os chamados Territórios da Cidadania são espacialidades criadas a partir da união de Municípios que, de certa forma, possuem características geográficas com certa semelhança; configurando, assim, no campo da Geografia, uma Regionalização que leva em conta os quesitos propostos pelo Decreto Governamental de 2008. E as ações proferidas por estes Municípios dentro do contexto da União Federativa vão de encontro com as necessidades que são caracteres em comum entre os membros. No campo das ações de planejamento e de políticas governamentais, são levadas em consideração as características efetivas dos territórios.

4.3.1 Colegiado Territorial do Portal da Amazônia

Nos anos 1990, foram criados e proliferados os Conselhos municipais, que contribuíram no sentido de democratizar as questões que envolvem o desenvolvimento regional e principalmente o destino dos recursos públicos. Mas o sentido inovador dos conselhos não ganhou efetividade, seu impacto na sociedade era restrito. Um problema frequente é a questão do corpo técnico desses conselhos, não possuem técnicos disponíveis no mercado e nem no grupo de servidores das prefeituras.

Os territórios já definidos para serem prioridades para o Desenvolvimento Territorial no Brasil e apoiados pelo MDA causaram, ao mesmo tempo, a criação dos colegiados e a proliferação dos espaços participativos.

As ações do CODETERs do Portal da Amazônia não levam como expressão somente das forças populares, a presença do corpo político nas decisões têm recebido maior peso.

A ampliação da participação popular nas decisões é uma busca constante para assim ampliar o campo de decisão, a fim de que o comitê possa ir além dos antigos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial, ampliando seu campo de atuação.

Com isso trazer a importância e surgimento do capital social na organização com participação dos agricultores familiares, assentados dentre outros. A capacidade de mobilização dessas forças sociais pode construir e efetivar esse capital social.

As organizações de Agricultura Familiar, acompanhadas de seus sindicatos representantes, os trabalhadores rurais e seus sindicatos, são as entidades mais ativas nos comitês.

A noção de um modelo nacional de busca de desenvolvimento territorial passou por uma evolução, casando certo impacto em certas regiões e territórios, é visível o contraste no território, economias e municípios desenvolvidos são contrastantes com cidades que não possuem uma estrutura adequada. Mas é possível fazer uma relação entre os municípios de maior economia e menos deteriorada territorialmente, e os municípios de pouca estrutura possuem um capital ambiental imenso, podendo este ser explorado futuramente.

O território é o campo de difíceis relações históricas que se estabeleceram, são vinculadas intermediações entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento regional. Não se mensura até que ponto isso é positivo no sentido do estabelecimento e fortalecimento do território enquanto unidade de política pública.

A questão envolvendo os territórios enquanto identidade vem sendo debatido há alguns anos. Universidade e gestores vêm construindo debates em relação a essa temática. Os avanços nesse tema são visíveis com trabalhos e dissertações sendo construídos.

No programa dos territórios da cidadania, temos o enfoque para as decisões tomadas em modo de colegiados e núcleo de decisão. Essas decisões em comunidade, por muitas vezes traz como ideia a retomada e as estratégias vinculadas ao território.

Foi no ano de 2013 que a estrutura proposta nos Territórios da Cidadania modificou as formas de tomar decisão. Esse formato até então era apenas experimental; assim surge o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), neles, por exemplo, instituições

como Universidades, Institutos Federais, podem ser representadas na sua construção e decisões.

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) são grupos de trabalho criados em parceria entre grupos de pesquisa das Universidades e ou Institutos, articulados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo é auxiliar nas atividades de acompanhamento e monitoramento de ações, na construção do Espaço.

Na arena política, essas ações são centralizadas e buscam uma ideia de ações distributivas de recursos, embora se reconheça que, no meio rural, a presença de enormes interferências derivadas dos arranjos construídos entre Estado e Capital. Um discurso capaz de justificar, legitimar e conduzir intervenções do Estado é afinado a uma ideia de progresso, os projetos derivados desses discursos influenciam tanto o viés econômico e social.

Ainda que os municípios se unam em torno de uma característica territorial específica e com o sonho do desejado desenvolvimento sustentável, podem-se ter disputas destes municípios quanto à polarização de infraestrutura em determinados municípios, assim há uma centralidade e uma polarização de estrutura. O território utilizado por uma classe desenvolvimentista que ao mesmo tempo privilegia uma camada da população.

Nesse sentido, os núcleos de decisão em conjunto com o governo traçaram metas que extrapolaram a escala regional, transformam em uma política pública nacional. Na análise de organização, a figura do Colegiado Territorial é a mais relevante instância de fomento no sucesso dos territórios da cidadania. No colegiado, a participação social, política conduz a articulação entre a sociedade civil e governo.

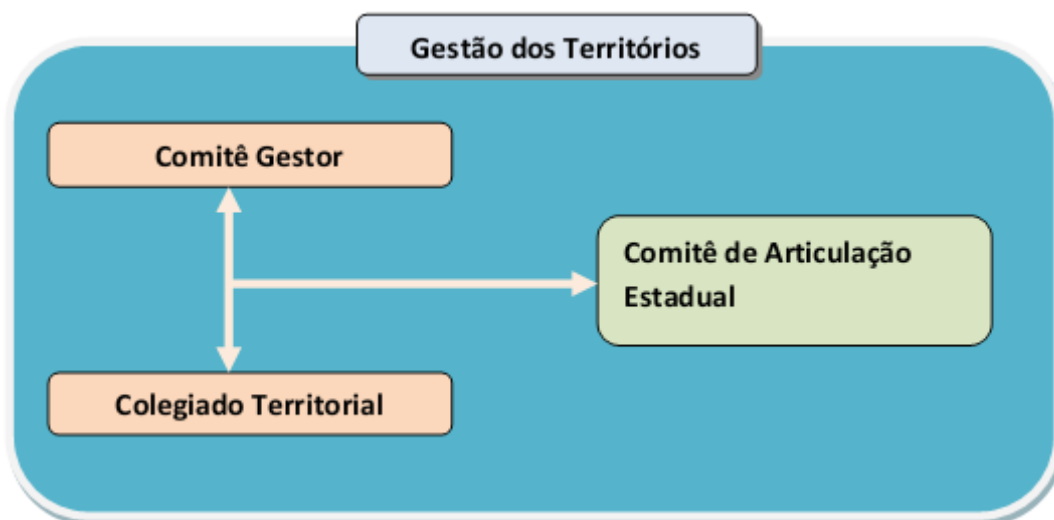


Figura 16: Gestão dos Territórios

Nas Plenárias Territoriais, as atividades são gerais, correspondendo ao nível deliberativo máximo de instâncias e decisões.

Os projetos de maior urgência são elaborados nas reuniões do Núcleo Diretivo, Corpo Técnico e das Câmaras Temáticas, são essas comissões que atendem, inicialmente, os projetos prioritários.

A função primordial do Colegiado Territorial visa possibilitar à participação social nas tomadas de decisão políticas que planejam o futuro dos territórios.

Nos núcleos de extensão e desenvolvimento territorial, as Instituições Federais de Ensino (IFES) e Universidades Estadual, no caso a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), vem construindo ações nas perspectivas da extensão, e articulação entre extensão e pesquisa rearticulando ações dos territórios da cidadania.

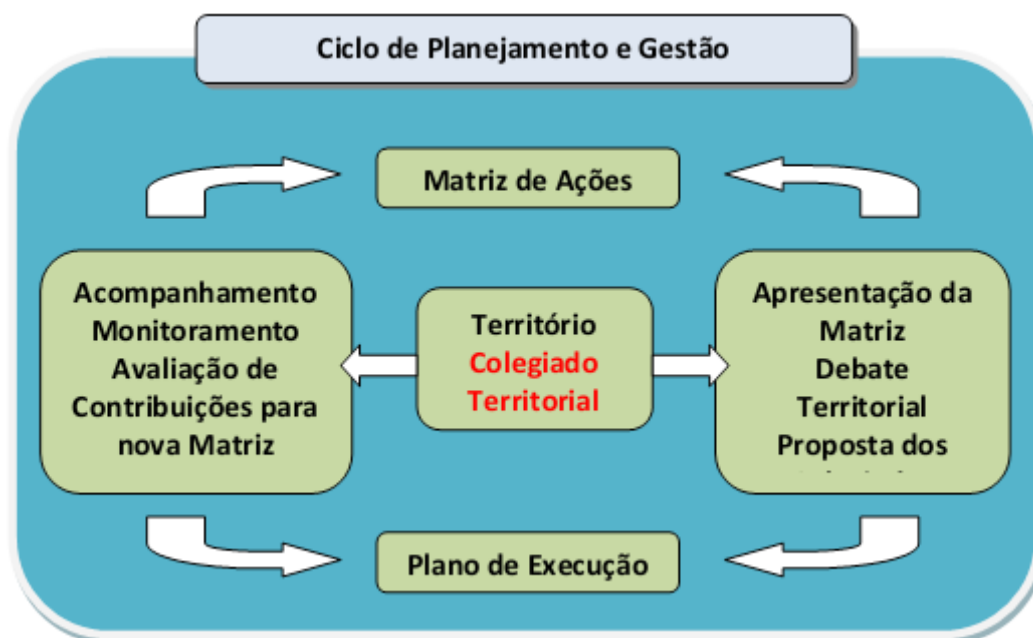


Figura 17: Ciclo de Planejamento e Gestão

A retomada das ações no Portal da Amazônia são frutos da necessidade de rearticular ações no Portal da Amazônia, assim compreender impasses e dificuldades encontradas na geração de políticas. Essas ações representam uma reterritorialização do Portal da Amazônia, como estratégia geopolítica da Amazônia Legal. Mas há um avanço no desenho da fronteira no sentido ao Norte do estado de Mato Grosso e, em sentido ao Sul do estado do Pará. É nesse contexto de avanço da fronteira a partir do Centro Sul brasileiro em direção ao Norte de Mato

Grosso que, antes eram ligados ao latifúndio hoje, a produção local se demonstra bastante diversificada.

Nos colegiados territoriais, a participação da sociedade é paritária, em que instituições não-governamentais e governamentais representam a sociedade. E, inúmeras vezes, a participação é limitada, uma vez que os grupos articulados possuem posições e interesses próximos, existindo o risco de apropriação política das decisões.

Os colegiados territoriais são arranjos institucionais que favorecem as práticas democráticas deliberativas, dentro de uma estrutura já estabelecida pelas políticas dos territórios da cidadania. No colegiado, são formados pelos mais diversos atores da sociedade civil organizada. Nessas reuniões, discutem-se ações, demandas e também é proposta agenda a serem negociadas; faz-se, também, nesses encontros, a gestão social da política pública.

O colegiado e sua atuação forma as figuras mais importantes dessa política. Sua composição se dá de forma paritária e organizada. Cada um dos municípios representados do Território é representado por 10 membros nos colegiados, sendo cinco do poder público, cinco da sociedade civil.

Nesse sentido, há o Colegiado Territorial, que é uma das mais importantes instâncias de implementação de políticas. As ações desencadeadas pelos colegiados inovam ao avaliar e interceder nas chamadas disputas internas e de interesses, sejam eles dos gestores e/ou secretários municipais. Embora a ação do Colegiado não seja o principal objetivo do trabalho, ele é fundamental para a compreensão do que é a política dos territórios da cidadania, pois seu papel de ator social nas decisões é fato.

Os índices de desenvolvimento humano nos municípios também indicavam que era necessário criar e ou ampliar políticas públicas para corrigir essas vulnerabilidades sociais. A execução dessas estratégias vem envolvendo uma série de ações nos diversos campos, dentre eles, o econômico e social.

O processo de avaliação dessas ações já desencadeadas no contexto do Portal da Amazônia é possível através da participação popular nos Conselhos, ao mesmo tempo, na construção e na concepção de um território. Todo esse contexto já representa uma ruptura com o próprio estado. Esse mesmo Estado preferiu setorizar às políticas públicas nos 120 territórios da cidadania existentes no Brasil.

A abordagem territorial na ação de geração de políticas públicas no Brasil vem sendo utilizada, inclusive, pelos próprios atores sociais através da participação das comunidades nas decisões do colegiado territorial.

No campo acadêmico, os projetos de desenvolvimento territorial vêm se tornando objeto de estudo nas mais diversas áreas e, dentre elas, a Geografia, que busca a compreensão de uma descentralização proposta pelo Estado através das políticas de desenvolvimento e das demandas dos mais diversificados movimentos sociais. Esses atores vêm participando ativamente das decisões a serem tomadas.

Cabe a totalidade ordenar a desordem constante, ou seja, tentar gerir a velocidade e a não-linearidade auto organizada imposta pela dinâmica do processo de globalização, em que o planejamento em sua lentidão é substituído pela gestão. Porém, ao se repensarem o todo e suas funções, dinamizam-se as partes, a região. Essa ousadia dialética é a cultura, a sustentabilidade ambiental, a geração de informação a partir das potencialidades locais e o resguardo dos valores locais, mesmo que esses tenham expandido a novas plataformas evolutivas. A produção de cultura com valor econômico está explícita, no caso brasileiro, na revolução propiciada pelo conhecimento ecológico local, em que a identidade e os valores de solidariedade podem e devem ser exaltados devido a sua inerente interconectividade (CAMARGO, 2009, p.48).

A possibilidade desencadeada pelo capital social impresso nos territórios vem se consolidando como uma metodologia interessante na construção dos territórios da cidadania e se tornando um instrumento eficiente de planejamento territorial.

Se os territórios fossem dotados de melhor estrutura, os objetivos do programa, antes fixados no próprio decreto, hoje elencados nos diversos planejamentos dos colegiados territoriais, estariam num melhor estágio, onde teriam sido cumpridos irrestritamente.

O espaço rural mato-grossense é o espelho do espaço rural brasileiro. A característica nacional é espelhada em nossa geograficidade, as pequenas cidades, aquelas que não foram favorecidas, estão empobrecidas, são determinantes históricos de desigualdade e de pobreza, onde a concentração de terra e precariedade vivida pelos pequenos proprietários é constatado.

As características sociais dessas pequenas cidades como Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte vêm de encontro com a necessidade de uma política territorial, que leve em considerações suas capacidades e aptidões para a produção do espaço. Mas essas estruturas estão e foram de certa forma subvertidas em seu desenvolvimento e construção.

O debate público dos resultados propostos e existentes sobre os territórios da cidadania é uma necessidade e, sendo assim, a pesquisa é um belo caminho para compreender esse processo, uma vez que a intervenção política do estado brasileiro nas políticas de arranjo territorial é singular nos territórios da cidadania.

Esse novo olhar do Estado para a realidade do Portal da Amazônia e sua complexidade vem contribuindo para o planejamento de estratégias, do desenvolvimento territorial.

Uma das questões norteadoras das ações no território é uma análise das integrações existentes entre os projetos de desenvolvimento territorial e a participação social nas atividades. As pessoas envolvidas, as instituições que participam das ações, constituem o tecido social do Portal da Amazônia.

Nesse ponto, necessita-se avançar para que a participação popular seja ainda mais efetiva. Ainda que existam possibilidades de diferentes grupos sociais galgarem ao Colegiado do Território, outras demandas, como dos movimentos sociais, podem chegar para o debate e serem colocadas em prática. Mas a sociedade brasileira é marcada no seu nascedouro pelas desigualdades, sejam elas, espaciais ou territoriais. Todo esse tecido elenca as condições políticas do momento e nos mostra que essa especialidade necessita chegar aos vários níveis de Governo. São nuances que precisam ser compreendidas.

CAPÍTULO V – DOS RECURSOS FINANCEIROS ÀS TERRITORIALIDADES

O Território do Portal da Amazônia, assim como as demais Políticas de Desenvolvimento, passou por sérias mudanças proporcionadas, sobretudo, por um processo recente de democratização. O discurso recorrente no momento é, sem dúvida alguma, o da agricultura familiar, prática que está no seio das populações do Território do Portal da Amazônia. Embora as atividades recentes da chegada dos empreendimentos do agronegócio se tornaram uma séria ameaça à agricultura de cunho familiar, ela pode ser destacada como uma prática recorrente nesse Território.

Não haveria lugares privilegiados *a priori*, mas lugares de reunião de nodosidades, de condensações de qualquer espécie, que provocassem descontinuidades na distribuição: acentuadas densidades aqui, fracas densidades ali. Descontinuidades geradoras de uma diferenciação não trazida pelo espaço, mas inventada pelos homens. Não teria sido nesses lugares mais densos que se iniciou, a partir de uma probabilidade maior, a relação, a centralidade? A centralidade não é essa pura noção geométrica que os homens teriam inventado ou descoberto? Tais questões nos mostram que são coisas diferentes.

A existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações fundamenta-se nas diferenças específicas. O lugar, sem essas relações, não passa de um lugar entre muitos outros. Esses locais, muitas vezes, tenham ocupado o centro geométrico nada mais significa que o fato de a unidade se construir sempre em volta de alguma coisa, mas isso é apenas uma imagem construída *a posteriori*. A centralidade é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: uns topos e uma tensão (RAFFESTIN, 1993).

As territorialidades que foram construídas historicamente e também estabelecidas nas cidades participantes do programa desempenham um importante papel, mesmo havendo possíveis privilégios entre os municípios participantes, nesse sentido, existem disparidades entre os municípios que fazem parte do Portal da Amazônia.

Para (re)significar essas territorialidades, diferentes instituições e movimentos sociais têm construído vários debates no campo ideológico no sentido de confrontar as ideias centrais do capital. Os movimentos sociais têm desenvolvido e travado sérias lutas na região. Esses

atores e atrizes sociais buscam uma retomada das mobilizações no território, e o verdadeiro reconhecimento das diversidades regionais, bem como de sua resolução.

A discussão sobre a territorialidade proposta e implementada pelos Territórios da Cidadania é recente, pois ela rompe com métodos anteriores de desenvolvimento. Na sua proposta, ela propõe uma associação entre agricultura, território e meio ambiente e traz em seu conjunto contribuições dos movimentos libertários de trabalhadores. Embora todo contexto exercido pela Agricultura Familiar não seja recente, ela é retomada como novidade e renovação no Estado de Mato Grosso.

Ao focar a dimensão territorial do desenvolvimento rural, ela permite, por exemplo, uma distribuição mais equilibrada da população no território, permitindo também uma maior e mais justa distribuição de recursos entre os Municípios e, conseqüentemente, entre os agricultores.

As instituições de Estado, ao analisar o Programa Territórios da Cidadania, enquanto território, exemplificam através dos dados propostos as dinâmicas do desenvolvimento espacial, trazendo a noção de espaço social e relações de poder que, nesse espaço, são operacionalizados. Dessa forma, o território é ponto fundamental do desenvolvimento territorial, representando um elemento organizativo das propostas desenvolvidas enquanto territorialidade.

Essa perspectiva analítica dos territórios e de suas respectivas territorialidades desencadeadas pelo desenvolvimento local são correspondidas pelas sinergias já existentes anteriormente entre os atores sociais dos vários municípios. Essa relação se desenvolve entre e com o território, são aproveitadas, por exemplo, para geração de renda, emprego e preservação das identidades culturais.

Vários elementos são capazes de construir territorialidades, as atividades econômicas, os empreendimentos que aplicam grande capital, as comunidades indígenas, quilombola, as chamadas Organizações não Governamentais e o Governo. Cada um desses segmentos possui sua respectiva territorialidade e conferem dentro do espaço as mais distintas funções, umas mais integrativas, outras mais excludentes.

Da implantação das políticas dos Territórios da Cidadania em 2008, até os dias atuais, poucas coisas de fato mudaram nos municípios participantes. As cidades necessitam de programas que levam em considerações ações de fortalecimento da produção e incorporação econômica das populações. O avanço das atividades do agronegócio no Território do Portal da

Amazônia é uma questão de tempo, pois os empreendimentos já chegaram e começaram a mudar a dinâmica do local com a aquisição de áreas e a implantação da cultura da soja em algumas propriedades.

Segundo Santos (2011), vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes, atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Uma saída seria a valorização dos atores sociais nas decisões do colegiado territorial, focando na consolidação e ampliação das liberdades humanas dentro do território, consolidando as estratégias de desenvolvimento territorial. Esse efeito tem como pano de fundo as políticas públicas dos Territórios da Cidadania. Ela se desencadeou como fruto de uma complicada combinação entre um vasto conjunto de princípios políticos e das variadas maneiras como as forças sociais atuam.

Com isso a necessidade de que essas decisões no campo político e social tenham espaço para serem pesquisadas e analisadas, é preciso mostrar o quadro situacional único nos últimos tempos, bem como a situação política que proporcionou o Governo Federal desencadear esse modelo de Política como inovação.

A gestão dessas políticas e os modelos de gestão aprovados pelo Colegiado podem imprimir recortes territoriais parecidos onde municípios, por exemplo, vagam entre a política do Território da Cidadania e a dos Territórios Rurais.

Na tessitura dessas duas políticas, há elementos que se convergem, mas definitivamente não são as mesmas coisas; diferenciam em termos objetivos e modelos gestacionais. E, por outro lado, muitas vezes, compartilham dos mesmos recortes regionais, dispositivos institucionais e de atividades de governança.

De acordo com Santos (2002), o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segunda esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo

direto é adequado ao lugar; a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo.

A negação que a realidade agrícola brasileira imprime frente aos pequenos produtores é perceptível por meio do seu próprio sistema de organização no qual os direitos básicos vêm sendo negados. Nesse sentido, as desigualdades de direitos engendram a construção do espaço. Na figura do estado capitalista, este vem se atuando enquanto um verdadeiro mediador de conflitos e lutas entre o capital e o trabalho; ao mesmo tempo ao mediar essa ação, o estado é restringido pelos seus próprios interesses que são conflitantes.

Esse novo ambiente rural proporcionado pelo limiar deste século é dotado de interação entre o rural e urbano. O rural se constitui como uma continuidade do urbano. Desta forma, áreas com características rurais ou urbanas sintetizam multidimensões quanto ao uso do solo o que, aparentemente, não vem causar uma separação. Mas ainda há a possibilidade de outra faceta.

A partir do momento em que se pensa em estratégias de desenvolvimento rural a fim de minimizar diferenças socioeconômicas e ambientais geradas pelo sistema vigente de apropriação, é papel do estado instituir e normatizar as ações para o campo.

Não significa que o território deprimido onde se localiza o Portal da Amazônia esteve ausente de políticas públicas. O Portal, durante a década de 1970, foi alvo de inúmeras políticas, primeiramente de colonização, posteriormente de desenvolvimento; todas elas com o objetivo de acabar com as disparidades socioespaciais, tecnicamente, pouco contribuíram para efetivação do Portal da Amazônia.

O rural é a extensão urbana. As intervenções, como o processo de ocupação, a produção e os serviços são pensados e organizados a partir do urbano, principalmente as políticas públicas. Os planejadores da reestruturação do campo, ao acolherem essas novíssimas atividades de produção, promovem o seu desenvolvimento a partir do urbano.

Mesmo sendo uma política voltada para a pequena propriedade, o pequeno produtor exerce, indiretamente, um efeito econômico sobre o urbano. O fortalecimento da atividade no campo diminui o deslocamento para a cidade e cria novas dinâmicas econômicas no campo, exercendo um efeito contrário ao que ocorre nas áreas de agricultura modernizada.

Teoricamente, se o campo esvazia, logicamente, a dinâmica das cidades se amplia e novas dinâmicas vêm sendo empregadas no espaço. De uma forma que esse espaço possa estar cada vez mais envolvido e utilizado para fins de expansão das atividades citadinas.

A partir do momento da territorialização do recurso, que desencadeia todo um processo de mudança social, essa ação vai depender dos diversos fatores envolvidos na

Política Pública, a saber: gestão, elaboração de projetos que fogem da realidade local, necessidade de corpo técnico preparado e qualificado para acompanhar e orientar a aplicação dos recursos são primordiais para fazer com o que foi planejado na escala macro, tenha de fato efeito na escala local.

5.1 Análise dos Recursos Aplicados nos Territórios da Cidadania na Porção Norte de Mato Grosso

Para melhor compreender se existem grandes diferenças na política de aplicação de recursos nos Territórios da Cidadania, far-se-á a análise em bloco dos territórios que compõem a faixa ao norte do Estado de Mato Grosso, que faz limite com os Estados do Pará e Amazonas por apresentar algumas semelhanças. Os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário dividem as ações desencadeadas nos territórios da cidadania nas seguintes categorias: apoio às atividades produtivas, cidadania e direitos e infraestrutura. Cada uma dessas categorias divide-se em uma série de ações e esses os eixos são atacados pelo programa em todo Brasil.

O quadro 3 apresenta os recursos aplicados em 2013 nos três Territórios da Cidadania dentro do Bioma Amazônico e que mantêm contiguidade espacial com o território, objeto da pesquisa, o Portal da Amazônia. Assim, analisou-se o Território Noroeste e também o Baixo Araguaia. O primeiro tende o limite a oeste do Portal e o segundo limitando-se a leste. Nesse quadro, estão arroladas todas as ações na categoria de “Apoio às Atividades Produtivas”.

Essa categoria é dividida em oito ações distintas, ou seja, as propostas encaminhadas por Território da Cidadania foram classificadas dentro de cada ação. A simples visualização do quadro 3 revela uma primeira questão: das oito ações, cinco apresentam os mesmos recursos para cada território com o mesmo número de atendimento, fazendo antever que é uma proposta padrão para cada território, independente das especificidades que apresentem. Apenas três ações, a “Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar”- via PAA e pelo Plano Brasil Sem Miséria – e de “Assistência Técnica e Extensão Rural à Reforma Agrária”, tiveram atendimento diferente para os três Territórios da Cidadania em relação aos recursos alocados.

Os valores dessas ações foram correspondentes à quantidade de pessoas atendidas, uma vez que o recurso *per capita* é igual ou próximo para os três Territórios da Cidadania. Desse modo, tudo indica haver um padrão de recursos independente das especificidades de cada território. Por exemplo, o custo do deslocamento dos três territórios é diferente, pois as

vias pavimentadas estão concentradas no Portal da Amazônia e, nesse caso, pressupõe-se que os custos inerentes aos serviços e ações devem ser menores, se comparados a idênticas atividades no Território Noroeste.

Quadro 3 – Apoio as Atividades Produtivas

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA						
PROJETOS	PORTAL DA AMAZÔNIA		TERRITÓRIO NOROESTE		BAIXO ARAGUAIA	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
1 – Apoio a projetos de infraestruturas e serviços em territórios rurais (projeto apoiado)	01	550.000,00	01	550.000,00	01	550.000,00
2 – Aquisição de alimentos da agricultura familiar – PAA (agricultores beneficiados)	148	376.673,87	65	164.794,82	139	353.131,75
3 – Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar – Plano Brasil sem Miséria (famílias beneficiadas)	369	1.608.705,88	508	1.758.517,49	23	103.950,00
4 – Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária (famílias assistidas)	20.075	3.609.540,10	6.259	1.125.385,38	16.106	2.895.903,00
5 – Assistência técnica para as mulheres rurais (projeto apoiado)	01	41.666,66	01	41.666,66	01	41.666,66
6 – Disponibilização de insumos para a agricultura familiar (famílias assistidas)	1.166	58.333,33	1.166	58.333,33	1.166	58.333,33
7 – Fomento à estruturação e consolidação de redes sócios produtivas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais (empreendimentos apoiados)	50	80.000,00	50	80.000,00	50	80.000,00
8 – Fomento à participação da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis (famílias atendidas)	16	12.416,89	16	12.416,89	16	12.416,89
Sub-total	-	6.337.336,73	-	3.791.114,57	-	4.095.401,63
Fonte: MDA, Organizado por Carvalho 2016						

Os dados nos levam a afirmar que a força política pode ser atenuada, uma vez que há um “custo padrão” variando apenas a quantidade de projetos, ações e de indivíduos beneficiados, talvez como forma de equalizar as diferenças socioeconômicas dos territórios.

As três ações, anteriormente, descritas representam a maioria dos recursos da categoria “Apoio as Atividades Produtivas”, variando de 80% no Portal da Amazônia até 82% nos dois outros territórios.

O quadro 4 descreve a alocação de recursos na Categoria “Cidadania e Direitos”, estando distribuída em 13 ações diferentes. Quatro ações não atingem a todos os Territórios da Cidadania. São representadas pela “Construção de Escolas no Campo”, pelo “Programa Laptop Educacional para Escolas no Campo” e também pelo “Proinfância” e “Apoio à Formação Profissional e Tecnológica-Pronatec”.

Quadro 4 – Cidadania e Direitos

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA						
PROJETOS	PORTAL DA AMAZÔNIA		TERRITÓRIO NOROESTE		BAIXO ARAGUAIA	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor(R\$)	Quant.	Valor (R\$)
1 – Ampliação e manutenção de conexão à internet para inclusão digital (pontos de presença GESAC)	34	24.058,92	22	13.701,06	34	20.243,09
2 – Apoio ao planejamento e à gestão social com perspectiva de gênero no desenvolvimento territorial rural (mulheres capacitadas)	01	10.000,00	01	10.000,00	01	10.000,00
3 – Capacitação de agentes de desenvolvimento (agentes capacitados)	80	177.243,75	80	177.243,75	80	177.243,75
4 – Computador interativo (equipamentos)	68	340.000,00	31	155.000,00	52	260.000,00
5 – Construção de escolas no campo (construídas e equipadas)	02	1.200.772,48	-	-	01	912.213,64
6 – Documentação da trabalhadora rural (mutirões realizados)	16	498.480,24	6	186.930,09	16	498.480,24
7 – Incentivo financeiro aos entes federados em vigilância em saúde (população coberta)	258.265	211.261,51	118.707	97.102,66	125.271	102.472,03
8 – Piso de atenção básica de saúde (população coberta/ unidade)	258.265	5.746.396,25	118.707	2.641.230,75	125.271	2.787.279,75
9 – Programa Laptop Educacional para as escolas no campo (computadores entregues)	24	23.400,00	-	-	40	39.000,00
10 – Programa mais educação no campo (escolas atendidas)	36	1.400.000,00	9	360.000,00	15	600.000,00
11 – Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil – Plano Brasil Sem Miséria (crianças e adolescentes atendidas)	1.003	234.000,00	564	126.000,00	441	103.000,00
12 – Proinfância (escolas construídas)	-	-	01	1.100.000,00	01	1.800.000,00
13 – Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – Pronatec (vagas)	-	-	-	-	30	60.000,00
Sub-total:	-	9.865.613,15	-	4.867.208,31	-	7.369.932,50

Fonte: MDA, Organizado por Carvalho, 2016.

No quadro anterior, o fato mais relevante é a diferença do total de recursos na categoria “Cidadania e Direitos” que, para o Território Noroeste, é significativa, tendo em vista que esse território não teve recursos para três ações, e o Portal da Amazônia não obteve recursos para duas dessas ações.

Apesar dos Territórios da Cidadania visar também às comunidades indígenas, não existe nenhuma ação objetiva com esse fim, conforme observado no Quadro 4. Ressalta-se a quantidade de beneficiados que despontam em todas as ações efetuadas no Portal da Amazônia, excetuando-se na ação “Programa Laptop Educacional”.

O quadro 5 apresenta as ações dentro da categoria “Infraestrutura”. Além da aquisição de máquinas, estão as duas outras ações voltadas exclusivamente para os assentamentos. De acordo com o quadro, o “Portal da Amazônia” foi o mais beneficiado nessa categoria em se considerando os valores aplicados. Quando se observa pelo lado dos beneficiários, o ‘Baixo Araguaia’ é ressaltado.

Nessa categoria e diferentemente das duas anteriores presentes nos Quadros 3 e 4, os valores médios de cada ação são diferentes para cada Território da Cidadania. Um exemplo é a ação de “Concessão de Crédito” que apresenta uma média no Portal da Amazônia de R\$ 6.099,00 ao passo que, no Território Noroeste e no Baixo Araguaia, é de, respectivamente, R\$ 4.520,00 e R\$ 4.288,00.

Quadro 5 - Infraestrutura

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA						
PROJETOS	PORTAL DA AMAZÔNIA		TERRITÓRIO NOROESTE		BAIXO ARAGUAIA	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor(R\$)	Quant.	Valor (R\$)
1 – Aquisição de máquinas e equipamentos para municípios com até 50.000 habitantes (máquinas disponibilizadas)	14	4.653.700,00	7	2.424.600,00	9	3.173.200,00
2 – Concessão de créditos – instalação às famílias de assentados (famílias atendidas)	728	4.440.168,12	462	2.088.655,08	1.313	5.630.363,84
3 – Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projeto de assentamento (famílias atendidas)	321	375.240,07	-	-	407	475.771,67
Subtotal:	1.063	9.469.108,19	469	4.513.255,08	1.729	9.279.335,51

Fonte: MDA, Organizado por Carvalho, 2016.

Os dados acima mostram que a categoria “Infraestrutura” se notabiliza por considerar especificidades para cada Território da Cidadania.

O quadro 6 apresenta a síntese de aplicação de recursos nos três Territórios da Cidadania na porção norte de Mato Grosso. Analisando o subtotal aplicado por categoria, o Portal da Amazônia obteve 44,6% dos recursos, enquanto o Território Noroeste atingiu 26,7% e o Baixo Araguaia chegou a 28,8%.

Quando se volta o foco para a categoria “Cidadania e Direitos” novamente desponta o Portal da Amazônia com 44,6% dos recursos, cabendo aos demais Territórios da Cidadania, na ordem do quadro, cerca de 20% e 33,3%.

No quesito “Infraestrutura”, a tendência permanece, com o Portal da Amazônia, recebendo 40,7%, o Território Noroeste 19,4% e o Baixo Araguaia 39,9%.

Se a análise compreender o percentual do total dos recursos aplicados por cada um desses Territórios da Cidadania, sobressai os 43,1% do Portal da Amazônia, cabendo ao Território Noroeste 22,1% e ao Baixo Araguaia 34,8% sobre o total de R\$ 59.588.395,67.

Quadro 6 – Territórios da Cidadania na Porção Norte de Mato Grosso

TERRITÓRIOS							
CATEGORIAS DOS PROJETOS	PORTAL DA AMAZÔNIA		TERRITÓRIO NOROESTE		BAIXO ARAGUAIA		Porcentagem total
	Valor (R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor (R\$)	%	
1 – Apoio as atividades produtivas	6.337.336,76	44,6	3.791.114,57	26,7	4.095.401,63	28,8	100%
2 – Cidadania e direitos	9.865.613,15	44,6	4.867.208,31	22,0	7.369.932,50	33,3	99,9%
3 – Infraestrutura	9.469.108,19	40,70	4.513.255,08	19,4	9.279.335,51	39,9	100%
Total dispendido	25.672.058,07	-	13.171.577,96	-	20.744.669,64	-	

Fonte: MDA, Organizado por Carvalho 2016.

Mesmo com mais vitalidade econômica com eixos logísticos perenes e consolidados, o Portal da Amazônia, além de se constituir em espaço de borda ao avanço do agronegócio, principalmente na logística e na estrutura de armazenagem, ainda assim, foi o Território da Cidadania mais beneficiado em relação ao total dos recursos financeiros.

O quadro 7 apresenta algumas características dos três Territórios da Cidadania. O primeiro fato observado é que o menor território é o Portal da Amazônia com 111.167,50 Km², um pouco maior que o Baixo Araguaia e de considerável diferença em relação ao Território Noroeste. Entretanto os menores territórios possuem maior quantidade de municípios. Esse aspecto permite explicar que, no Portal, há uma maior divisão em subespaços, condição que acarreta maior uso do território e mais intensa presença econômica. Prova disso é o total de habitantes que, para o Portal da Amazônia, é o dobro dos outros territórios.

Também no Portal da Amazônia, há maior urbanização e apresenta ainda de forma contínua maior quantidade de agricultores familiares, famílias assentadas e terras indígenas. O IDH de 0,74 é o mais elevado, dentre os três territórios, no entanto a diferença dos demais é mínima.

Ao se dividir os recursos pelo número de municípios de cada Território da Cidadania ressaltam os R\$ 1.881.653,99 do Território Noroeste, seguido pelo Portal da Amazônia com R\$ 1.604.503,62 e o Baixo Araguaia com R\$ 1.382.973,97.

Fazendo idêntica comparação com os recursos dispendidos pelo total de agricultores familiares somados às famílias assentadas vai resultar em uma média de R\$ 630,62 para o Portal da Amazônia, de R\$ 817,70 para o Território Noroeste e de R\$ 841,29 para o Baixo Araguaia.

Mesmo tendo o Portal da Amazônia maior volume no total dos recursos, quando se analisa por médias, como anteriormente, o Portal da Amazônia perde proporcionalmente. Quando se exclui os agricultores familiares, mantendo apenas os assentados, permanece uma maior diferença com o Território Noroeste, perfazendo 65% dos recursos superiores ao do Portal da Amazônia, que é seguido de perto pelo Baixo Araguaia, com recursos *per capita* muito semelhantes ao Portal.

Quadro 7 – Dados Gerais Referentes aos Territórios da Cidadania da Porção Norte de Mato Grosso

TERRITÓRIOS			
DADOS	PORTAL DA AMAZÔNIA	TERRITÓRIO NOROESTE	BAIXO ARAGUAIA
1 – Área (Km ²)	111.167,50	149.223,50	116.040,30
2 – Número de municípios (unidades)	16	7	15
3 – População total (habitantes)	258.013	122.256	125.127
4 – População na zona rural (habitantes)	85.035	44.798	51.355
5 – Agricultores familiares (quantidade)	20.062	9.692	7.387
6 – Famílias assentadas (quantidade)	20.647	6.416	16.271
7 – Terras indígenas (quantidade)	14	10	11
8 – IDH (valor)	0,74	0,73	0,71
9 – Recurso total dispendido/número de municípios dos territórios da cidadania(R\$)	1.604.503,62	1.881.653,99	1.382.973,97
10 – Recurso total/ agricultores familiares + famílias assentadas (R\$)	630,62	817,70	841,29
11 – Recurso per capita por assentados (R\$)	1.243,37	2.052,92	1.244,94

Fonte: MDA Organizado por Carvalho 2016.

No quadro 7, considerou-se, para efeito de cálculo, o total de agricultores familiares e de famílias assentadas em todo o Território da Cidadania e não apenas os correspondentes individuais, efetivamente envolvido por ação. Isso permite visualizar que se o recurso fosse dirigido a todos esses segmentos, o recurso tornar-se-ia mais escasso. A diferença no valor demonstra que cada território mantém uma população diferenciada fora do atendimento da política pública, pelo menos no que tange aos Territórios da Cidadania.

5.2 Recursos Financeiros: um exercício de distribuição no Portal da Amazônia

A alocação dos recursos do Estado Nacional e do orçamento da União segue uma base territorial para a aplicação destes, valendo o mesmo para estados e municípios. A estrutura político-administrativa orienta também as ações do poder público tendo em vista todo o conjunto de leis seguir essa orientação, pois as instâncias dos poderes legislativo, executivo e judiciário seguem o critério territorial nos limites de suas competências.

Desde a arrecadação de impostos até a redistribuição do orçamento do Estado Nacional, há um limite territorial estabelecido. A estrutura administrativa se molda em cima desse limite, estabelecendo competências e foro de conflitos e contestação.

Quando é aprovado o orçamento em quaisquer das três instâncias do Estado, estabelece-se um local de sua aplicação, porque as previsões emanadas são elaboradas para ações específicas e para rubricas previamente estabelecidas. Sem querer delongar em questões orçamentárias que fogem aos propósitos desta pesquisa, é importante ter como referência a fonte de recursos direcionadas para os municípios. Além de recursos oriundos da arrecadação por impostos e taxas de diversas naturezas, recebem os municípios repasses do caixa da União e dos Estados.

Dentre as linhas de financiamento e de repasses de recursos existem diversas que compõem o orçamento de distintos ministérios e estão inclusas dentro dos repasses para o Portal da Amazônia. A indisponibilidade de informações por parte dos gestores, inclusive na pesquisa realizada no próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário em Brasília, obrigou no emprego da única alternativa existente para acessar informações. Desse modo, foi consultado o Portal da Transparência do governo federal, de onde foram extraídos os recursos

provenientes do governo federal em convênios aprovados para as prefeituras dos municípios do Portal da Amazônia (Quadro 8).

Quadro 8 - Recursos de convênios destinados aos municípios do Portal da Amazônia

Recursos Aprovados para Convênios			
Ordem	Municípios	Valor (R\$)	Percentual em relação ao total do dos Municípios do Portal (%)
01	Alta Floresta	140.000,00	1,1
02	Apiacás	369.500,00	2,9
03	Carlinda	800.873,00	6,3
04	Colíder	1.924.110,00	15,14
05	Guarantã do Norte	966.250,00	7,60
06	Marcelândia	595.000,00	4,68
07	Matupá	1.056.000,00	8,31
08	Nova Bandeirantes	246.250,00	1,94
09	Nova Canaã do Norte	1.397.000,00	10,99
10	Nova Guarita	1.252.500,00	9,86
11	Nova Monte Verde	449.760,00	3,54
12	Nova Santa Helena	414.802,00	3,26
13	Novo Mundo	1.033.190,00	8,13
14	Paranaíta	100.000,00	0,79
15	Peixoto de Azevedo	100.000,00	0,79
16	Terra Nova do Norte	1.861.000,00	14,65
Total:		12.706.235,00	100

Fonte: Portal da Transparência. Adaptado por Valdecir de Carvalho

Os dados relativos aos convênios estabelecidos entre as prefeituras municipais e os ministérios envolvidos no Programa dos Territórios da Cidadania relacionam-se, especificamente, às ações que envolvem o meio rural.

Fazendo-se uma comparação entre o período de vigência do Programa dos Territórios Rurais de 2003 a 2007, e a fase correspondente aos Territórios da Cidadania de 2008 a 2015, percebe-se, claramente, que até o ano de 2007, os recursos alocados entre o governo federal e as prefeituras municipais integrantes do Portal da Amazônia corresponderam a apenas R\$ 1.414.378,66, o que equivale a 10% do montante, alocado entre 2003 e 2015, ao passo que o período de 2008 a 2015 significou 90% desse total.

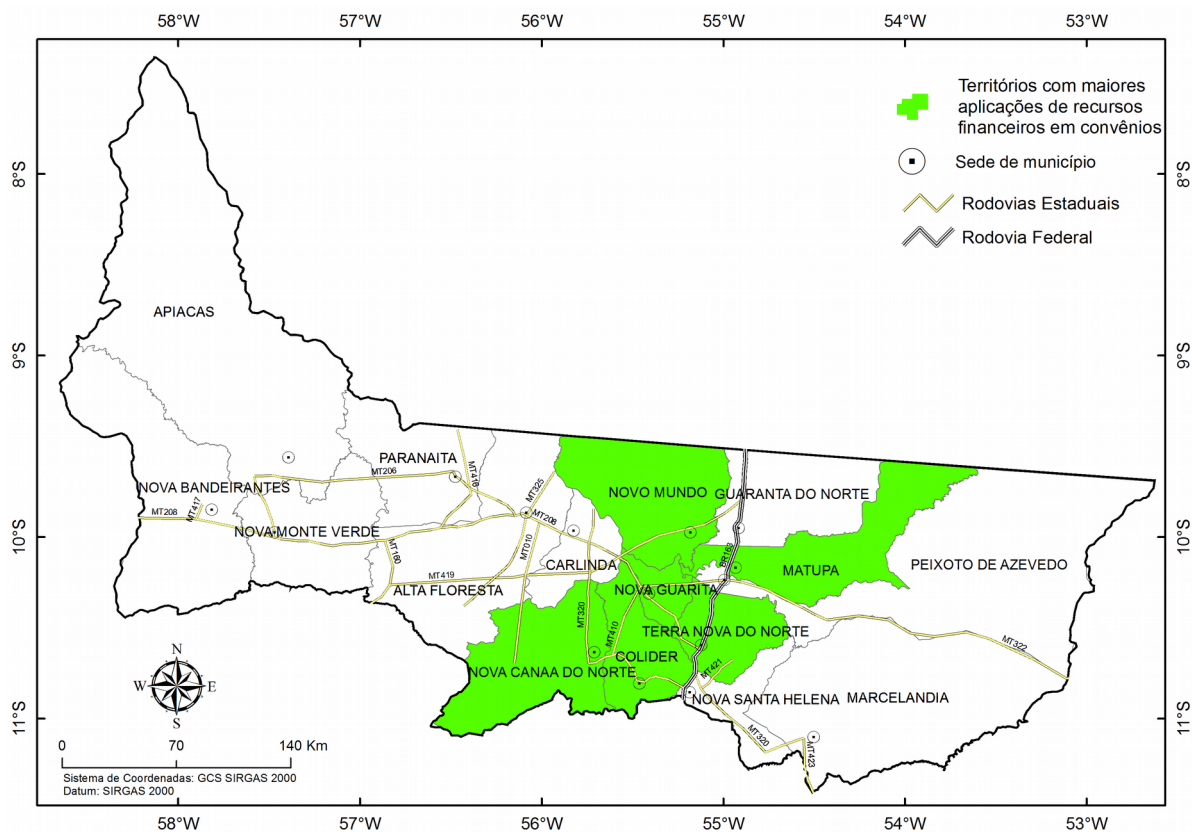
Calculando-se o percentual anual de cada período, na vigência dos Territórios Rurais, chegou-se a 2,5% dos recursos de convênios ao ano com os municípios, enquanto, na fase correspondente aos Territórios da Cidadania, atingiu-se o montante de 12,9% ao ano desses recursos. Houve dessa maneira um maior aporte de recursos a partir do segundo mandato do governo Lula, correspondente ao início do Programa dos Territórios da Cidadania.

Ao se especializarem os recursos provenientes de convênios entre o governo federal e os municípios do Portal da Amazônia, ressalta-se o percentual apresentado para algumas prefeituras. Despontam Colíder e Terra Nova do Norte, respectivamente com 15,14% e com 14,65% do total dos recursos. Esse fato significa que as duas unidades político-administrativas perfazem juntas o equivalente a 29,79% do conjunto dos municípios. Desse modo, aproximadamente 1/3 do recurso total ficou restrito a esses dois municípios, diagnosticando intensa concentração.

Quando a verificação se volta para os seis municípios com os maiores percentuais de recursos de convênios no período de 2008 a 2015, na vigência dos Territórios da Cidadania, desponta uma semelhança: os municípios formam um anel no entorno de Colíder, no eixo da BR-163 ou com sedes municipais próximas a esse eixo. Fazem parte desses seis municípios Colíder (15,14%), Terra Nova do Norte (14,65%), Nova Canaã do Norte (10,99%), Nova Guarita (9,86%), Matupá (8,31%) e Novo Mundo (8,13%). Juntos compreendem a 67,08% do total de recursos alocados dentro do Portal, mostrando um desequilíbrio na distribuição espacial e sem um critério bem definido do porquê maior volume de recursos em alguns municípios. Se o intuito do programa consiste em induzir ao “desenvolvimento territorial”, a concentração dos recursos em alguns municípios e o arranjo espacial desses ao longo de um eixo logístico podem pressupor que esses municípios possuem melhor corpo técnico, o que

não é verdade. Ou há um maior interesse por parte do Estado Nacional nessa concentração financeira, espacial e locacional. Assim, se reavivará a antiga teoria dos polos de desenvolvimento que tem como uma de suas premissas a concentração em um ponto do espaço a partir do qual ocorre a disseminação do desenvolvimento para o entorno (Figura 18). A lógica do programa esvai na prática de sua aplicação, fazendo ressaltar novos territórios do fazer.

Figura 18-Mapa dos Municípios Com Maiores Aplicações de Recursos por Convênio



Essa extrema concentração observada na figura 18 rompe em parte com o discurso distributivo dos recursos. Apesar de que dentre os três Territórios da Cidadania da Porção Norte do Mato Grosso, é o Portal, conforme observado na seção anterior, um dos maiores beneficiados na totalidade dos recursos de toda natureza, provenientes das mais diversas fontes, proporcionalmente pela densidade de população e de trabalhadores rurais é o de menor volume médio. Quando se observa apenas dentro do próprio Portal, os recursos de convênio

com as prefeituras, o que demonstra capacidade técnica, política e de articulação no interior do Colegiado Territorial, ressalta-se a concentração em uma parcela do território.

Para Camargo (2009, p. 26), “o papel do planejamento/gestão na organização do território representa a articulação de como o poder se mobiliza em torno de interesses perniciosos a partir de sua promiscuidade com o Estado.” Desse modo, até que ponto não há um interesse articulado no sentido de, premeditadamente, os agentes do estado em comum acordo com o capital não estarem articulando no sentido de beneficiar o segmento empresarial, mesmo que, indiretamente, quando há concentração de recursos em parcela do território.

Camargo (2009, p. 28) ainda comenta: “modernizam-se áreas rurais através de gastos com infraestrutura que saem dos cofres públicos, estimula-se a reordenação do espaço, permitindo a penetração do capital mais moderno”. Essa lógica presente em outros lugares constitui-se apenas em uma estratégia arditamente planejada pensando nos benefícios futuros.

Em sua entrevista concedida em Brasília ao final de 2015, Alam Vieira, assim, afirmou sobre a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA:

“[...] a Secretaria aqui acho que ela foi criada em 2003, nessa perspectiva de ver a política territorial como uma política importante pro (sic) desenvolvimento das regiões do país, de algumas microrregiões, né (sic) e que é possível verificar algumas especificidades culturais, ambientais, sociais, econômicas que aproximam esses municípios, essas regiões, a ideia da SDT em discussão com outros atores que discutem territórios, que discutem o desenvolvimento do país, algumas pessoas como a Tânia Bacelar, que foi inclusive Secretária do Ministério da Integração na área do Desenvolvimento Regional. Então algumas pessoas trazem a perspectiva do território, a discussão política territorial, então a gente começou a SDT aqui em 2003. Nesse processo de tentar articular a criação de territórios, alguns territórios de alguma forma já existiam na perspectiva de território de identidade, que era algo que se construía a anos, que buscou estimular esse processo de constituição de territórios, a ideia da constituição desses territórios que a gente capitaneou aqui na SDT era de trazer as demandas da sociedade, então não fomos nós aqui que formatamos a novidade do território, então isso vem da sociedade, é encaminhado pela sociedade, passa pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável [...]”.

A mesma Tânia Bacelar que foi uma das principais protagonistas da criação dos Territórios da Cidadania, conforme anteriormente relatado, em análise da dinâmica regional brasileira, chegou à conclusão a respeito do aumento da concentração regional brasileira como consequência de diversos fatores em detrimento do esquecimento econômico de outros lugares. Essa consideração tinha por base a concentração das atividades na área de maior atividade econômica do sudeste do país. Como uma das articuladoras do novo programa de um governo popular, buscava-se, através da política pública, reduzir esse distanciamento no meio rural dos locais menos luminosos.

A autora afirma que “o papel esperado do Estado é o de contrabalançar com sua presença a relativa ausência de investimentos privados. E não, concentrar-se onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes”. Ao que tudo demonstra a simples observação da informação dos recursos de convênio dos municípios do Portal da Amazônia sinalizam que idêntico processo está a se materializar nessa porção norte de Mato Grosso.

Bernardes (2008, p. 259), ao analisar a crise do agronegócio no Mato Grosso, afirma que

novas cadeias produtivas resultam no processo de concentração e centralização do capital, o que implica substanciais níveis de investimentos (...). Além da alteração do desenho espacial da produção antes distribuída grosso modo em linha, ao longo dos grandes eixos de escoamento, há também agora as ilhas de produção, levando as novas proporções do capital à instauração de novas formas de relações.

O que se observa na concentração de recursos de convênios nos seis municípios citados, anteriormente, pressupõe um processo semelhante no Portal da Amazônia. Como os municípios do entorno da BR-163 vem passando pela instalação de diversos fixos, não voltados, obrigatoriamente, para as demandas desses municípios, mas em uma antecipação das mudanças já planejadas nesse vetor linear que se estabelece e fortifica-se de forma contínua entre o Mato Grosso e o Estado do Pará, por assumir uma centralidade espacial na vasta região do norte do estado. Na prática, é preparação para um novo momento que se avizinha.

5.3 Identidade Territorial do Portal da Amazônia

Se o território pode ser resultante de um processo histórico, sua construção se deu de maneira social, embora emane um viés político do espaço que é construído historicamente pelas pessoas. No espaço, envolve ações que são reflexos dos momentos históricos vividos, nos espaços diferentes interesses emanam. Esses elementos formam a cultura é através dela que variáveis, estéticas, ideológicas, folclóricas se unem a outras variáveis.

Para Egler (1995), talvez seja a principal observação acerca da reestruturação produtiva e as novas condições de operação do Estado, que seja mais possível que as fronteiras de acumulação sejam abertas apenas pelos investimentos concentrados em grandes projetos. É necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infraestrutura até a formação e qualificação de força de trabalho. Isto não é possível sem uma forte participação e efetivo envolvimento das autoridades locais e regionais, o que coloca a questão do federalismo em outro patamar, ultrapassando os limites dos ajustes políticos para fincar raízes no terreno da economia.

A diversidade existente no espaço e o reconhecimento desta diversidade é parte da arquitetura desencadeada pelos movimentos sociais, são esses movimentos os responsáveis pela busca de uma certa coesão entre esses diferentes. São buscas que evocam a união de elementos culturais e indenitários. A história tem demonstrado que políticas diferenciadas nem sempre têm funcionado como fundamentais no desenvolvimento territorial, a tarefa de reconhecer e entender a identidade territorial é papel da gestão social nos territórios.

Muito se tem visto nos estudos de política pública onde a abordagem territorial no estudo de políticas públicas tem sido comum. Mesmo vivendo num o mundo globalizado, onde partimos da desterritorialização, em políticas públicas, a abordagem territorial se constitui em uma excelente alternativa. Com a globalização inesperadamente vem se ampliando a interdependência dos lugares. Nesse sentido, não se pode pensar um planejamento independente, é preciso a inter-relação desses lugares.

A produção espacial e o seu processo histórico vem foi estruturada sob os ritmos e formas que demonstram a necessidade de certo planejamento. Este, por seu início, deve levar em consideração o processo de ocupação e apropriação do meio natural. A análise da produção do meio rural não pode se tornar única, lembro que configurações sociais e culturais que também se dinamizam produzindo um processo único. Outro ponto relevante nesse

sentido vai de encontro com as diferenças diante de fatores como diversidade cultural e econômica presentes nos municípios.

Essa conexão dos vários lugares do mundo permite o compartilhamento de informações em segundos, com diversos locais ao mesmo tempo. Isso, em boa medida, gera certo impacto no processo globalizante, gerando processos de homogeneidade, mesmo que momentâneo.

São partes do grande movimento que envolve a globalização, na qual se difundem verdadeiros paradigmas de comportamento padronizados, onde se busca a hegemonia.

A globalização hegemônica, as novíssimas tendências vêm de uma realidade muitas vezes exterior ao espaço e ao território. São baseadas no exterior e querem, então, uma nova trajetória específica. Os elementos construtivos dessa trajetória não têm seus projetos prontos, embora ela seja criada no exterior, ela vem e se estabelece e depois, é reconstruída com a realidade local, sendo mais ou menos percebida e sendo levada em consideração.

Existe, então, um processo de modificação da vida social local, onde o diálogo é necessário com todos os movimentos, inclusive os de globalização. E construir um possível futuro com parte desse diálogo é um desafio para o lugar.

A associação como representatividade dos produtores é uma face interessante do Programa Territórios da Cidadania. A busca pela descentralização de políticas públicas são faces interessante e que é visível na visita *in loco*.

A década de 2000 representa uma fase onde a busca pela inovação e novas percepções para agricultura se emerge no Brasil. O estado de Mato Grosso é o espaço para esta nova agricultura agora modernizada.

Se vem a modernidade com as máquinas para os pequenos foi necessário que eles se desfragmentassem. A união e cooperativismo entre os produtores do Portal da Amazônia foi a grande esperança da década.

Alguns projetos pioneiros da época ainda permanecem dando muitos frutos. Grande exemplo disso é Coopernova na cidade de Terra Nova do Norte. É a cooperativa a grande empregadora do município, sendo ela também, a principal empresa da cidade. Esse discurso é reforçado pelo prefeito do município em entrevista concedida nas dependências daquela prefeitura.

A própria cooperativa teve um papel primordial para o município, isso aqui foi fundada em 1978 com a vocação agrícola, uma época em que se produzia e não tinha como tirar, foi se desestimulando, (...), deu aquela crise no governo Collor, o povo teve que voltar pra cidade para fazer alguma

coisa(hipótese), foi aí que entrou a cooperativa, na pior crise que viveu o município ela deu o remédio que não curou talvez a economia, mas também deixou ninguém morrer, então nós sobrevivemos, começou na época em dezembro eu era prefeito naquele tempo, cem vacas leiteiras que foi doada pelo governador Bezerra na época, e a prova que deu certo é que passou vinte e poucos, e Terra Nova tem segunda maior vaca leiteira do Estado de Mato Grosso, é referência, então a cooperativa desempenhou e ainda desempenha um papel muito interessante aqui no município, agora em nível de futuro, eu vejo e eles também, que já tem grupos também de fora querendo vir pra cá e pra região, então eu acho que ela cuida bem dessa área da bacia leiteira, vai sair até o leite em pó daqui pronto, e que venha outros grupos para industrializar, e é um sonho que eu tenho também, que é a agricultura pra vir pra cá, por que antes não vinha, por que não tinha estrada, não tinha alimento, então hoje tem alimento, então hoje eu vejo se não fosse a crise, mas uma vez eu falo que o país tá passando, hoje o investidor estrangeiro está investindo no Paraguai, comprando indústria no Paraguai, agora se mudar essa política econômica do governo eu tenho certeza que o povo vai voltar a investir aqui dentro, eu tenho andando, tenho procurando, tem empresa interessada, mas nesse momento ninguém, mas passando essa confusão do jogo de aprovar, lava-jato, essas coisas e que o país volte a ter credibilidade, eu tenho certeza que isso aqui também vai sobreviver a indústria, no agronegócio. (Prefeito Milton Toniazzo)

O trabalho desenvolvido por essa cooperativa vem indicando a possibilidade de negócios com o Brasil todo. Os produtos da Coopernova ultrapassam o limite do Estado, indo para os grandes centros. Isso demonstra que os investimentos passaram pela intersetorialidade e com grande ampliação de escala geográfica.

O Programa Territórios da Cidadania congrega uma série de iniciativas. Essas iniciativas, de certa forma, são dispersas, são quase duas dezenas de ministérios envolvidos. Essas ações visam ao desenvolvimento de regiões que possuem uma necessidade maior de desenvolvimento, o Brasil rural. Assim indicou o Prefeito de Terra Nova do Norte.

Inclusive eu, em função agora da duplicação da BR 163 e da possível da criação da rodovia, se mostra até estar Itaituba, eu participei das duas audiências, uma em Brasília semana passada, e uma em Sinop antes de ontem, que foi a última, e eu tive que coletar esses dados, Terra Nova do Norte hoje, o município, eu não estou falando da divisa aqui de Nova Guarita que fica a dois quilômetros, que a soja também chegou, essa região norte aqui de Colíder, também que é a fazenda ranchão que como tudo hoje acaba canalizando essa profissão aqui pra sede do nosso município, mas Terra Nova hoje tem em torno de vinte oito mil de quitares de soja, a tendência é de aumentar, tem dois fatores, um que terra Nova começou com propriedade pequena, lote pequeno, que era assentamento, e ainda predomina aqui a agricultura familiar, mas o que está acontecendo vai haver uma transformação a curto e médio prazo, muitos vão comprar um do outro, a propriedade ao lado ou arrendando, então a tendência de soja aqui, que nós temos sessenta e cinco por cento aqui no município que tem área plantada(hipótese), então a tendência médio prazo é de que o plantio da soja

e do milho duplique, a tendência é cada ano aumentar. (Prefeito Milton Toniazzo)

A estrutura proposta pelo Programa é recente, algo nunca testado e nunca feito antes no Brasil, por termos uma dimensão continental, seus contornos definitivos de ações do programa estão por serem delimitados.

A participação social no Programa vem sendo estimulada, assim a gestão dos recursos oriundos dos vários ministérios participantes é feita através de organismos, com a participação de segmentos da sociedade civil e representantes da esfera Estadual.

A criação dos Colegiados Territoriais não segue uma rigidez que se via, por exemplo, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Os colegiados têm a grande diferença do formato flexível e possui uma escala mais regionalizada.

Uma presença ainda que pouco divulgada e pouco ativa especificamente no Portal da Amazônia é o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, não se tem um diagnóstico preciso dessa ausência, lutas estão sendo tramadas. As correntes ideológicas presentes se reconhecem enquanto partícipes da articulação do Comitê, necessitando efetividade nas ações.

A juventude camponesa no Portal da Amazônia, também necessita ir ainda mais a luta, organizando os agricultores participando das decisões do colegiado. Essas instâncias possuem relevância pois são elas que projetam o futuro das ações no Portal da Amazônia, é essa juventude que ocupará os quadros de destaque futuramente.

Quando essa articulação entre juventude e política é bem-sucedida, envolvendo outras forças sociais representativas, o entendimento entre espaço e sociedade flui. As ações, assim, são pensadas e realizadas no território e para o território. Ao alcançar esse nicho, não se trata de pensar e elogiar a diversidade, é uma necessidade atentar a essas questões.

Historicamente, o território é atingido por uma redução da renda agrícola e também, há, conseqüentemente, uma diminuição da demanda da mão de obra na agricultura. Pensar o futuro dessas regiões rurais perpassa por uma diversificação também do tecido social que está no território.

Há um discurso interessante que coloca certa importância para a agricultura familiar no contexto do país, se essa é, realmente importante, os maiores recursos devem ser concentrados nessa modalidade.

Com a ascensão dos Colegiados Territoriais em relação aos Comitês de Desenvolvimento, tecnicamente, evoca-se uma mudança escalar na abordagem. Passa-se do municipal para o intermunicipal. Pela estrutura organizacional dos territórios da cidadania,

estes são vistos como mero repositório de investimentos governamental. E, então, estes investimentos, de certa forma, já foram planejados por outras instâncias, outros ministérios e outros programas.

A integração de políticas é uma realidade, um princípio básico do planejamento, com a integração, busca-se evitar a pulverização de esforços governamentais. Essas atividades desempenhadas no Portal da Amazônia representam um avanço considerável em integração.

Por outro lado, concentrar políticas em torno de apenas um Ministério pode ser considerado um fato, mas não representa, essencialmente, uma mudança institucional significativa de novos caminhos para o planejamento.

5.4 A Busca pela Cidadania

Isso é assegurado por uma construção coletiva entre os atores sociais, assim novos arranjos institucionais geram e modificam mudanças produtivas. Experiências interessantes são vistas no Portal da Amazônia quanto à importância de dinamizar a produção e o modo de produção, é através das cooperativas que essa realidade se expressa.

As incertezas quanto aos modos de transformação dos territórios são muitas e maiores ainda em relação à Amazônia, dada a sua extensão e a aceleração da dinâmica regional. Uma certeza, contudo, deve ser considerada: o esgotamento da macrorregião como escala ótima de planejamento. O planejamento, para ser bem-sucedido, deve focalizar problemas bem definidos e delimitados. As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável. (BECKER, 2010, p.27).

Se através das transformações do mundo do trabalho, há uma integração em termos econômicos e sociais por meio do fortalecimento econômico e social entre esses atores, existe, então, uma geração de referências de identidades fomentadas com o trabalho. Esse trabalho, que é gerado por meios técnicos não tão evoluídos em termos de técnica, constitui um símbolo e, ao mesmo tempo, possui um significado ainda em construção. Construir cidadania tem múltiplas faces que podem ocorrer nos mais variados tempo e espaços.

As propostas voltadas para a educação formal não constituem único elemento no processo de construção e emancipação da cidadania. Essa cidadania depende dos demais setores sociais e de uma inclusão digna e equitativa.

As características da emancipação cidadã no campo formam o conjunto de requisitos para desenvolvimento econômico sustentável. É um desafio interessante, enfrentado pelas

comunidades. São vários os elementos que contribuem para que esta realidade seja estabelecida. Essas ações dão um ar de maior complexidade aos processos de emancipação cidadã do morador do campo.

A emancipação de um território rural gera um ar indenitário coeso onde as pessoas se unem e compartilham usos e costumes no território. A cidadania permite a inclusão social, levando a coesão social. É uma forma que traz facilidade e confiança ao espaço, gerando uma valorização coletiva entre as pessoas e o território. A experiência proposta pelo território do Portal da Amazônia tentou evocar uma ruptura com as estruturas tradicionais e o modelo setorial de desenvolvimento, historicamente, praticado no país. Não se sabe se por falta e necessidade de novos quadros que este método não foi totalmente eficiente.

Para que cada nova experiência proposta para o desenvolvimento regional possa formar esses novos quadros sociais fortalecidos, é possível num modelo de gestão do território que ocasione de maneira integral, favorecendo sua atuação nos municípios.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial-MDA, que vem atuando no intuito de fomentar novas capacidades nos municípios brasileiros, objetiva impulsionar o desenvolvimento territorial do país. Dentre as diversas missões da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, está o fortalecimento dos quadros técnicos nos municípios e a atuação em conjunta com outros ministérios.

A atuação dessas instâncias do poder tem relevância pelo enorme potencial de integrar e formar capital humano e social aos valores que tem sido investido na política pública dos territórios da cidadania.

Se estamos em plena crise de cunho político e esse cenário não deixa de interferir na economia, na atual conjuntura vem persistindo a pobreza, apesar do que se tem realizado no âmbito do Governo Federal. Não existindo as políticas públicas atuais a situação seria ainda mais problemática.

O território assim é o campo de difíceis relações históricas que se estabeleceram, pois são vinculadas intermediações entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento regional. Não se mensura até que ponto isso é positivo no sentido de estabelecimento e fortalecimento do território enquanto unidade de política pública.

A questão envolvendo os territórios enquanto identidade vem sendo debatida a alguns anos tendo em vista que, universidades e gestores vem construindo debates no entorno da temática, onde os avanços nesse tema são visíveis, com a realização de trabalhos e dissertações.

Passamos do momento onde tudo se decidia no campo das institucionalidades, sem a participação das pessoas que são aqueles que são a identidade territorial. Mas vivemos o instante da participação popular, substituindo a ação proscrita do estado pela participação social.

De certo é verdade que durante muito tempo se acreditou nas dinâmicas amparadas e regidas pelas regras mercantis seriam capazes de trazer a solução aos variados processos de desenvolvimento. Essa visão é substituída pela atuação das coletividades e do desenvolvimento de ações que a objetivam. Na nova gestão, a coletividade das decisões e dos projetos é encarada como um novo conceito e uma nova maneira de emergir as decisões.

Um pensamento comum quando se trata do campo, é de que é um lugar, um espaço sem estrutura, mesmo com muitas dificuldades e pobreza presente em muitos lugares no Portal da Amazônia, é possível e existem Escolas, Comunicação, dentre outros itens. De fato, esse acesso necessita ser melhorado, mas ele existe.

então é isso, é uma demanda que deve vir do colegiado, é uma ata que aprova essa deliberação do colegiado pra inserção do novo município, isso pode ser aprovado pelo conselho estadual e chega pra cá e tem uma avaliação desses critérios e tal pelo Conselho de Desenvolvimento Rural do CONDRAF e o CONDRAF aprova, e passa pelo SDT que tem que homologar também esse território, e modificar eu acho que a sua composição, então esse é o trâmite mais ou menos do funcionamento dos processos, a gente foi acumulando alguns desses processos, em 2013 o CONDRAF aprovou a homologação de novos 74 territórios, então eles passaram a partir de 2013 de 165 pra 239, então hoje são 239 territórios rurais, continuando aqueles mesmos 120 da Cidadania, existe uma discussão grande também de atualizar esses territórios que fazem parte do programa de Território da Cidadania, mas isso ainda é uma discussão ainda interna e que demanda um posicionamento da Casa Civil e que nesse momento político tá difícil de fazer qualquer modificação, precisará mexer em decreto, tem que ter uma discussão de forma mais intensa e o momento político não é favorável pra isso, então a gente está aguardando, tem um conjunto também de solicitações aí de novos de territórios, de mudanças que nós já fizemos alguma avaliação, tanto quanto bem, então é possível que esses novos territórios rurais sejam modificados, aí no primeiro semestre de 2016, talvez a inclusão de mais alguns, então esse que é a dinâmica, no caso do Programa Território da Cidadania, é importante destacar que ele vem 2008 como a principal ação do governo pra redução das desigualdades sociais, ele era a principal ação do governo, que foi o Brasil sem miséria na primeira gestão da Dilma, e a partir de 2008 foi principal programa do governo, eu me lembro até que eu estava em Alta Floresta, e eu lembro que no hotel lá, eu acho que era o Cristalino, que até tem uns ninhos de Harpia, eu tava no outro evento e tava tendo o evento do Território na Cidadania, eu acho que isso foi em 2008 se eu não me engano, um conjunto de atores da sociedade e tal , então o programa nasce nessa perspectiva de redução de desigualdade social, redução de desigualdades regionais, de fortalecer as ações do governo nas áreas, nos conjuntos de municípios onde tem maior pobreza, piores

condições de desenvolvimento e ao mesmo tempo tentando adequar a implementações das políticas públicas as especificidades daquele território, e aí o programa começou a se estruturar, a Casa Civil ela fortalecia bem essa discussão, foram formados os grupos Interterritoriais, uma série de desdobramento, muitas ações dos colegiados, as matrículas começaram a ser elaborados, um conjunto de ações aí do ciclo de gestão do programa Território da Cidadania, onde o plenário apresentava ações que o governo prevê para aquele território, como forma de transparência para a sociedade saber o que está previsto ali, monitorar, fazer o controle social da implementação daquelas ações, também a sociedade debater sobre o que ela quer para o desenvolvimento, então elaborar os planos territoriais para o desenvolvimento rural sustentável, identificando prioridades também, fazer um debate dentre as ações que vem da matriz, quais são as prioridades pra aquele território e ter uma ação mais intensiva pra aquelas ações priorizadas, fazer um acompanhamento, então tinha todo esse processo rolando, como estava na agenda e era prioridade do governo, o programa bombou nos primeiros dois, três anos, de 2008, 2009 e 2010 o programa estava forte, e tava se intensificando, mas é um desafio né você construir uma instância de participação botar junto a sociedade civil e o poder público, e aí um diferencial da política territorial também, que diferencia dos conselhos municipais, é que a influência partidária política nos projetos territoriais ela é um pouco menor do que nas prefeituras, em função de você ter ali um conjunto de municípios com diferentes vertentes políticas, então tem prefeito de um partido, de outro e de outro, então isso dá uma quebrada naquele ambiente partidário e na possibilidade de manipulação e de maior controle sobre essa instância de participação social, aí é importante destacar que tem um foco muito claro nos territórios rurais, então o foco é ações políticas voltada pro desenvolvimento do campo, apesar disso que aí eu volto, já adianto uma das questões que você colocou, alguns territórios foram formados incorporando algumas regiões metropolitanas, então você tem por exemplo o Território da Cidadania de Manaus em torno pega Manaus, a própria baixada cuiabana pega Cuiabá. (Alan Vieira)

Duas das instituições mais importante na dinâmica dos Territórios é o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o CONDRAF que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. São essas duas instituições que vêm buscando a mobilização social no Portal da Amazônia. Mas o trabalho desencadeado pelo MDA é de uma tremenda complexidade, pois, muitas vezes, o processo político leva vantagem sobre as decisões colegiadas e comunitárias.

5.5 A Construção de Territorialidades

A tentativa de construção cultural dos territórios de identidade não é nova. É antiga ao ponto de se comparar em idade com a construção das primeiras sociedades humanas. Nesse

território, estão instruídas as datações das sociedades, a dotação dos recursos nela existentes, a existência do acesso a esses recursos, que possivelmente podem ser transformados em bens.

Uma das possibilidades desencadeadas pela interação entre homem e natureza é a modelagem da cultura, resultante da dimensão sociocultural, conectada ao plano material que pode gerar significados responsáveis pelo sentido da existência e prática social.

A tecnologia e sua influência na sociedade modificam e transformam as atividades produtivas e altera a relação entre sociedade e natureza. Os territórios habitáveis designam a conjunção desses fatores.

O fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais. A novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provoca uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste fim de milênio. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. Hoje, o espaço nacional cede rapidamente lugar aos espaços locais, seletivamente escolhidos para se inserirem nos circuitos da globalização (HAESBAERT, 2007).

A identidade fomentada numa determinada localização espacial é a responsável pela aquisição da forma que o nome do espaço possa adquirir. Ela é designada pelo elemento cultura e pela regulação social.

A demarcação no território é datada pela alocação de recursos no espaço habitado como de certa forma pelas estruturas e pelas instituições presentes. Essas instituições regulamentam o manejo dos recursos e ajudam a exercer o poder de decisão no presente e do futuro. Dentre as várias formas de que a territorialidade é presente e assumida, essas são as mais visíveis no contexto do Portal da Amazônia. Nesse território, ela é definida com um direito que resulta na definição e no desenho do próprio território.

Na porção Norte do Estado de Mato Grosso, no Território do Portal da Amazônia, os povos indígenas que habitavam o espaço geográfico da região dão o nome de seu povo à terra que hoje habitam, ou outros nomes que expressam um significado a sua memória histórica.

A organização dos assentamentos rurais obedece a uma certa dinâmica em suas variadas particularidades e externalização de territorialidades. A identidade em sua essência

também constrói territorialidades, por isso que os elementos são influentes na construção de um território, logo o ponto de vista cultural e social seriam apenas os responsáveis.

O lugar da sociedade no espaço pode acontecer na tessitura de redes, e essas redes possuem continuidade, continuidade é o espaço.

Construir uma territorialidade é também um gesto político, são dotadas de variáveis, identidades “culturais”. As diferenças são enfocadas perante a resolução de conflitos e lutas pelo território.

O Programa dos Territórios da Cidadania, em suas características, privilegia os municípios, onde há a presença das populações afrodescendentes e indígenas, fato esse demonstrado nos municípios e nos dados constantes sobre estes. A grande ideia do Programa é corrigir e ou minimizar as desigualdades territoriais que são históricas em nosso país.

A partir desse histórico do programa desses 6, 7 anos do Território da Cidadania, fazer uma avaliação e tentar entender é os gargalos do programa e tentar ver como atuar pra que o programa tenha mais efetividade, é uma das questões que estão sendo colocadas e que ainda vai precisar, nada é oficial, vai precisar de discussão, de aprovação, mas uma das questões que a gente tem colocado como importante, por exemplo, é a possibilidade da matriz ser plurianual, a matriz do Programa Território da Cidadania, colar a matriz do programa ao PPA, então, por exemplo, tem uma matriz do programa por território de 2016 a 2019, com o período de arranjo e tal, porque precisaria uma visão mais de médio prazo e também agente conseguiria trabalhar muito mais nas ações de implementação do programa do que ficar todo ano nessa correria com os ministérios pra montar matriz, consolidar a matriz, fazer jornais territoriais, ir pros territórios apresentar a matriz, fazer monitoramento das execuções das ações previstas e ficar só fazendo isso, então não consegue ir pro território com a equipe que a gente tem pra fazer o apoio efetivo, implementação, apoiar a gestão, dar o suporte aos colegiados, pra que eles consigam mesmo a implementação das políticas, então a ideia, por exemplo, é a gente tentar pelo menos o esforço da construção da matriz, mas esforço na implementação, acho que isso é uma visão que a gente vem tendo aqui, e ai uma série de outras questões também, de tentar, por exemplo, ter um conjunto prioritário de ministérios com ações prioritárias, tem uma matriz ampla pra todos e tal, mas ali tem um conjunto mais específico de ações, onde tem uma forma decisiva foi pra 2, 3, 4 ministérios, então agente tem um conjunto de discussão ai acontecendo, então basicamente eu acho o panorama é isso, não sei se ficou alguma coisa de fora, deve ter deixado muita coisa de fora, mas ai acho que poderia passar na outra gravação.(Alam Vieira)

Essa variabilidade proposta pelas diversidades vem gerando demandas positivas para que novas políticas sejam criadas e, dessa forma, estratégias de investimentos e dinamização econômica sejam estabelecidas. Mas o capital com sua característica dopante de modificar e transformar as dinâmicas humanas está e sempre esteve em busca de novas áreas que possam

oferecer aquilo que ele sempre buscou, baixos custos de mão de obra de preferência informal, redução de impostos e proximidade com as matérias-primas.

Dentro dessa estratégia, caberiam ao Estado os investimentos de infraestrutura regional, tais como transporte, energia, etc.; criando as pré-condições materiais para a ocupação pretendida. Ao Estado caberiam também, como veríamos mais tarde, as políticas de atração populacional, através de projetos institucionais de colonização, políticas, essas dirigidas preferencialmente as populações nordestinas. (COSTA, 2011, p.68).

A afirmação nos leva a questionar se seriam as atividades da indústria e do capital que vêm se expandindo e chegando ao campo e, de certa forma, influenciando as atividades, ou seria a perda de influência e de atratividade do campo, que vem proporcionando essa mudança.

Como resposta a essas necessidades, nos últimos anos, vem sendo reconstruída e revitalizada a possibilidade do desenvolvimento regional no Norte de Mato Grosso. No nosso estado, sobretudo, nas ações já consolidadas no Território do Portal da Amazônia, está garantido o direito dos mais variados grupos sociais presentes, indígenas, agricultores, populações quilombolas. Essa reterritorialização abre espaço para o desenvolvimento de identidades territoriais por meio do acesso aos serviços básicos. A esse novo rural, pode-se desencadear as atividades que configuram como um novo, a partir das relações sociais e de produção que, ao longo da História, vêm se modificando e expandindo.

Analisando o Portal da Amazônia numa perspectiva política percebe-se a influência das proposições políticas em relação ao que se tem de real. Muitas das ações são meramente políticas e se sobrepõem enquanto política pública. Territórios contíguos estabelecem níveis de semelhanças territoriais, políticas e econômicas. As territorialidades culturais como a presença do gaúcho e dos CTGs na região é uma marca interessante dos municípios. Essa organização também demonstra certa territorialidade cultural e esses grupos pretendem se reafirmarem enquanto sociedade.

Os conflitos e nuances criadas pela territorialidade, do passado ou da atualidade, se posicionam como distintos conflitos multidimensionais da totalidade, enfocados não somente nas lutas sociais da coletividade, elas estão localizadas e demonstram que há luta pelo domínio e pelo acesso a recursos necessários.

Essas construções são históricas e expressam diversas formas da sociedade se organizar e manifestar sua cultura e seus costumes e, assim, o território torna-se uma base

para a existência das sociedades. É nesse espaço territorial que as sociedades se expressam e fazem a sua identidade, bem como as manifestam.

Haesbaert (2007) indica que se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem partes diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo histórico de relativo enraizamento espacial. Porém, se hoje o mapa da Europa, por exemplo, é redesenhado, retomando algumas configurações de muitas décadas atrás, porque falar em novas territorialidades? O que existiria de efetivamente novo?

Manifestar a consciência ideológica de que nesse território podemos construir um social que pode ser articulado historicamente, dando sentido de territorialidade e que seja entendido como uma construção da sociedade.

São várias as forças que atuam como agentes modificadoras e modeladoras do território, cujo item possui uma base flexível. Outro dado é o fato delas serem as forças endógenas e exógenas, que atuam no território, articulando com outros níveis de território. A submissão do território as mudanças não é algo raro, as atividades conflitantes, as relações de poder, em sua maioria das vezes, podem sim representar um deslocamento ou até mesmo uma expansão do território. De fato, esse território vem passando por um processo amplo de reorganização. Por esse processo Rochefort (1998, p. 52) faz a seguinte afirmação:

[...] Sem minimizar a amplitude das realizações setoriais, parece claro que as soluções esperadas não dissiparam as nuvens que pairam sobre a organização geral do território. Um intervencionismo concebido sobre novas bases parece indispensável para interferir no que pode ser modificado entre as fortes tendências que transformaram o espaço nos últimos vinte anos. Sem voltar ao sonhado igualitarismo territorial, parece necessário coordenar todas as ações setoriais para obter uma valorização das potencialidades de cada um dos grandes conjuntos regionais e para lhes dar novos triunfos nas competições mundiais. Sem imaginar um território onde cada um se sentiria em casa no lugar onde habita, parece possível agir sobre bacias de vida e sobre bairros urbanos para diminuir as desigualdades sociais e as chances de ascensão.

Nas ações ambientais e institucionais, o território sempre esteve em constante construção e reconstrução, bem como, como sua concepção enquanto determinante no estudo do planejamento e gestão do desenvolvimento, assim visualiza variáveis possibilidades de atender as demandas existentes.

Cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros, É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O

movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. Visto pela óptica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterógeno e conjunto, desigual e combinado. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que tornam possíveis. (SANTOS, 2002, p.133).

O território expressa realidade multidimensional, funcionando como um sistema de complexidades em várias sequências de constantes mudanças, no entanto é na compreensão destes imensos processos que acontecem as variáveis escalares no espaço e no tempo. Essas são ocorridas no âmbito dos espaços econômicos social obedecem às dinâmicas diferenciadas.

Na questão do planejamento, é importante atentarmos sempre para a distinção entre os desafios de longo prazo e os de médio e curto prazo, é preciso ter uma visão que seja toda compartilhada pelos atores envolvidos nas decisões, sendo assim haverá invariavelmente uma interconexão entre as muitas dimensões do território.

Há um sentido em se entender e analisar as políticas públicas enquanto território, no planejamento e na gestão do desenvolvimento territorial. Essa categoria geográfica equivale como um verdadeiro limite de intervenção espacial da política pública. É importante registrar quem são os elementos que podem e conseguem definir esse limite, seriam as pessoas envolvidas ou gestores das políticas públicas. Na esmagadora das vezes, o viés político é sempre o que expressa mais força na arena de disputas.

A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder (RAFFESTIN, 1993, p.161-162).

Uma via de expressão de territorialidades no Portal da Amazônia pode ser identificada quando se mudam as formas e as vias de decisão sobre investimentos em planejamento por parte do Estado Nacional, ao trazer agendas populares para o campo de debate e implementação de políticas identificamos novas territorialidades, no sentido de que um novo encaminhamento que surge na agenda política. Possivelmente, a união desses sujeitos sociais se torne fundamental para a busca do avanço das reformas que o campo necessita. Sendo assim, estas novas coalizões políticas responderiam à enorme tarefa de rever as relações conservadoras de poder. Dessa forma, os municípios são protagonistas na elaboração e gestão de políticas.

Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders e os outros, os de fora, os estranhos, outsiders (SOUZA, 1995, p.86).

Quando o Estado utiliza essa nova forma de alocar recursos, chamando a sociedade organizada a ser protagonista na elaboração de políticas, ele abre uma atividade sem precedentes em nosso país. Por outro lado, a ideia de que, inevitavelmente, o Estado necessita de um retorno. Sendo assim, a absorção dos territórios enquanto unidades de planejamento e investimentos são produtos de uma lógica social. A expressão de territorialidade materializa-se em forma de territorialização de recursos e na inovação com participação dos agentes que vivem nos territórios a indicar prioridades aos Ministérios participantes.

A forma que o Estado Brasileiro traz a nova tessitura externalizada, por exemplo, pelos demais programas como PAC e Brasil Sem Miséria, evidencia as nodosidades diferenciadas em relação à participação social. Os novíssimos canais onde as forças sociais tinham voz, são deixados à margem no PAC e no atual Brasil sem Miséria. De certa forma, a abordagem territorial muda em relação ao Programa Território da Cidadania, inevitavelmente, esses programas retornam ao modelo tradicional e são interpretados como meros espaços de investimentos.

Segundo Bronzo (2010), a centralidade do território para o estudo de políticas públicas reside no potencial de criar estratégias, nas quais diferentes setores estão interligados em busca de um objetivo resultante. Assim, a intersetorialidade torna-se um elemento essencial para que as ações do poder público consigam alcançar um grau satisfatório de aderência e incidir de maneira mais eficiente nas dinâmicas próprias dos territórios.

Para Bronzo (2010), a intersetorialidade é uma estratégia de gestão que se apresenta em vários níveis da implementação e que se define pela busca de formas articuladas e coordenadas de políticas e setores governamentais, pautada pela ampla necessidade de uma abordagem mais abrangente sobre a pobreza e as condições de sua produção e reprodução social. Por essa razão, há construção da gestão intersetorial e de um governo multinível em suas formulações mais densas, exigindo a alteração de estruturas institucionais e organizacionais ou a adoção de gestão integrada.

Por conta dessa dinâmica organizacional, as políticas de desenvolvimento regional vêm ganhando cada vez mais espaço nas agendas governamentais. E esse revigoramento da temática permite o surgimento por parte do Governo Federal de ações que embasam políticas públicas por uma perspectiva territorial.

De acordo com Brasil (2014), os conceitos definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, enquanto abordagem das políticas, são: o território enquanto meio e o território como regulação. As diversas políticas desencadeadas pelo Governo se enquadram nessas categorias analíticas, em suas estruturas, características, suas dificuldades de implementação, suas vantagens em termos de resultados e contradições em termos de territórios.

De acordo com Saquet (2006), a territorialidade efetiva-se em distintas formas e escalas espaciais, varia no tempo através das relações de poder, da dominação, das identidades, entre outras variações sociais realizadas entre os sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, nas formas tanto econômica, política e cultural.

Ainda Dematteis (1999) coloca que a territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática, e a materialidade dos lugares está nas ações sociais.

A ideia de territorialidade é representada pela imagem da síntese das relações de poder que se estabelecem nos variados territórios. Essas territorialidades podem se manifestar de forma material ou imaterial.

Dialogando com Saquet (2006), entendemos que a territorialidade vista como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. Saquet afirma, ainda, que a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço. As territorialidades estão, intimamente, ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Para Luchiari (2002), a análise da territorialidade rompe com a dicotomia clássica entre homem e meio. Considera Luchiari (2002, p. 116) que “a análise da territorialidade rompe com a dicotomia clássica entre o homem e o meio, pois, ao traçarem territorialidades,

os homens conjugam as relações com a natureza e com as próprias relações sociais de poder. ” E, também, que territorialidade é “uma relação triangular na qual o território mediatiza as relações entre os homens e destes com a natureza. ”

No entanto, o conceito de territorialidade representa as marcas carregadas que os indivíduos ou grupo social possuem como um ou mais territórios materiais ou imateriais, funciona de forma subjetiva, ligado muito mais a percepção do que a materialidade. Nesse sentido, a identidade territorial vem se construir de forma decorrente do reconhecimento da valorização das territorialidades e são também fundamentais na construção de identidades.

A territorialidade é subjetiva e pode ser física, política, econômica e social, muitas vezes essas territorialidades podem extrapolar o espaço físico, estendendo por muitas vezes sua área de influência. Ela aparece como um requisito físico social que pode fomentar a efetivação dos territórios.

Na territorialidade, permite-se coexistência de diferentes especificidades sociais, no entanto as territorialidades podem delimitar as extensões de espaço onde as relações de poder antes consolidadas podem sofrer diluições. Os conceitos de territorialidade e espaço são inter-relacionados, jamais podem ser dissociados, não existindo espaço e nem territórios que não sejam constructos sociais.

A territorialidade se expressa enquanto ação interrogatória entre o espaço e homem. Essas territorialidades são elencadas, conforme suas propriedades, dinâmicas e força. Nas palavras de Souza (1995), é uma maneira de separar as forças que compõem o campo de forças que é o território e que assim o território pode ser, enfim, compreendido e transformado.

O território é formado a partir de territorialidades e não o contrário, ele se expressa como sendo a essência da soma das diversas relações que uma coletividade emana, mediatizadas pelas múltiplas relações com o território.

Para Raffestin (1993), existem duas categorias de territorialidades: simétricas e dissimétricas. As territorialidades simétricas são aquelas em que os ganhos e custos de energia e informação entre os agentes são equivalentes. Nesse caso, não há uma exploração ou um abuso de poder de um agente sobre outro. Esse tipo de territorialidade pode ser caracterizado como cooperação e é reflexo do capital social de um dado território. As relações dissimétricas, por sua vez, são relações onde os ganhos e custos são desequilibrados, isto é,

relações onde há uma concentração de poder em um agente em relação ao restante da cadeia. As relações de poder conferem corpo ao território, simultaneamente, com as manifestações dos grupos sociais que o habitam. O resultado das ações políticas e sociais decorrentes da apropriação de uma porção do espaço. Este, enquanto ambiente, reflete as oportunidades e desafios propostos pelas características da realidade local.

Nesse sentido, a ação do Estado enquanto elemento que constrói a territorialidade do Portal da Amazônia, é, sem dúvida, o principal agente indutor de territorialidades. As territorialidades englobadas no Portal da Amazônia são de cunho simétrico se levamos em conta o que diz Raffestin (1993), pois há uma sinergia entre as várias representatividades, produtores, sociedade civil e políticos unidos para que essas ações sejam equivalentes e que haja cooperação entre elas com apoio do capital social construído.

Usando a perspectiva de Sack (1986), o território em si é usado na ação governamental para condicionar os processos políticos, visando compensar a incapacidade de atender a todos. Para tanto, cria externalidades no espaço geográfico, gerando uma malha de políticas e de infraestruturas, perpassando a todos os níveis escalares.

A territorialidade funciona de forma institucional no território, é uma espacialidade política, por isso envolve poder e ordenamento, cumprindo funções econômicas, políticas, ideológicas e sociais. Como fator interessante, essa dinâmica abre as populações e suas representatividades a possibilidade de serem atores de seu próprio destino, não só entendendo processo como sendo protagonistas das decisões.

Sendo assim, um dos principais momentos da territorialidade é, quando ela buscada através das instituições, o ordenamento espacial, gerenciando e facilitando ações.

No âmbito das decisões territorialidades, ela se configura, de certa forma, multifacetado, podendo conotar processos de delimitação, demarcar, interditar e dominar e controlar. No caráter econômico, indica processos de produção de recursos bem como sua gestão e implantação. Dessa forma, as territorialidades se manifestam como um valioso complexo, estratégico e são metas institucionais, que podem ser públicas e privadas, atuando de forma a distribuir recursos a partir da apropriação de recortes municipais.

Uma faceta interessante é a dualidade entre territorializar o contexto do desenvolvimento e desenvolver propriamente o território, são duas coisas completamente diferentes. No entanto, os órgãos do Governo entendem e planejam as políticas públicas

enquanto território, mesmo sendo para a Geografia, uma região de planejamento. E foi isso que aconteceu com o Território do Portal da Amazônia.

No entanto, na geração de territorialidades, o Estado é o indutor de políticas através dos órgãos como MDA e a SDT, que regulam e trazem as normas para que esta sejam estabelecidas. A territorialidade é gerada, quando o Estado, passa a estimular essa competitividade Regional. A simples elaboração de normas para o espaço não é capaz de gerar territorialidades, é preciso que haja envolvimento dos vários segmentos, sociedade civil, políticos e movimentos sociais.

A política gerada com apoio desses segmentos da sociedade e financiada pelo Estado podem ser executadas tanto unicamente pelo próprio Estado quanto em regime de parcerias com ONGs, Sindicatos e Associações, porém destaca-se o trabalho do Estado como sendo o principal agente que fomenta Políticas Públicas no Portal da Amazônia.

As normativas colocadas pelo Estado visando gerenciar as ações do Programa Territórios da Cidadania é um exemplo de territorialidades. Nelas, as decisões são tomadas pelos Colegiados e são expressões de territorialidades. Antes de serem representantes, essas pessoas possuem certa identidade, representam um Espaço e defendem os interesses comuns.

Variadas territorialidades podem ser conflitantes ou não. O municipalismo, as perspectivas de desenvolvimento de cada um dos municípios, seus espaços representativos e suas implicações na distribuição de recursos são territorialidades notadas. Essas relações, por tempo, aproximam os municípios, vinculam pessoas, famílias, instituições, usos, sentimentos, cotidianos, percepções e representações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões empreendidas, defende-se a proposta de implementação de uma abordagem de conteúdo específico para estudar os principais conceitos geográficos e que estes possam cumprir seu objetivo de servir como ferramenta para a compreensão dos Territórios da Cidadania.

O ano de 2011 marca o início do Governo Dilma Rousseff e também do projeto avaliativo de todas as políticas desenvolvidas anteriormente. Nessas avaliações, constata-se a complexidade das ações a serem implementadas no Programa Territórios da Cidadania.

As ações desencadeadas de territorialização dos recursos durante os primeiros anos do Programa Territórios da Cidadania envolveram mais de 180 ações com a aplicação de recurso. Com o novo desenho do Programa e incorporação deste ao Programa Brasil Sem Miséria, esta matriz de ações passa por redução na estrutura burocrática e redução no investimento. Dentro do novo modelo o Programa Territórios da Cidadania apresenta uma redução de investimento no pacote total do Programa. Com a reavaliação o programa fica, então, desenhado com 70 ações prioritárias nos Territórios da Cidadania.

A medida indicada, para atender às novas determinações, consistiu em transformar o Programa Territórios da Cidadania e não considerar o programa como prioridade das ações de planejamento como também a inserção desse projeto nas ações no Plano Brasil Sem Miséria. Essa ação culminou também com a remoção de alguns funcionários do MDA para outras pastas do Governo Federal, especialmente para atuar no Brasil sem Miséria.

De certa forma, as demandas que ocorriam nos Territórios da Cidadania ficaram demasiadamente grandes, exigindo certa agilidade do Governo. Este demonstrou não ter condições para construir ações em todos os territórios.

Quando essas ações passam para o Brasil sem Miséria, é uma atividade, amplamente, técnica para equacionar os problemas da extrema pobreza. Aproveitam-se as ações que já eram realizadas, por exemplo, no Programa Bolsa Família e Territórios da Cidadania e agrupam as ações no Brasil sem Miséria.

Um sentido interessante nessa atividade envolve a noção de que o impacto do Bolsa Família no projeto foi positivo para a redução da extrema pobreza. Mas fica uma lacuna, pois o desenvolvimento não se trata pura e simplesmente de uma renda mínima para as pessoas.

Opostamente, no Programa Brasil sem Miséria, possivelmente, os moradores dos municípios não se sentem participantes de todo o processo, embora admitam avanços sociais.

Não há canais de participação e deliberação na dimensão que ocorria na Política dos Territórios da Cidadania, uma vez que nesse programa a proposta dos territórios da cidadania ficou diluída entre tantas outras ações.

Uma das funções dos Colegiados Territoriais é articular o diálogo entre as prefeituras, possibilitando a troca de informações e experiências no campo da elaboração de projetos que possam ser implementados.

O desenvolvimento territorial é necessário que se aproxime da sustentabilidade; não que a sustentabilidade seja apenas um discurso, mas que a mesma seja incorporada à vida e ao modo de produção. Ainda que possam ser incluídas ações para além da geração de emprego e renda.

No programa Brasil Sem Miséria, as ações que eram realizadas com o Programa Territórios da Cidadania passam por interrupção nos ciclos de gestão. Há uma crise a caminho no Programa, os recursos são diminuídos, perdendo certa prioridade.

Embora a estrutura nas cidades dos membros participantes do colegiado continuem, no entanto as ações concretas são escassas no momento. Dados da própria Secretaria de Desenvolvimento Territorial apontam que a política na escala nacional em si não está em pleno funcionamento, no entanto existem territórios que estão muito bem estruturados e que conseguiram manter uma dinâmica de funcionamento mesmo sem o apoio e assessoramento.

Nesse sistema, de certa forma, alguma dinâmica pode ser perdida neste tempo, o que pode representar uma negatividade ao processo, com possibilidades de redução nas atividades. Essas reduções atingem principalmente a participação social, onde os participantes por conta da redução não estão participando das reuniões e atividades do Colegiado.

No entanto, a transformação do território em aparatos úteis à sociedade é uma necessidade humana e são criadas para proteger a mesma. De fato, a história do homem comprova sua necessidade de abrigo e de manifestar suas vontades coletivas e individuais, entre as quais pode-se incluir o desejo de morar e ter seu próprio território.

A inexistência de um modelo consistente de gestão é uma grande resistência na correlação de forças entre estado e a sociedade, sendo que essas correlações, muitas vezes, acabam atrapalhando uma melhor dinâmica e cristalizando os poderes.

O Território do Portal da Amazônia, assim como as demais Políticas de Desenvolvimento passaram por sérias mudanças proporcionadas, sobretudo, por um processo recente de democratização. O discurso recorrente no momento é, sem dúvida alguma, o da agricultura familiar, prática que está no seio das populações do Território do Portal da Amazônia. Embora as atividades recentes da chegada dos empreendimentos do agronegócio

se tornaram uma séria ameaça à agricultura de cunho familiar, ela pode ser destacada como uma prática recorrente nesse Território.

De fato, o Portal da Amazônia ainda necessita da efetiva construção de uma Agenda de Desenvolvimento, que leve em consideração as diferenças regionais existentes entre os municípios participantes. Outro fator de súbita importância para o melhoramento e reestruturação das características produtivas é a questão do financiamento rural ao pequeno produtor.

Através da delimitação dos territórios, a ideia das esferas administrativas é buscar uma maior intensidade na elaboração de políticas territoriais afirmativas. Trata-se de uma forma intencional e diferenciada de buscar novas atividades a estes territórios historicamente esquecidos. Essas políticas se afirmaram de forma consultiva com a participação da sociedade civil deliberativa e com a ação de entidades e do poder público objetivando ter um conjunto de ministérios, trabalhando em regime de colaboração. Esse Programa possui uma distinção em relação às outras propostas de descentralização de políticas anteriores, por conta do compromisso com populações alijadas e, muito mais que isso, pela possibilidade da participação popular.

Quando se fala na construção da identidade coletiva, ela se torna um arcabouço de grande valia para as territorialidades, mas, ao mesmo tempo, ela não é suficiente para que todos os meios de participação social sejam garantidos, os vários quadros identitários são complexos.

Os Territórios da Cidadania reuniram o querer do Estado e das classes populares rurais, entretanto trabalhar com ruralidades sem ter, teoricamente, a interferência do capital, demonstra-se que se vem confrontando a estrutura dominante do estado, que embora seja a personificação do poder vigente, consegue ser influenciado pelas estruturas historicamente hegemônicas. Nesse sentido, um programa, que visa à busca de estruturas que deveriam estar estabelecidas historicamente e socialmente, não é a resolução de uma problemática histórica em nosso país.

Outros elementos que estão no jogo do poder pela hegemonia do território são os conflitos pelo poder de decisão que são inerentes à própria territorialidade, existindo mesmo numa sociedade, na qual temos um sistema de democracia representativa.

Da implantação das políticas dos Territórios da Cidadania em 2008, até a atualidade, pouco mudou de fato nos municípios participantes. Os municípios ainda necessitam de

programas que levam em consideração, ações de fortalecimento da produção e incorporação econômica das populações.

O avanço das atividades do agronegócio no Território do Portal da Amazônia é uma questão de tempo, pois os empreendimentos já chegaram e começaram a mudar a dinâmica do local com a aquisição de áreas, implantação da cultura da soja em algumas propriedades, construção de fixos e intensificação dos fluxos. A continuidade e o fortalecimento das metas do Território da Cidadania reforçam as ações das comunidades rurais na formação de uma resistência ao avanço e a homogeneização do espaço por parte do agronegócio.

A política que levou territorialização dos recursos públicos no âmbito local partiu de uma proposta dos agentes na escala do município, rompendo o paradigma tradicional do planejamento estatal, onde, classicamente, as decisões de intervenção no território são “de cima para baixo”.

As agendas populares emergiram no Programa Territórios da Cidadania construindo uma nova territorialidade e se mostram um artifício fundamental para o estabelecimento de tais territórios. Na territorialização dos recursos financeiros, proporcionada pelos investimentos do Estado, capacidades inovadoras são criadas nos locais de ação do programa e estas ações se configuram enquanto resultado material das políticas. Por outro lado, o programa enfatiza a possibilidade de que ganhos imateriais como formação possam ser realizados.

Embora no momento atual o país possua uma Lei de Acesso à Informação, onde são traçados limites e condições para que documentações de interesse público sejam disponibilizados para análise, estudos ou conferência, muito pouco se tem visto nas cidades do Portal da Amazônia e no âmbito nacional. Os entraves para que a lei seja cumprida são imensos e dificultam demasiadamente pesquisas e possibilidades de entender o real sentido dos investimentos propostos pelos diversos programas que as cidades estão inseridas.

Os Territórios da Cidadania buscam confluir os interesses do Estado com os das classes populares rurais, de preferência sem a interferência das elites dominantes. Entretanto esbarra-se contra a estrutura do poder estatal vigente, que ainda é manipulado pelas esferas historicamente hegemônicas, as quais conservam formas antigas de governança. Por isso, políticas compensatórias, como o programa Territórios da Cidadania, que se restringem a estimular a inclusão social, inserção no mercado e extensão de serviços e infraestrutura básica não são suficientes para transformar o desenvolvimento e as razões que constituem as desigualdades sociais.

As principais dificuldades apresentadas na construção da pesquisa foram de encontro com a problemática da relação dos dados, prefeituras, secretarias municipais e a própria sede do Colegiado Territorial e pouco puderam contribuir com dados relevantes a esta pesquisa. Com isso focamos na opção de analisar dados alocados no Portal da Transparência que foi criado pelos preceitos da Lei Complementar 131 de 2009. Esse Portal, embora necessite ser alimentado pelas próprias Prefeituras, possui uma série de dados que foram importantes para os resultados alcançados.

Verificou-se que, delimitando unidades territoriais, buscou-se aproximar as escalas administrativas nacional, estadual e municipal, procurando, assim, além de potencializar, interiorizar, expandir o acesso às políticas públicas. A ideia central do programa foi, de forma diferenciada, aumentar a atenção às áreas consideradas deprimidas, o fato da ação ser considerada inovação vai no sentido de que existiu a participação da comunidade local nas formas, deliberativa, consultiva e propositiva.

Anteriormente, as citadas Políticas Públicas, em Mato Grosso, especificamente na região do Portal da Amazônia, tinham uma organização que almejava a divisão daquela porção do Estado de Mato Grosso. Ainda dentro dessa proposta, seriam criados os Estados de Mato Grosso do Norte e Estado do Araguaia. Interessante fato que um dos principais entusiastas dessa ideia de divisão foi o prefeito de Matupá, posteriormente, elegeu-se Deputado Estadual, tendo como principal discurso essa proposta. Anos depois, o político Silval da Cunha Barbosa tornou-se vice-governador na chapa do PPS. Após eleitos, Blairo Maggi e Silval Barbosa governaram o Estado por um período. Dentro da linha sucessória, Silval Barbosa elegeu-se governador do Estado de Mato Grosso.

Quando Silval se elegeu como vice-governador e, posteriormente, como governador, ele abandona o discurso da divisão e passa, assim, a ser um dos principais defensores da integração da região aos circuitos das Políticas Públicas. É, nesse contexto de força na representatividade no Estado, que a região se desponta como um território de influência no Estado de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo que as figuras do Norte de Mato Grosso se despontam como gestores, em termos políticos, a Baixada Cuiabana sempre esteve como centralidade na política Estadual. Esse fato tem declinado, pois em tempos de República, o Estado nunca teve um governador do norte de Mato Grosso, logo Silval rompeu essa lógica.

Como resultado final, verificou-se uma grande concentração de recursos nos municípios de onde saíram as representações políticas regionais. Nesse sentido, no universo representado por 16 (dezesesseis) municípios, constatou-se que os recursos se concentraram num raio de aproximadamente 100 km, cujo centro é cidade de Peixoto de Azevedo. Nesse círculo, estão inclusos 11 (onze) sedes municipais das que compõe o Portal. É a concentração do poder em uma parcela espaço. Esse círculo apresenta uma diagonal, que o corta ao meio representado pela BR 163: Concentração de recursos, de convênios, concentração das mudanças que ocorrem na porção Norte dos 3 Territórios da Cidadania analisados. Trata-se de concentração do poder político e concentração dos novos fixos e fluxos integrados à logística da cadeia carnes-grãos.

De um território de resistência ao agronegócio da cadeia carne-grãos, começa-se a articulação para um espaço de coalizão, a partir do qual em um processo semelhante ao modelo ecológico de invasão, competição e segregação, aos poucos, o sistema modernizante agrícola manterá o predomínio, principalmente nas áreas mais aptas ao seu avanço. Nisso, a nova territorialidade estabelecerá.

Os representantes do norte de Mato Grosso conseguem consolidar a Política dos Territórios da Cidadania através da representação política no Estado e alinhamento com a Política Nacional, enquanto projeto de desenvolvimento territorial. E essa representatividade foi importante na consolidação do Programa.

Todavia, no Brasil, comparando a outras políticas compensatórias, as ações fundamentadas pelo enfoque territorial como o programa Territórios da Cidadania possuem um diferencial, pois visam fortalecer as organizações populares. Através da estruturação dessas entidades sociais, a política dos territórios tem oportunizado novas possibilidades de comercialização, subsidiando discussões sobre alternativas de produção sustentáveis, incentivando a introdução de novas culturas e a diversificação produtiva.

Parece cedo para afirmar que as questões envolvendo a Política dos Territórios da Cidadania representam em definitivo a redenção dos povos e dos espaços opacos; no entanto as ações representam sim um olhar do Estado a esses povos e territórios e a certeza de que algumas mudanças poderiam ser emplacadas, destas, principalmente, o aumento nos recursos e na capacitação e financiamento das propriedades dos sujeitos envolvidos.

O território do Portal da Amazônia assim como as demais Territórios da Cidadania não passam de regiões de planejamento dentro do tradicional estabelecido por anos pelo Estado Nacional. A diferença está na escala de participação da sociedade local.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, São Paulo, 2003.

BACELAR, Tânia. Divisão Territorial brasileira nos Anos Noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, Mariana; EGLER, C. A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2010, p.73-92.

BECKER, Bertha Koiffmann. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, jan.- abr. 2010, p. 17-23,

BERNARDES, Júlia Adão. Crise no agronegócio: novas ações, novos tempos, novas territorialidades. In: OLIVEIRA, Márcio Pinõn; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureneci de Mello (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ/ANPEGE, 2008, p. 254-265.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>> Acesso em: 23 maio 2005.

BRASIL. **Planejamento e Desenvolvimento: Considerações à Luz de Documentos do Governo Brasileiro entre 2003 e 2010**. IPEA, v. 1, Brasília, 2012.

BRASIL. **Problematizações Acerca do Conceito de Um “Novo” Estado Desenvolvimentista**. IPEA, v. 2, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável**. Documentos Institucionais, Brasil, n. 1, março 2005a

_____. **Marco referência para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**”. Documentos Institucionais, Brasília, n. 2, jun. 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social dos Territórios Rurais: guia para o controle social**. Brasília: MDA, SDT, 2006.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Conselho Executivo de Ações da Agricultura Familiar – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS - Território Portal da Amazônia**, Alta Floresta, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Programas Territórios Rurais**, 2007. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais> Acesso em: 29 maio 2013.

CAMARGO, Henrique Ramos. Ordenamento Territorial e Complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes; SOARES, Luiz Antônio Alves (Orgs.). **Ordenamento Territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 21-60.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: Ipea, mar. 2011 (Texto para Discussão, n. 1.584).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999, v. 2.

COSTA, Vanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FURTADO, Celso; CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (Orgs.). **Os Desafios do Desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HAESBAEST, Rogério. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, Rogério et al. **Espaço, tempo e crítica**. n.2(4), v. 1, 15 de agosto de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim do território à multiterritorialidade. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

HARTSHORNER, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: HUCITEC, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. DP&A Editora. Rio de Janeiro. 1999.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton et al (Orgs.). **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

- MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. **Mudanças Espaciais Induzidas pelo Progresso Técnico: a realidade da agricultura matogrossense.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs). **Para Onde Vai o Ensino de Geografia: 10.ed.** São Paulo: Contexto, 2012.
- PASSOS, Messias Modesto. **A Construção da Paisagem no Mato Grosso.** Maringá: Editora da UEM, 2000.
- PEREIRA SILVA, Sandro. **Avanços e Limites na Implementação de Políticas Públicas Nacionais Sob a Abordagem Territorial no Brasil.** Rio de Janeiro, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** 3.ed. Hucitec. São Paulo, 1995.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS et. al. (org.) **Territórios: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo.** Fortaleza: Eduece/LCR, 2003.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. **Debates Territori y movimientos sociales,** ano VI, n. 16, enero-abril, 2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, C. O fato geográfico. **Sociedade&Natureza.** Rio de Janeiro: AGB-Rio. 1986, p. 104-19.

_____. O Conceito de Extensão. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel. 1986, p. 25-31.

_____. **A Paisagem Sanitária de Porto Velho**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1992. Dissertação. (Mestrado em Geografia).

_____. A Territorialidade e a Sustentabilidade ou a Ecologia do Espaço Político. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: UFU, ano 9, n. 17, 1997, p. 41-56.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos. Milton Santos Concepções de Geografia e Território. **Revista Geografia Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, ano X. volume e n. XVIII, ano de 2008, p. 24 a 42.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOARES, Luiz Antônio Alves, ALMEIDA, Flávio Gomes (Orgs.). **Ordenamento Territorial: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

VESENTINI, José William In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). **Para Onde vai o Ensino de Geografia**. 10.ed. Contexto: São Paulo, 2012.

APÊNDICES

A voz dos Gestores

Entrevista com o Gestor Territorial no Ministério do Desenvolvimento Agrário

Alan Vieira: Eu sou Alan Vieira, eu estou aqui na Secretária de Desenvolvimento Territorial a dois anos, sou servidor do MDA já a cinco anos, eu trabalhava na Secretaria de Agricultura Familiar e hoje eu tou aqui SDT e desde que eu cheguei aqui estou atuando na equipe do Programa Territórios da Cidadania é, bom assim eu acho que a ideia interessante, que é um resgatizinho pra ligar do começo. É pra gente tentar entender um pouco como que foi construído, dar um panorama, a secretária aqui acho que ela foi criada em 2003, nessa perspectiva de ver a política territorial como uma política importante pro desenvolvimento das regiões do país, de algumas microrregiões, né e que é possível você verificar algumas especificidades culturais, ambientais, sociais, econômicas, que aproximam esses municípios, essas regiões, A ideia da SDT em discussão com outros atores que discutem território, que discutem o desenvolvimento do país, algumas pessoas como a Tania Barcelar, que foi inclusive Secretária do Ministério da Integração na área do desenvolvimento regional , então, é algumas pessoas trazem a perspectiva do território, a discussão da política territorial, então a gente começou. A SDT aqui em 2003, nesse processo de tentar articular a criação de territórios, alguns territórios de alguma forma já existia na perspectiva dos territórios de identidade, que era algo que se construía a anos, que buscou estimular esse processo de constituição de territórios, a ideia da constituição desses territórios que agente capitaneou aqui na SDT era de trazer as demandas da sociedade, então não fomos nós aqui que formatamos a novidade do território, então isso vem da sociedade, é encaminhado pela sociedade, passa pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, vem e chega aqui pra gente homologar dentro da política de desenvolvimento territorial e, a gente sempre buscou muito isso, que os atores locais identificassem os municípios daquela região dentro do Estado que tem especificidades, que tenham energias, que tem uma característica de pertencimento, que quando você pergunta pra alguém: da onde você é? Eu sou lá do Vale da ribeira, eu sou lá da Baixada Cuiabana, eu sou lá da Chapada dos Veadeiros. Então esses territórios buscam trazer um pouco disso também, essa questão de sentimento de pertencimento daquele local, e a ideia é você criar nesses territórios um espaço de participação social que não seja setorial, você tem os conselhos municipais, alguns conselhos estaduais, eles são muito setorizados, então você não tem uma integração de política, você não tem uma discussão de desenvolvimento mais amplo em articulação com os outros setores, então ideia de você congrega um conjunto de

municípios com características próximas, um conjunto de atores ali pra discutir desenvolvimento e que envolvam a sociedade civil e o poder público. Então a ideia dos colegiados territoriais é essa, tem que ser um espaço de discussão, de participação social, de gestão social, de controle social, de apoio a gestão de políticas públicas... a ideia é a sociedade se envolver mais em processo de implementação das políticas públicas e participar da integração de políticas, ao mesmo tempo, até acho uma coisa interessante, a gente discute muito, que a gente tem algumas ações, alguns esforços pra integração de políticas públicas aqui no nível Federal, então você tem alguns programas, como por exemplo o Brasil sem Miséria, o próprio programa Territórios da Cidadania vai nesse sentido, de integrar uma série de ações, tendo como referência no caso do território e urbano o território, no caso do Brasil sem Miséria o público em situação de extrema pobreza.

Alan Vieira: Então tem muita essa perspectiva do território ser espaço de integração de políticas públicas e pensar no desenvolvimento, e aí surge outra questão nessa discussão de institucionalidade de integração de política, que é o conceito de território. A gente adota um conceito aqui muito mais voltado nessa perspectiva de pertencimento de características sociais e econômicas, mas é uma unidade de planejamento que congrega um conjunto de municípios com suas características, e agente tem, quando agente fala, a gente ouve muito todo mundo falar que tem que pensar o território, tem que desenvolver a partir do território tal, mas cada um tem o seu conceito de território, e na geografia, na política, na economia cada um tem um conceito de território, então a gente discute muito isso, se a gente não tiver um mesmo território de referência pra integração de política, a gente não vai conseguir se integrar, existe até uma metáfora que o secretário do desenvolvimento diz aqui, que é bem interessante, que quando a gente estava em uma reunião ele fala assim: olha se a gente quiser sair daqui e ir para um barzinho fazer uma integração desse grupo aqui e tal, a gente é legal vamos conseguir se integrar, só que se sair cada um pro barzinho diferente, mesmo sendo um bar, se agente não definir qual é esse lugar que agente vai se integrar, agente não vai conseguir se integrar, então é um pouco isso, agente tem uma mesma unidade de referência, de planejamento para conseguir integrar ações, então aí é o desafio de conseguir junto ao governo e a sociedade ter os territórios que agente considera aqui como os territórios de referências de implementação de políticas públicas. Então esse é um pouco do panorama, e aí nesse processo se iniciou a formação dos territórios, inicialmente acho que foram homologadas se eu não me engano 165 territórios, é 164 ou 165 territórios rurais no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do PRONAT, e a atuação do ministério é muito, agente atua muito no apoio ao funcionamento dos colegiados territoriais, então essa é

uma das principais ações aqui da secretária, garantir que esses colegiados funcionem, dar algum tipo de assessoramento ao apoio tanto técnico quanto financeiro pra entidade ou governo do estado, pra que esses colegiados tenham uma dinâmica de funcionamento, então a gente sempre organizou esse processo com consultorias, então a gente tinha de acessória territoriais em cada território, ou vinculada a entidades não governamentais ou vinculadas aos governos estaduais e mais recentemente a gente passou a adotar uma nova metodologia, que a formação de núcleo de extensão e desenvolvimento territorial NEDTS, aí vinculadas a instituições de ensino superiores públicas a universidades estaduais, federais e instituto federais, bom aí agente tinha aqueles 165 dentro do PRONAT e aí em 2008 surge, em 2007 começa essa discussão e surge o Programa Território da Cidadania em 2008, nessa perspectiva de selecionar dentre os 165 territórios rurais os territórios em condição mais precário de desenvolvimento, em piores condições que precisariam de um olhar diferenciado e ações específicas, em 2008 o decreto definiu os primeiros 60 Territórios da Cidadania, em 2009 sai novo decreto com mais 60 totalizando os 120 territórios da cidadania que ainda são os esses 120, esses territórios inseridos dentro do programa e que também são territórios rurais, então os critérios para inserção no programa Território Da Cidadania é fazer parte do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais).

Valdecir Carvalho: Uma pergunta que vem nesse momento existem novos territórios rurais ou novos territórios que estão fazendo proposta para ser um Território da Cidadania, além desses 120?

Alan Vieira: Então, até esse é um diferencial também, assim no caso do PRONAT a gente tem o CONDRAS, é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado aqui ao MDA, que tem que aprovar, passar pelos conselhos estaduais, Movimento Rurais Sustentáveis, passa pelo CONDRAS, e aqui faz a homologação, também no caso dos exclusivamente do PRONAT, nos casos dos territórios do Programa Território da Cidadania a coordenação do programa Território na Cidadania não é no MDA, é uma coordenação da casa civil, até como forma de fortalecer, no programa território e cidadania. A ideia é integrar política pública, ter uma ação do governo direcionada pra que os órgãos e os diferentes ministérios tenham o território como referência, territórios da cidadania no caso, priorizem ações pra esses territórios, então a casa civil articulando esse processo dá mais poder político pra demandar os diferentes órgãos o direcionamento e priorização das suas ações nesses territórios, então a casa civil coordena e também é responsável pela inclusão ou modificação desses Territórios da Cidadania, então a Casa Civil é quem é responsável hoje, nós recebemos aqui no MDA diversas demandas de território rural que quer virar Território da Cidadania, de

municípios que querem virar território, de territórios que querem modificar sua composição, incluir municípios excluir outros, então chega uma série de demandas.

Valdecir Carvalho: No caso quem aprova?

Alan Vieira: A gente que faz uma avaliação submete ao Comitê de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF, que é uma instância interna do CONDRAF e leva ao plenário pro CONDRAF para fazer aprovação, e tem alguns critérios que o CODRAF estabeleceu para esse processo de criação, homologação, modificação, que é, por exemplo, ter passado pelo Conselho Estadual, ser do IRF lá do Estado, ser aprovado lá, e ter sido aprovado também no plenário do colegiado territorial, então essa é uma demanda de modificação, de inserção.

Valdecir Carvalho: No território que estudo, o município de Nova Santa Helena ele foi inserido, no início do território ele tinha quinze municípios, aí com a inserção de Nova Santa Helena, na verdade era uma cidade dentro dos dezesseis municípios, que tinha os piores dados, tinha os piores dados, mas não estava inserido no território, é inserida logo após, um caso meio dessa completude.

Alan Vieira: Então é isso, é uma demanda que deve vir do Colegiado, é uma ata que aprova essa deliberação do colegiado pra inserção do novo município, isso pode ser aprovado pelo conselho estadual e chega pra cá e tem uma avaliação desses critérios e tal pelo Conselho de Desenvolvimento Rural do CONDRAF e o CONDRAF aprova, e passa pelo SDT que tem que homologar também esse território, e modificar eu acho que a sua composição, então esse é o trâmite mais ou menos do funcionamento dos processos. A gente foi acumulando alguns desses processos, em 2013 o CONDRAF aprovou a homologação de novos 74 territórios, então eles passaram a partir de 2013 de 165 pra 239, então hoje são 239 territórios rurais, continuando aqueles mesmos 120 da Cidadania, existe uma discussão grande também de atualizar esses territórios que fazem parte do programa de Território da Cidadania, mas isso ainda é uma discussão ainda interna e que demanda um posicionamento da Casa Civil e que nesse momento político tá difícil de fazer qualquer modificação, precisará mexer em decreto, tem que ter uma discussão de forma mais intensa e o momento político não é favorável pra isso. E então a gente está aguardando, tem um conjunto também de solicitações aí de novos de territórios, de mudanças que nós já fizemos algumas avaliações, tanto quanto bem, então é possível que esses novos territórios rurais sejam modificados, aí no primeiro semestre de 2016, talvez a inclusão de mais alguns, então esse que é a dinâmica, no caso do Programa Território da Cidadania, é importante destacar que ele vem de 2008 como a principal ação do governo pra redução das desigualdades sociais, ele era a principal ação do governo, que foi o Brasil sem Miséria na primeira gestão da Dilma, e a partir de 2008, foi o principal programa

do governo, eu me lembro até que eu estava em Alta Floresta, e eu lembro que no hotel lá, eu acho que era o Cristalino, que até tem uns ninhos de Harpia, eu tava no outro evento e tava tendo o evento do Território na Cidadania, eu acho que isso foi em 2008 se eu não me engano, um conjunto de atores da sociedade e tal, então o programa nasce nessa perspectiva de redução de desigualdade social, redução de desigualdades regionais, de fortalecer as ações do governo nas áreas, nos conjuntos de municípios onde tem maior pobreza, piores condições de desenvolvimento e ao mesmo tempo tentando adequar as implementações das políticas públicas as especificidades daquele território. E aí o programa começou a se estruturar, a Casa Civil ela fortalecia bem essa discussão, foram formados os grupos Interministeriais, uma série de desdobramento, muitas ações dos colegiados, as matrículas começaram a serem elaborados, um conjunto de ações aí do ciclo de gestão do programa Território da Cidadania, onde o plenário apresentava ações que o governo prevê para aquele território, como forma de transparência para a sociedade saber o que está previsto ali, monitorar, fazer o controle social da implementação daquelas ações. Também a sociedade debater sobre o que ela quer para o desenvolvimento, então elaborar os planos territoriais para o desenvolvimento rural sustentável, identificando prioridades também, fazer um debate dentre as ações que vem da matriz, quais são as prioridades pra aquele território e ter uma ação mais intensiva pra aquelas ações priorizadas, fazer um acompanhamento, então tinha todo esse processo rolando. Como estava na agenda e era prioridade do governo, o programa bombou nos primeiros dois, três anos, de 2008, 2009 e 2010 o programa estava forte, e tava se intensificando, mas é um desafio né você construir uma instância de participação botar junto a sociedade civil e o poder público, e aí um diferencial da política territorial também, que diferencia dos conselhos municipais. É que a influência partidária política nos projetos territoriais ela é um pouco menor do que nas prefeituras, em função de você ter ali um conjunto de municípios com diferentes vertentes políticas, então tem prefeito de um partido, de outro e de outro, então isso dá uma quebra naquele ambiente partidário e na possibilidade de manipulação e de maior controle sobre essa instância de participação social. Aí é importante destacar que tem um foco muito claro nos territórios rurais, então o foco é ações políticas voltadas pro desenvolvimento do campo, apesar disso que aí eu volto, já adianto uma das questões que você colocou, alguns territórios foram formados incorporando algumas regiões metropolitanas, então você tem por exemplo o Território da Cidadania de Manaus em torno pega Manaus, a própria baixada cuiabana pega Cuiabá.

Valdecir Carvalho: Tem uma pergunta nesse sentido, nesse sentido, por exemplo, você pega o território de Mato Grosso e uns dos municípios que têm o melhor IDH é Cuiabá, e Cuiabá

está inserida, cai bem nisso que você falou, é uma região metropolitana. A região está inserida no programa dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais, e ai se pega, por exemplo, Rondonópolis que é uma cidade média, digamos que é média, ai se pega Jaciara que é vizinha de Rondonópolis, pega, por exemplo, São José do Povo, que, por exemplo, em termos de dado é uma Nova Santa Helena e não estão inseridas no programa, talvez seja pelo, aliás eu não sei se é o caso da opinião da SDT.

Alan Vieira: É assim, em 2008 foi criado, tinha essa limitação dos 165, então foi em cima desses 165 foram estabelecidas ali nos decretos alguns critérios. O decreto de 2009 altera um pouco o IDEB, inclui alguns outros critérios, modificam um pouco, e teve alguns outros critérios também pra além dos que estão no decreto, pra garantir a distribuição adequada dos territórios ao longo do território nacional, então, por exemplo, uma das coisas que aparecia muito, era de que tinha que ter territórios da cidadania em todos os estados, em todas as regiões, e se não me engano em número mínimo e máximo em cada estado de 2 a 8. Então isso era um critério que também em um momento foi considerado, então eu acho que você vê que Territórios da Cidadania acho que não vai ter nenhum estado com mais de 8, e talvez nenhum Estado com menos de 2 território da cidadania. Então eu acho que essa é uma avaliação interessante pra fazer, que ta nessa linha, então assim esse foi o processo e quando chegou em 2010 na mudança do governo Lula para o governo Dilma houve uma avaliação que era muito complexa. Na implementação do Programa Território da Cidadania o governo tomou uma medida para direcionar um pouco as ações de diminuição da pobreza no programa Brasil sem Miséria, então o foco que tava sendo dado no Programa Território da Cidadania na agenda política e prioridade do governo passou pro plano Brasil sem Miséria, inclusive algumas pessoas que estavam a frente do programa Território e cidadania, inclusive a própria ministra Tereza Campelo, hoje do ministério do desenvolvimento social, ela era da Casa Civil e era um ponto focal responsável pelo programa Território da cidadania no MDS foi responsável pela atuação do Brasil sem Miséria, como algumas outras pessoas também passaram a atuar no Plano Brasil sem miséria e a visão era de que, a minha percepção, aí é uma percepção mais particular, de que o programa ele era muito complexo, essa discussão com a sociedade então era algo que demandava demais, exigia muito e o governo tinha pernas para conseguir fazer isso em todos os Territórios da Cidadania uma quantidade necessária para fazer todas essas articulações e procurou de uma forma técnica tentar resolver o problema da extrema pobreza, diretamente no quesito da renda. Então se utilizou de estrutura montada do Bolsa Família pra dar um aporte pras famílias que estavam no cadastro único, em situação de extrema pobreza com renda per capita abaixo de 70 reais e teve uma ingestão aí de

uma forma mais técnica e direta, o pessoal da política fala mais Know-how de cima pra baixo para resolver o problema. Então de fato teve um impacto positivo, teve um resultado bastante expressivo para a redução de extrema pobreza, e aí volta a crítica que eu acho importante colocar, que o desenvolvimento não é só renda também, então a gente precisa de uma estratégia que as pessoas participem, se envolvam, façam parte, discutam esse processo de aprendizagem de empoderamento da sociedade local, discutir e pensar no seu próprio desenvolvimento, e articular, e integrar políticas públicas, e aos bens de serviço necessários. E aí eu acho que nesse momento político em que a gente tá agora de enfraquecimento das bases sociais demonstram um pouco isso, que apesar dos resultados positivos do Plano Brasil sem Miséria, é a sociedade talvez não se sentiu parte desse processo, as pessoas que foram beneficiadas e conseguiram avançar socialmente, com certeza acreditam muito e percebem na pele o resultado da política, mas a gente pensar em desenvolvimento dessas regiões é muito mais do que isso, então muitas vezes você tem a política pública que o lema do programa Território da Cidadania foca um pouco nisso também, se tem política pública, as prefeituras podem acessar, mas as prefeituras não tem know-how, não conseguem aderir as políticas, não tem capacidade de elaborar projetos.

Valdecir Carvalho: Talvez haja a possibilidade deles se unirem né?

Alan Vieira: É aí é um pouco também isso, então no Colegiado Territorial também existe essa possibilidade de uma prefeitura conversar com outra prefeitura e absorver algumas experiências, uma apoiar a outra em termo de mecanismo de gestão, também uma coisa que está associada aos territórios é a formação de consórcio intermunicipais, aí no caso mais multifinalitários comunitários, não tão serializados a ideia vinculada aos territórios é você ter mais multifinalitário, para poder atuar em várias frentes, então muitos territórios que já conseguiram os consórcios, isso agiliza muito, uma outra questão que o Território da Cidadania traz nessa perspectiva é a previsão das diferenças obrigatórias, isso é muito interessante, então anualmente sai um decreto pelo governo que elenca algumas ações previstas na matriz programa Território da Cidadania, em que os municípios mesmo estando no cálculo lá com a inadimplência eles podem acessar por meio desse decreto, então isso também é uma forma dos municípios mesmo em situação difícil considerando eles serem do programa Território da Cidadania, como prioridade eles acabam acessando algumas ações, então isso é uma forma no caso dos consórcios que ainda não foi viabilizado, mas tem um projeto de lei no senado que também coloca nos casos dos consórcios intermunicipais, de que a inadimplência ela vai ser regida dos consórcios e não dos municípios que fazem parte do consórcio. Então o consórcio ele seria uma entidade jurídica independente com o CNPJ dele,

com o mesmo município fazendo parte daquele consórcio e estando inadimplente, aquele consórcio vai poder fazer ou conveniar com o governo federal, então isso também facilitaria nos municípios que estão com algumas pendências de prestação de contas e tal. Assim foi um pouco nessa vertente, e aí a gente a partir de 2010, naquela história de ter tido um foco um pouco mais no Plano Brasil sem Miséria, agente teve uma interrupção no Ciclo de Gestão do programa Território da Cidadania, então no período de 2011 e 2012 não teve uma crise do programa, não teve uma crise de ações, o programa foi bastante diminuído a gestão dele e ele perdeu prioridade, os colegiados continuaram existindo, mas diminuiu o recurso, então alguns territórios deixaram de ter assessoramento, o apoio daqui da SDT. Então alguns territórios se mobilizaram, outros conseguiram manter a dinâmica de funcionamento mesmo sem o apoio, então deu de uma certa forma uma reduzida no programa, que foi bastante negativo. Assim a gente considera uma perda dessa construção que tava sendo feita, e uma perda também nesse processo de mobilização de fortalecimento que articula um conjunto de atores, eles se envolvem se mobilizaram, passam a fazer parte daquele processo e aí quando reduz assim é complicado, e a mesmo tempo, principalmente a sociedade civil, se não tiver algum aporte de recurso pra viabilizar o deslocamento, alimentação, minimamente as atividades daqueles representantes dos diferentes municípios pra participarem das atividades dos colegiados, eles não conseguem se reunir, não vão tirar dinheiro do bolso pra participar das atividades coletivas, então você não apoiando, muitas vezes acaba inviabilizando a continuidade, fica meio desmotivado a ação do colegiado, diminui o número de reuniões. Então dá uma mobilizada nesse sentido. Assim a gente sofreu um pouco esse processo em 2011 e 2012, e a gente a partir de 2013 retomou, então 2013 teve também uma matriz de ações, já numa nova perspectiva de reduzir o número de ações que tornou a matriz mais enxuta, mesmo reduzindo valores, então você pega 2008, 2009, 2010, o número de ações era de 180 ações e o recurso era bem alto, já em 2013 o número cai para umas 70 ações e o recurso bem menor, mas qual que era idéia, era tentar diminuir esses números de ações pra que o colegiado tivesse mais condições de fazer um acompanhamento e apoiar a implementação e ao mesmo tempo algumas ações, por exemplo como o Bolsa Família, como o PRONATEC e o CREDITO FUNDIÁRIO, então algumas ações que de certa forma já tão disseminada, o acesso é para todas as que tem interesse e direito, que se enquadra nos critérios. Então não teria muito sentido algumas ações mais universais continuarem na matriz, se buscou fazer esse esforço, é também nesse sentido, e aí tivemos a matriz 2013 e 2014, e em 2014 a gente já começou com atuação com alguns núcleos de extensão como NEDTS (hipótese), então fortaleceu isso agora em 2015 os NEDTS, hoje estamos com... acho 189 ou 239 territórios com núcleos de

extensão e desenvolvimento territorial, e aí é bem interessante porque é uma equipe que tem um professor coordenador, tem um assessor territorial de gestão social, assessor territorial de inclusão produtiva. No caso do Território da Cidadania tem assessores de gêneros, pra trabalhar sistemas de gêneros e ações afirmativas pra mulheres no campo e tem um estagiário bolsista, então é uma equipe bem razoável, de umas cinco pessoas e pra nós aqui no MDA temos pouca equipe pra fazer a gestão do programa, e... que apesar de ser coordenado pela Casa Civil é o MDA que faz a gestão e implementação do programa, pra nós essa estratégia de arranjo com os NEDTS, tem sido muito legal, que apesar das dificuldades de se lidar com academia, mas esse tem sido muito legal, porque a gente reduziu muito a burocracia aqui da SDT. Então a gente no caso do contrato com convênios com governos estaduais a gente tinha que elaborar projetos, abrir processos, o recurso ele era repassado em várias parcelas, aí eles mandavam um relatório de prestação de contas, tinha que avaliar, fazer aprovação, imagina isso pra um conjunto enorme de territórios.

Valdecir Carvalho: Então isso agora é feito lá?

Alan Vieira: Aí o que acontece, agora com os NEDTS não tem mais todo esse processo burocrático, o recurso a gente faz a descentralização do recurso pro CNPQ, o CNPQ abre uma chamada pública, as universidades, os professores mandam projetos, os projetos são selecionados, aprovados, aí tem um plano de trabalho que eles têm que seguir, depois prestar conta direto pro CNPQ, mas o recurso já vai direto na conta do professor, então nossa... Diminuiu muito pra nós aqui essa burocracia, tá trazendo mais agilidade, facilidade pra fazer essa movimentação pra conduzir as ações, então isso tem nos ajudado muito, e aí nesse processo a gente também recentemente né, a partir desse ano de 2015 com nova gestão agente tá passando por um processo de reavaliação do Programa Territórios da Cidadania, inclusive por causa disso nós não lançamos a matriz de ações pra esse ano de 2015, a última 2013 e 2014. E aí acho que até pelo processo de interrupção e tal a gente também não deu conta de um consultor que estava responsável pelo portal da cidadania, que acabou saindo, e o portal tá um pouco defasado, a gente precisaria retomar o funcionamento do Portal do Território da Cidadania, hoje ele tá bastante defasado em relação às informações e dados. Então não é uma fonte boa hoje pra se conseguir informação, até alguns relatórios que você conseguia gerar lá dentro, hoje talvez você não consiga, então também tem essa limitação, então tá no processo agora de avaliação de retomada, a ideia é pensar aí o conjunto de territórios, fazer uma avaliação se é possível alterar o decreto mesmo, ou se não alterar o decreto, quais mudanças poderão ser feitas sem mexer no decreto, sem alterar o conjunto de territórios.

Valdecir Carvalho: Vai recurso financeiro para isso, por que assim a imagem do pesquisador, da gente era de que, por exemplo, a partir de 2013 não há uma dedicação para o programa, por que, por exemplo, os dados que estão disponíveis no site são de 2013, agora você me falando dessa avaliação eu fico pensando, essa avaliação ela pode acarretar com o que, com o fim do programa?

Alan Vieira: Não, a ideia é a gente estabelecer um desenho, uma estratégia que faça o programa funcionar melhor, essa é a ideia.

Valdecir Carvalho: Uhn entendi.

Alan Vieira: A partir desse histórico do programa desses 6, 7 anos do Território da Cidadania, fazer uma avaliação e tentar entender os gargalos do programa e tentar ver como atuar pra que o programa tenha mais efetividade. É uma das questões que estão sendo colocadas e que ainda vai precisar, nada é oficial, vai precisar de discussão, de aprovação, mas uma das questões que a gente tem colocado como importante, por exemplo, é a possibilidade da matriz ser plurianual, a matriz do Programa Território da Cidadania, colar a matriz do programa ao PPA, então, por exemplo, tem uma matriz do programa por território de 2016 a 2019, com o período de arranjo e tal. Porque precisaria uma visão mais de médio prazo e também agente conseguiria trabalhar muito mais nas ações de implementação do programa do que ficar todo ano nessa correria com os ministérios pra montar matriz, consolidar a matriz, fazer jornais territoriais, ir pros territórios apresentar a matriz, fazer monitoramento das execuções das ações previstas e ficar só fazendo isso, então não consegue ir pro território com a equipe que a gente tem pra fazer o apoio efetivo, implementação, apoiar a gestão, dar o suporte aos colegiados, pra que eles consigam mesmo a implementação das políticas. Então a idéia, por exemplo, é a gente tentar pelo menos o esforço da construção da matriz, mas esforço na implementação. Acho que isso é uma visão que a gente vem tendo aqui, e aí uma série de outras questões também, de tentar, por exemplo, ter um conjunto prioritário de ministérios com ações prioritárias, tem uma matriz ampla pra todos e tal, mas ali tem um conjunto mais específico de ações, onde tem uma forma decisiva foi pra 2, 3, 4 ministérios. Então a gente tem um conjunto de discussão ai acontecendo, então basicamente eu acho o panorama é isso, não sei se ficou alguma coisa de fora, deve ter deixado muita coisa de fora, mas aí acho que poderia passar na outra gravação.

Alan Vieira: ...Um projeto de extensão hoje do CNPQ.

Valdecir Carvalho: Oque é o programa de apoio as atividades das mulheres?

Alan Vieira: Não, que é esse do NEDTS.

Valdecir Carvalho: Ahn o projeto do NEDTS.

Alan Vieira: Então esse em termos de valores é o maior projeto com mais número de bolsas e tudo isso, porque cada núcleo desse, acho que é uma bolsa do CNPQ pro professor coordenador do núcleo é que se prevê pra todas as assessorias de gestão social e inclusão produtiva pra de gênero e pra estagiário com uma bolsa menor, então para cada núcleo são cinco bolsas. E pegar isso num conjunto de 200 territórios, é uma quantidade até boa, então hoje é o maior projeto de extensão, assim é muito legal, e tá sendo um desafio também, porque é muitos professores de universidades, tem um foco de pesquisa, então apoiar uma instância de participação, mediar ou apoiar uma instância de participação na perspectiva do desenvolvimento, discutir com a sociedade, com apresentações da agricultura familiar, com poder público articular esses atores, mobilizar esses atores pra se reunirem, a universidade participar desse processo, ir pro chão e conhecer essas comunidades, conhecer a realidade do território em que muitas vezes ela está inserida, então até tem sido um desafio, e tem muitos professores que estão fazendo trabalhos incríveis

Valdecir Carvalho: É uma temática que pra mestrado, pra doutorado, é uma temática do momento, por exemplo, recente SINGA em Goiânia.

Alan Vieira: Inclusive o Manuel Calassa, ele é coordenado também do NEDTS, ele tem participado com a gente desse processo, então esse ano de 2015, por exemplo, nós tivemos dois encontros agora recentemente em Salvador da Coordenação Nacional dos NEDTS, então todos os professores e coordenadores tiveram participando com a gente, tem tido um esforço nesse ano de 2015, dá um suporte, dá um apoio técnico de estimular e orientar a atuação dos NEDTS, em agosto e setembro nós fomos pra todas as regiões fazer a capacitação das assessorias do NEDTS, então teve um processo intenso da SDT também para qualificar as atuações dos NEDTS e apoiá-los nesse trabalho, que eles estão desenvolvendo, então a gente formatou uma série de instrumentos de relatórios trimestrais para assessorias, apresentação do IBGE, que é um sistema de gestão estratégia aqui do SDT, que as assessorias, principalmente de gestão social ela tem o papel de atualizar os dados do IBGE, então as reuniões dos colegiados, as atividades, as atas, composição do colegiado, as entidades, tudo tá inserido no IBGE pra gente ter, o que a gente nunca teve, que é a organização de dados dos colegiados territoriais, então isso também tem sido um avanço grande assim, e a gente tá conseguindo andar bem com isso, os NEDTS tem trazido um suporte bem legal nesse sentido.

Valdecir Carvalho: No caso, por exemplo, da avaliação da SDT, a avaliação da SDT quanto à eficácia ou a eficiência do programa em si, essa avaliação ela leva em consideração, por exemplo, o que a população pensa do programa, a população que é atingida pelo programa

por exemplo, ela é consultada na avaliação, ela é feita de que forma, como é que acontece essa avaliação?

Alan Vieira: Então quando o programa foi criado, foi estabelecido ali o grupo interministerial pra fazer parte do programa pelo vínculo que aí esses ministérios têm na gestão de ações voltados ao movimento do Território Rural, então esses conjuntos de ministérios e órgãos, e às vezes a gente até pede pra por um pouco isso, são acionados pra identificar ações e territorializar suas ações. Esse processo aí era uma das centralidades do programa Território da Cidadania, fazer com que os órgãos do governo federal territorializa-se suas ações, usar a referências do território pra suas ações que geral são municípios e que já estão, já tão ali estabelecido. O programa não entra com aporte de recursos para essas ações, o aporte do recurso é aqui do Ministério do Desenvolvimento Agrário com apoio e assessoramento dos colegiados, mas o Programa Territórios da Cidadania ele não envolve recurso, envolve articulações pra priorizações dos territórios nas solicitações de recursos já existente em diferentes órgãos. Então é uma opção não criar recursos, o valor que aparece lá na matriz lá são de ações de diferentes órgãos, o recurso não é do programa, esses são ações de diferente órgãos que a gente congrega nos territórios, que você consegue consolidar um valor do que vai pra esses territórios, números ações para o governo federal, então tem essa visibilidade de ver os territórios como referências pros órgãos, eles passarem a adotar o Programa Território da Cidadania também como referência para a priorização de política, e esse resultado foi interessante, muitos territórios, muitas ações passaram a adotar esse recorte como referência, inclusive no período de 2011 e 2012 que não teve matriz, muitas ações continuaram tendo os territórios como prioridade, eles adotaram na dinâmica de implementações das suas políticas, o critério territorial do Programa Território da Cidadania. Mesmo com essa parada na não publicação da matriz no período de 2011 e 2012, ações continuaram acontecendo nos Territórios, mas a gente não conseguiu fazer essa sistematização disponibilizar esses territórios, apoiar a implementação, eles têm mais capacidade de ter um controle social tem tudo isso, a tentativa de com que essas ações implementadas por meio do programa Território da Cidadania sortisse as demandas ou as prioridades do programa Território da Cidadania ela vem muito nessa perspectiva dos debates territoriais em cima da matriz, e na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial, a perspectiva, a ideia era de que os planos se subjetivassem a elaboração da matriz por território, não se conseguiu avançar um pouco nisso, mas a perspectiva é essa, de que a gente consiga até nos territórios a definições das ações prioritárias e aí a gente levar essas demandas pros territórios dos diferentes órgãos e ver que medidas podem ser atendidas, isso no período de 2009 e 2010 teve um movimento nesse

sentido de ida e volta de articulação pra tentar aproximar um pouco a oferta das demandas do território. Acho que é o principal desafio que a gente tem, e aí essa ideia da matriz ela vai um pouco nesse sentido da gente conseguir atuar mais na articulação com os territórios e ficar elaborando matriz, tá perdendo muito tempo com a questão de elaboração de matriz, então se você tem uma elaboração por um período mais longo, você consegue ter um pouco mais de parte do tempo pra discutir isso, então tem essa perspectiva, agora a gente vendo esses resultados positivos também, quando se pega os dados dos territórios de evolução de renda, redução de IDH e vários recortes sociais que mostra a evolução, acho que uma das dificuldades que a gente tem aqui é fazer a avaliação de impacto, o quanto de resultados foram influenciados pelo Programa Território da Cidadania, teve influência, agente sabe que teve, que ele atuou um pouco nisso, mas o quanto medir isso a gente ainda não mediu (...) Bom aí assim dados a gente tem todos, os dados dessas matrizes 2009, 2010, 2013, 2014, então se precisar fazer recorte por território ou para o Estado de Mato Grosso, a gente teria só 2014 em função desse ano ter sido atribuído, a gente tem a matriz, mas a gente não fechou a sua execução, quanto aos outros anos a gente tem tudo, tem os valores previstos das metas e a execução, o pago, e só 2014 não foi consolidado sua execução.

Valdecir Carvalho: A questão, por exemplo, a minha questão é principalmente relacionada a mapas, tanto faz o formato que você tiver, no shape?

Alan Vieira: A gente tem o shape dos territórios, inclusive 39, então isso a gente tem, aí agente pode disponibilizar tranquilo pra você, a gente tem alguns mapas também que podem acessar pra cada território a gente tem um caderno territorial, você chegou a acessar isso ou ainda não?

Valdecir Carvalho: Eu acessei, mais ainda assim ficou um tanto ruim, não pra citar, mas pra copiar aquele mapa, porque ele tá em pdf e tal, aquela coisa toda em volta, lógico ele vai ser citado normalmente.

Alan Vieira: Aquela história né, eu não sei se a gente conseguiria produzir um mapa, ou poderia até ver com a equipe se eles têm esse mapa disponível e aí eu ia passar pra você, aquele do portal da Amazônia.

Valdecir Carvalho: E os territórios específicos assim sobre Mato Grosso, também não sei se você tem acesso quanto a funcionalidade dos quatro territórios do Estado de Mato Grosso, pelo que você disse, você chegou conhecer Alta Floresta.

Alan Vieira: Antes de vir aqui pro MDA, então eu conheço um pouco a região ali também e tal, eu não participei de atividade, eu não acompanhei nenhuma ação ali nos territórios, o que eu acho que seria legal pra você solicitar e eu acho que você pode ver também disponibilizado

que a gente tem documentos, desse exemplo do Portal da Amazônia, os relatórios das assessorias, alguns dados, levantamentos sobre o Portal da Amazônia pra disponibilizar pra você e outra coisa conversar com os NEDTS, eles tem informações do que tá acontecendo lá e tal , uma outra coisa conversar com a delegacia do MDA no Mato Grosso, conversar com o delegado, ver se tem alguma pessoa que tem o papel ali de articular os territórios, conversar com a delegacia do MDA do Estado é importante, uma entrevista que vale apena você fazer com o delegado e tentar identificar mais alguns territórios, ele vai ter a visão do estado.

Valdecir Carvalho: É quando você uma visão geral é mais?

Alan Vieira: Uma outra coisa que eu esqueci de comentar, é que o programa Território da Cidadania além desse intragovernamental de integrar diferente órgãos, ele também tem o intra e o inter, que é a articulação federativa, então no programa território da cidadania, diferente do PRONAT, ele prevê a constituição, comitês de articulações estaduais fiscais que aí tinha participação do governo federal dos estados, de algumas prefeituras dos territórios do estado, acho que duas representações de prefeituras, e que a ideia era tentar integrar as ações do governo federal com ações do governo estadual, tendo como perspectiva o território. Isso gerou, hoje a gente chegou a formalizar ações de cooperação e como teve articulações em todos os Estados, hoje acho que são dez que estão vigente, mais ou menos dez que estão vigente, mas outros também como esse ano ficou parado, ainda não tem uma dinâmica de atuação e tal, e aí é legal citar que nesse esforço do programa se eu não me engano foram seis ou sete estado que passaram adotar o recorde territorial como unidade de planejamento do governo estadual. Isso é muito legal, você pegar a Bahia, Ceará, acho que Piauí e alguns estados que passaram a adotar esse recorte que a gente adota aqui no SDT como referência pra planejamento das ações dos Estados, então isso também é um resultado importante pra gente conseguir articular as ações.

Valdecir Carvalho: Embora o Nordeste seja a região que mais tem estado da federação, se você observar o mapa dos territórios da cidadania, se vai perceber que a região nordeste está mais coberta pelo programa, não sei qual que é a visão pra SDT a respeito disso, a respeito dessa maior cobertura?

Alan Vieira: é eu acho que teve muito a ver com as questões dos critérios, então como os critérios eram de 2013 e tal, acabou por priorizar, então muitos Estados estão com 7 ou 8 Territórios da Cidadania, por outro lado também muitos Estados ou o próprio Nordeste, ele tem uma mobilização e organização social um pouco melhor do que a região norte, então já existiam um conjunto de territórios e mobilização social pra formar esses territórios, e ainda

na Amazônia na região Norte ainda lá tem lacunas de algumas áreas , muitos territórios surgindo naquele 74 de 2013, estavam sendo incorporados, então tem um pouco essa questão.

Valdecir Carvalho: de que os critérios atenderam especificamente a necessidade.

Alan Vieira: Eles priorizaram a questão da pobreza, então eles acabaram direcionando pra onde tem concentração de pobreza.

Valdecir Carvalho: No Estado do Pará nosso vizinho, o Pará tá quase todo coberto pelo programa.

Alan Vieira: Exato!

Valdecir Carvalho: Faltam poucas regiões do Pará para serem, aí se pega o Mato Grosso, se pega o norte, noroeste todo coberto, aí o centro vazio da questão do programa são algumas questões que a gente pode ver observando o mapa.

Alan Vieira: Alguma coisa também determinante para a formação dos Territórios Rurais afetarão a criação e incorporação do programa Território da Cidadania, é que um dos critérios aí, é a concentração de público da agricultura familiar da reforma agrária, então isso é um critério importantíssimo pra formação dos Territórios Rurais, e ainda não tem concentração de assentamentos da reforma agrária, provavelmente não se formou.

Valdecir Carvalho: No caso, por exemplo, o centro do Mato Grosso é o marco da soja, é Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sapezal, já para noroeste Sapezal.

Alan Vieira: Então eu acho que é isso, pouca concentração da agricultura familiar.

Valdecir Carvalho: Não agricultura familiar realmente.

Alan Vieira: Então até isso é um critério importante também, o foco do programa é atuar com os públicos do campo, mas a agricultura familiar, reforma agrária, alguns povos tradicionais como indígenas, quilombolas.

Valdecir Carvalho: Ai você pega, por exemplo, na baixada cuiabana mesmo, município de Campo Verde, ela tem assentamentos, deve ter 4, 5 assentamentos a cidade, só que em termos de desenvolvimento da cidade ela é muito bem organizada, ela totalmente asfaltada, enfim o maior IDH do estado, e ela tá inserida no programa, é como se fosse assim um passo fora, é algo que diverge.

Alan Vieira: É isso também, ela é um território dentro também, ela tem uma diversidade muito grande ali, municípios com IDH baixos, municípios com o IDH altos.

Valdecir Carvalho: E outra, é um dos municípios onde o agronegócio é mais forte, junto ali com Sapezal, Campo Verde, Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, são os municípios onde o agronegócio é mais forte, aí você vê esses municípios com exceção de Campo Verde não faz parte do território.

Alan Vieira: Então teria que avaliar, inclusive como foi essa decisão do colegiado, de incorporar esses municípios pode ter tido uma pressão política ali, e aí ele acaba fazendo parte, por que é essa história, quando você tem um programa que é prioritário do governo e ele por medo ele vai direcionar recursos público, todo mundo quer entrar.

Valdecir Carvalho: Então essa divisão regional, ela é da região de Primavera do Leste, é o único município de Primavera do Leste, o espaço rural da região de Primavera do Leste, que faz parte do Território da Cidadania, é um caso bem a parte, por conta dela ter um outro município que tem excelentes dados, relacionados principalmente econômicos, em relação por exemplo a IDH, fala da concentração do agronegócios em Colíder, que tem excelentes dados, assim como Alta Floresta é uma cidade bem estruturada tal, e tá no território, e você vê, por exemplo, em Itaúba, falo da realidade do meu estado.

Alan Vieira: Uhn...

Valdecir Carvalho: Itaúba, que foi uma das cidades que mais perdeu habitantes, as pessoas mudaram de lá de Itaúba, a minha visão é uma cidade que necessitaria de estar no território, estar inserida no portal da Amazônia, enfim, por que tem dados, tem aquela condição de que perdeu habitantes e não está inserida. Então você vê essa realidade destonante por exemplo de municípios que teoricamente pela condição que se encontra hoje, ela deveriam estar, municípios que teoricamente na condição que se encontra hoje não deveriam estar.

Alan Vieira: Mais é isso, também assim é difícil, por que a conformação e a composição do território é muito decidida localmente, então a gente não decide muito isso, então os municípios que vão fazer parte daquele território ali, é ali a sociedade local, é o poder público, a sociedade civil que fez a proposta e submeteu e fez a justificativa e tal, ali dentro vão ter municípios mais precários, outros melhores, mas a ideia de que tenham características próximas, parecidas e tal, muitas vezes se tem um município que precisa mais que o outro, mas ele está desloca de algum território, meio isolado. Ele não tá numa dinâmica ali, até de acesso de fluxo de comunicação ele não tá naquele território, tem uma questão mesmo de identidade, de proximidade, de relações, de trocas, de integrações mesmo, de existir ali algum tipo de articulação ou de possibilidade de se emergir. Então acho que tem um pouco desse aspecto também, mas com certeza a gente coloca muito isso também, até esses critérios por exemplo de você ter em todos os estados o Território da Cidadania, você deixa de considerar alguns territórios mais precários pra garantir que por exemplo que no sudeste você tenha dois territórios, em Santa Catarina né, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Paraná, então também tem essa questão. No Rio de Janeiro, muitas vezes esses territórios nesses estados não estão em condição de desenvolvimento tão ruins quanto alguns da região norte e nordeste, mas a

partir desses critérios de distribuição, de ter Territórios da Cidadania no Brasil inteiro, também acabou-se por ter um processo que nem sempre os que mais precisam serão incorporados ao programa, isso no processo de criação daquele momento e tal que envolve uma questão política. Os estados brigam, é a arena política, lógico a gente tem que ter uma perspectiva de desigualdade social e regional, mas também tem uma pressão política, por exemplo se pega São Paulo, tem o Vale do Ribeira extremamente pobre, tem uma pobreza muito grande lá.

Valdecir Carvalho: A parte mais pobre de São Paula é o Vale do Ribeira.

Alan Vieira: Então assim, é um território importante também, então é difícil mesmo, mas é essa discussão que tá posta aí, de como atualizar, inclusive agora como atualizar com novos 74 territórios que não foi rodada a análise. Consideramos 74 por que eles entraram em 2013, então existe uma defasagem realmente aí, até nesses seis anos sei lá que mudou em termos de desenvolvimento nesses territórios, avançaram mais, os outros menos, e até eu tenho uma visão de que o Programa Território da Cidadania, tinha que ser igual o PPA do controle do desmatamento, você tem os municípios prioritários, que anualmente ou a cada dois anos você roda a análise lá do desmatamento, da concentração de desmatamento, alguns municípios saem e outros entram, eu acho que o programa tinha que ter essa dinâmica, a medida que os territórios vão se desenvolvendo e tal, então a ideia do programa é que o município ou que o território saia do programa. Então se a gente prioriza o resultado disso, deixa de ser um território prioritário a partir do momento que ele conseguiu desenvolver mais, comparativamente em relação aos outros, aí você passa para um território que precisa mais.

Valdecir Carvalho: Tá, mais se houvesse essa dinâmica, então Colíder por ter já uma condição, Alta floresta por ser um centro de porte na Região.

Alan Vieira: É possível que o portal da Amazônia hoje não entrasse no rol de cidades.

Valdecir Carvalho: Não, esses municípios não entrariam no portal da Amazônia, porque municípios que realmente necessitam desse upgrade nas questões do desenvolvimento territorial, realmente os demais precisam.

Alan Vieira: Então, mas essa que é a questão também, alguns municípios dentro do mesmo território precisam e outros não, mas o recorte é o território não é município, então o IDH que a gente utiliza aqui é territorial o bombeira o IDH do território, entendeu?

Valdecir Carvalho: Entendi, é de certa forma já distribui.

Alan Vieira: Ai tá vinculado com a população.

Valdecir Carvalho: Uma outra coisa assim, a gente volta um pouco, o entendimento de território, eu enquanto alguém formado em geografia e administração, mas o que a geografia

pensa de território, aí já é uma crítica do geógrafo, o que a geografia pensa do território, e o que o MDA especificamente, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e o MDA. Penso o território totalmente diferente, e você disse lá na tua fala, como é que vocês imaginam o território, e aí entra de certa forma entra um conflito, entre o que a geografia pensa de território e o que os órgãos públicos pensam de território. Por outro lado também quando você vai analisar políticas públicas, você vai estudar políticas públicas, o pessoal que estuda política, ela entende que a abordagem territorial é um dos fatores mais preponderante que você estudar a política pública através da abordagem territorial. Então a abordagem territorial é importante para estudar política pública, mas a abordagem territorial dos órgão e do governo, acho que não só do MDA, acho que o INCRA tem essa abordagem territorial é diferente do que diz a geografia, que é alguma coisa que tá sendo cobrada para criticar isso, pra demonstrar isso, enfim.

Alan Viera: Então é difícil assim, eu não tenho muito conhecimento assim pra tá fazendo essa análise do conceito da geografia.

Valdecir Carvalho: Os próprios documentos do MDA, dos documentos disponíveis eles vão ir contra isso que eu estou dizendo, é uma análise.

Alan Vieira: Mas assim o foco aqui é pouco essa história de ter território como unidade de planejamento de implementação de política pública, é isso, voltada para implementação de política pública e que serve uma série de especificidades de características e tal, na verdade é uma adaptação do conceito de territórios, das discussões aí que a geografia faz, é um fato sobre isso, mas é um pouco isso de estabelecer algum arranjo, algum desenho, que não fosse tão amplo quanto o estado. Dentro do estado tem uma série de especificidades, então você não consegue organizar a implementação de políticas públicas sem o estado de referência e considerando que o município é um espaço muito restrito, são 5570 municípios pra você articular ações, então os territórios seriam um meio termo, entre o recorte estadual e o recorte municipal mais adequada as especificidades. Precisa adequar as políticas públicas daquelas especificidades e integrar ações ali num conjunto de municípios, com as mesmas características, com as mesmas demandas, prioridades parecidas, tem tudo isso né.

Valdecir Carvalho: Em relação, por exemplo, a outro fator de políticas públicas.

Valdecir Carvalho: Em relação a sobreposição de políticas públicas, no estudo de políticas públicas é quando você tem um território, e aí você vai colocando várias políticas públicas em cima do território, de certa forma, isso no estudo de políticas públicas, pode de certa forma uma política pública anular a outra. Não sei se você poderia falar sobre isso, enfim, ou se não

há essa também, talvez uma ação não anule outra, uma ação não vá atrapalhar o Minha Casa Minha Vida, provavelmente não vai atrapalhar Minha Casa Minha Vida Rural.

Alan Vieira: É... não provavelmente assim, o que existe que a gente percebe, quando a gente não tem uma perspectiva de implementação de política pública integrada territorial, acontece isso, tem divergências, contradições, problemas de implementação de políticas públicas. Então por exemplo, o MDA trabalha com o fortalecimento da agricultura familiar, então faz assistência técnica, promove aí a oferta de crédito, fazendo a reposição de alimentos, alimentação escolar, seguro agrícola, uma série de ações voltadas pro desenvolvimento da agricultura familiar, pra manter o povo no campo, pra garantir associação rural, que a gente tenha um rural com gente, pra ter produção, uma produção mais sustentável, para ter um rural mais diverso, com mais gente. Por exemplo você pega o processo de fechamento de escola do campo que tem acontecido nos últimos anos, você vê que isso é fruto muitas vezes duma visão do prefeito, de governo estadual, que fique menos custosos para transportar alunos para outra cidade e tal, do que manter uma escola em funcionamento. Então quando você faz isso ,você tá de certa forma fechando escolas, você tá direcionando aqueles jovens, aquelas pessoas pra ir pra cidade, e ao mesmo tempo está fazendo uma série de ações para segurar o homem no campo, então por isso que o território em essa perspectiva de integração, então essas contradições essas sobreposições elas ficam mais evidentes quando as pessoas vão lá no território e discutem. Quando os órgãos aqui pensam do território de forma conjunto e a gente vê as diferentes políticas no mesmo território, e como elas são implementadas, então essa política territorial vai um pouco nessa perspectiva de pensar o desenvolvimento de uma forma mais integrada, de integrar ações, fazer a saúde conversar com a educação, a educação conversar com a assistente social, por que isso ajuda muito. Então você pega por exemplo o Bolsa Família, tem a condicionalidade da educação e saúde, já é um processo um pouco Intersetorial, então se fortalecer esses processos de integração é fundamental né, ao mesmo tempo, por exemplo, técnico de assistência técnica da EMATER, ele vai pro campo, lá ele vai atender uma família pra apoiar ali com tecnologia, com assessoramento técnico pra produção e tal, mas ele identificar lá que tem pessoas idosas que não tem previdência, ele identifica, ele pode identificar lá problemas de saúde dessas famílias, ele pode uma série de questão com encaminhamento, com articulação desse agente de assistência técnica, com as outras áreas da saúde com educação, então essa integração ela vai um pouco nesse sentido também, de fazer análises, conversar, evitar sobreposição, dar mais assistência e efetividade para implementação de política pública, e integrar esses atores, que é essa nossa visão de que a intersectorialidade a integração de política ela acontece lá no território, a gente pensar fazer

integração no nível federal é muito impossível , mas assim que é lá na ponta que a gente vê os gargalos essa sobreposição, essas contradições, muitas vezes a gente acaba tendo os mesmos esforços para determinada atividade.

Valdecir Carvalho: Então para encerrar, um panorama pra os próximos anos, da política pública e do Programa Territórios da Cidadania, e do Programa Territórios Rurais, o que a SDT pensa enquanto a eficiência a funcionalidade do programa, ai se faz esse panorama, e a gente encerra.

Alan Viera: Eu acho que assim é uma questão um pouco política, então o ideal também seria em algum momento conseguir colocar algumas questões pro secretário Humberto que é autoridade maior aqui da Secretaria e que tem uma visão política um pouco mais consistente sobre a temática, e participou de todo esse processo , então ele participou da construção do PRONAT, participou da construção do Programa Território da Cidadania, então é uma pessoa que tem uma visão importante. Mesmo se você não conseguir essa entrevista com ele , talvez presencial, talvez encaminhar uma entrevista a distância seja importante pra ele trazer alguns elementos pra você. Uma coisa que eu acho assim em evidência é a importância da política territorial, onde todos os movimentos sociais de representação da Agricultura Familiar do campo, defendem a política territorial, tem a visão de que a política territorial é um caminho importante pro desenvolvimento, pode ser um caminho pra acesso as políticas públicas, pra pensar o desenvolvimento dos territórios, pra garantir a participação dos diferentes segmentos e conjuntos existentes naquele território, ter representatividade, articular sociedade civil com o poder público. Então os movimentos sociais defendem muito a política territorial, então eu acho que isso é um aspecto que nos dá segurança que estamos indo no caminho certo, mesmo com altos e baixos né, com dificuldades em alguns momentos e tal, acho que é esse o caminho, ele tá correto, a gente só precisa mesmo ter uma visão de sociedade maior de governo, que esse é um caminho que pode dar certo e que deve dar certo, então a gente tem isso, e tem uma outra questão que também é interessante, é que você nunca teve nenhum dos 239 territórios, nenhum município que quis deixar de ser território, que mandou uma carta pra gente aqui, falando olha a gente não quer mais, vamos desistir dessa história, por que eles vêm a possibilidade ali de discutir, de acessar mais políticas integradas, de discutir Território, ter uma visão mais ampla do próprio município, então isso é desafiador mesmo pra aqueles atores. Os integrantes tem uma visão mais coletiva de um conjunto de municípios ali, que formam um território, então a gente sempre recebe demandas formação de novos territórios, algumas alterações, a gente nunca recebeu também demanda de extinção de territórios Isso também nos dá um pouco de segurança de que o pessoal mesmo na dificuldade, uma outra

coisa que mesmo sem o apoio do governo, muitos colegiados territoriais conseguem manter uma dinâmica própria de funcionamento, inclusive a gente coloca aqui que a ideia é que no futuro a SDT deixe de existir, na medida que a gente consiga dar essa dinâmica, os colegiados comecem a funcionar e conseguir caminhar e pensar o desenvolvimento e tal pelas próprias pernas, a SDT não precisa existir mais, então tem um pouco essa perspectiva, de que é fortalecer, estimular a política e tal. A hora que ela for incorporada efetivamente pela sociedade a gente precisaria atuar menos, teria menos esse papel, uma questão que fica também é essa dinâmica PRONAT, Território da Cidadania, são dois programas diferentes, é o Território da Cidadania com o foco mais direcionado, decidindo por piores condições, mas a gente considera que todos os territórios rurais, são territórios de cidadania, são territórios em que a cidadania deve ser desenvolvida e fortalecida né, atuação dos atores, empoderamento, a autonomia né, então existe até discussões nesse sentido de que, o Programa Território da Cidadania poderia incorporar todo o PRONAT, então todos os 239 território virariam do Programa Território da Cidadania, e de repente você vai ter uma dinâmica ali de priorização de alguns desses de 239, com ações mais efetivas e tal, então isso também é uma discussão que surge, que pode vir aí mais pra frente, aí como eu falei nesse ano de 2015 tá uma discussão de retomada e adequação do programa Território da Cidadania, de repensar, então inclusive já foi apresentado alguma dessas ideias no encontro lá de Salvador. É provável que algumas pessoas que participaram desse encontro tenham mais informações ou tenham a própria apresentação utilizada aqui pela SDT, então isso talvez seja legal pra ter um pouco dessa visão do que tá se pensando pela frente, pro programa Território da Cidadania. A gente tem a figura dos NEDETS, que é um novo ator aí também na política territorial e que a gente tem apostado muito com a participação e envolvimento das universidades, institutos federais, com a expansão da rede pública nos institutos federais, interiorização dessas instituições, a gente vê ela também como um espaço importante pra gente trabalhar política territorial e pra eles ajudarem nesse processo de desenvolvimento, então universidade, instituto federais passam a ser parceiros e a gente tem se esforçado né, e tido resultados mesmo que iniciais bastante positivo em relação aos núcleos, então com os NEDETS, com a readequação do programa, com esse momento político que a gente tem hoje que é de fragilização de nossas bases sociais de ver a importância de fortalecer as bases, fortalecer a sociedade local, o empoderamento dessa sociedade, com uma visão mais crítica, por uma visão um pouco mais progressista de pensar o desenvolvimento, de sair do individualismo, de pensar no coletivo, de cooperação, de formar o capital social do território, de formar lideranças, então a gente também vê o movimento um pouco mais forte depois desse movimento do Plano Brasil sem

Miséria, meio como movimento de retomada, inclusive nós temos o ministro Patrus ele tem sempre destacado a política territorial como uma referência, ele já incumbiu o INCRA de adotar abordagem territorial também, do INCRA pensar os assentamentos também, pra fora dos assentamentos, não só pra dentro dos assentamento, então pensar o desenvolvimento do assentamento dentro do contexto de territórios, eu acho que isso também é um fator importante, a gente teve por exemplo agora nesse evento em Salvador uma atividade prática de campo no Território do CIZAL, em que teve participação inclusive do ex-presidente Lula, então já nos dá também uma visão de fortalecimento político também, da abordagem territorial, da política territorial, o ministro Patrus estabeleceu o programa uma iniciativa que chama Territórios em foco, então a ideia é ele ir a cada mês se eu não me engano pra um território rural, então ele já foi pra três, quatro territórios rurais, de ir lá no território, participar junto com os colegiados, conhecer, então ele tem ido lá pro chão, pisar no território e conversar com o colegiado, também nessa perspectiva de fortalecer, então a gente tá com a expectativa positiva e agente tem essa visão que eu já comentei, a gente tá no caminho certo, que essa é um a alternativa certa pra promover o desenvolvimento e implementação de política pública, e estamos ai avançando a passos não tão largos, a passos curtos ainda e a situação econômica e política tem limitado um pouco a gente avançar mais, mas a gente tem a expectativa ai, que a gente consiga avançar e ai eu acho que em março, abril, fevereiro, no começo de 2016, provavelmente o governo já vai ter uma proposta ai mais oficial, consolidada de alteração de mudança no programa Território da Cidadania, e que deve dar um novo gás também para os próximo anos, nesse período principalmente de 2016 e 2019.

Entrevistado Prefeito Milton Toniazio da cidade de Terra Nova do Norte

Valdecir Carvalho: Em relação a participação de Terra Nova do Norte na Política dos Territórios da Cidadania

Prefeito Milton Toniazio: Foi pela soja ser considerado esse portal mesmo, e logo que eu entrei, para você ter uma ideia, não é que eu me desiludi, eu vi que a soja na verdade não estava rendendo para nada, então talvez muita coisa eu não saiba te responder.

Valdecir Carvalho: Tá prefeito, a pergunta que é inicial, é vantajoso para Terra Nova estar inserida no portal ou no território, é vantajoso, por exemplo, se Terra Nova faz um projeto e manda pro MDA, para os ministérios, tem relevância o município estar inseridos no Portal da Amazônia?

Prefeito Milton Toniazio: Eu sou a favor sim, e acho que muita coisa se conseguiria através do consórcio, agora eu não sei se é a situação que vive o país, porque na prática, na teoria é muito bonito, mas, na prática, pelo menos até agora, pode ser que venha acontecer, na prática Terra Nova Norte e tenho certeza que os demais municípios consorciados receberam até hoje praticamente nada em função desse consórcio.

Valdecir Carvalho: Prefeito, então a gestão do território fica aonde, a gestão, por exemplo, do Portal da Amazônia, os prefeitos se reúnem?

Prefeito Milton Toniazio: Inclusive hoje à tarde tem a eleição da diretoria a sede do consórcio é em Itaúba e hoje à tarde se eu não estou enganado a eleição pra próxima gestão vai ser em Itaúba. Eu devo participar dessa reunião, mas eu te falo, eu não sei se é por falta de boa vontade de existir por parte do atual presidente, sei das lutas, dos interesses, mas se falta novo, até agora nada aconteceu.

Valdecir Carvalho: Prefeito então por conta desses consórcios, a saúde, os serviços básicos, eles são concentrados em uma cidade, eles estão concentrados em qual cidade, porque o consórcio tem uma sede?

Prefeito Milton Toniazio: Você fala do Portal da Amazônia ou do consórcio nosso da saúde?

Valdecir Carvalho: Por que assim, porque tudo faz parte de uma mesma política pública de municípios se unirem.

Prefeito Milton: Correto.

Valdecir Carvalho: E aonde que fica a sede, tanto do portal quanto dos atendimentos relacionado ao consórcio de saúde por exemplo.

Prefeito Milton Toniazio: O Portal da Amazônia a sede é em Itaúba, só que dentro do portal da Amazônia tem os consórcios municipais de saúde, por exemplo, Terra Nova do Norte,

Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã e Novo Mundo é o consórcio de saúde Vale do Peixoto, eu até fui presidente por dois anos, saí o ano passado, a sede do consórcio é em Matupá, hoje nós estamos gerindo inclusive o hospital regional de Peixoto, mas dentro do portal da Amazônia que abrange mais de 16 municípios, se eu não estou enganado, é que aí atenderia acho que em Marcelândia, Itaúba, Santa Helena, Canaã, município de Guarita, esse já é um consórcio municipal da saúde de Colíder. Então dentro do portal tem dois consórcios.

Valdecir Carvalho: Entendi perfeito. Prefeito, então no Estado de Mato Grosso estamos vivendo um processo de expansão da produção de soja, nesse sentido a soja já chegou em Terra Nova, o senhor tem ideia da quantidade?

Prefeito Milton Toniazio: Inclusive eu, em função agora da duplicação da BR 163 e da possível da criação da rodovia, se mostra até estar Itaituba, eu participei das duas audiências, uma em Brasília semana passada, e uma em Sinop antes de ontem, que foi a última, e eu tive que coletar esses dados, Terra Nova do Norte hoje, o município, eu não estou falando da divisa aqui de Nova Guarita que fica a dois quilômetros, que a soja também chegou essa região norte aqui de Colíder, também que é a fazenda ranchão que como tudo hoje acaba canalizando essa produção aqui pra sede do nosso município, mas Terra Nova hoje tem em torno de vinte oito mil de quitares de soja, a tendência é de aumentar, tem dois fatores, um que terra Nova começou com propriedade pequena, lote pequeno, que era assentamento, e ainda predomina aqui a Agricultura Familiar, mas o que está acontecendo vai haver uma transformação a curto e médio prazo, muitos vão comprarão um do outro, a propriedade ao lado ou arrendando, então a tendência de soja aqui, que nós temos sessenta e cinco por cento aqui no município que tem área plantada, então a tendência médio prazo é de que o plantio da soja e do milho duplique, a tendência é cada ano aumentar.

Valdecir Carvalho: E você enxerga isso como uma vantagem para o município, tem uma produção?

Prefeito Milton Toniazio: Até certo ponto sim, porque é um ciclo muito rápido de retorno financeiro, por exemplo, você no período chuvoso faz uma safra, você tira soja e coloca o milho, e o milho entendeu, eu ainda sou daquela opinião, mas até então não deu pra fazer, por que nós não tínhamos estradas, a logística nossa era muito ruim, mas o milho hoje, eu vejo ele se transformar em carne, tanto hoje você pode criar o mesmo boi no coxo, mas tem que ter alimento, então quer dizer você pode ter uma economia diversificada, você pode produzir o grão que é alimento, e carne você vai aproveitar, assim a terra plantando soja, plantando milho, produzindo carne, e outra coisa melhorando a genética da vaca leiteira, que hoje uma

das maiores bacias leiteiras do Estado, cada vez mais aumentando a quantidade do leite produzido aqui, então eu acho que é da terra que sai a riqueza, então eu vejo, é muito bonito pro familiar, mas também se ficar que nem vinha acontecendo e ainda acontece ficar na monocultura só do leite, a renda do cidadão não sobrevive, então se nós diversificamos a nossa produção, Terra Nova sai ganhando, por que nós temos a moderna BR 163 que corta o município, nós temos a MT 208 que cai aqui dentro, que ela atente Guarita, Carlinda, Alta Floresta, Parnaíba, Piaca, cai tudo aqui em Terra Nova, então pela logística que nós temos, e o que se deseja no futuro é a ferrovia, e a duplicação da 163, vai ser criado uns bolsões ao longo dessa estrada que aonde vai ser desembarcada essa produção de Terra Nova, também é prevista de ter um porto seco, então é coisa que vai acontecer, agente chegou aqui trinta anos no meio do sertão, hoje nós temos estradas, comunicação, energia, eu acredito que tudo isso venha acontecer.

Valdecir Carvalho: Prefeito, em relação, por exemplo, ao projeto pro futuro pra cidade, e você precisa falar também da importância do cooperativismo pra a cidade, por que ela se destaca entre as demais, é ela que se destaca, então a visão pro futuro, no que o senhor espera para o futuro em relação ao portal, em relação aos consórcios, e parte falando da cooperativa pra gente encerrar.

Prefeito Milton Toniazio: A própria cooperativa teve um papel primordial para o município, isso aqui foi fundada em 1978 com a vocação agrícola, uma época em que se produzia e não tinha como tirar, foi se desestimulando, (...), deu aquela crise no governo Collor, o povo teve que voltar pra cidade para fazer alguma coisa, foi aí que entrou a cooperativa, na pior crise que viveu o município ela deu o remédio que não curou talvez a economia, mas também não deixou ninguém morrer, então nós sobrevivemos, começou na época em dezembro eu era prefeito naquele tempo, cem vacas leiteiras que foi doada pelo governador Bezerra na época, e a prova que deu certo é que passou vinte e poucos, e Terra Nova têm segunda maior bacia leiteira do Estado de Mato Grosso, é referência, então a cooperativa desempenhou e ainda desempenha um papel muito interessante aqui no município, agora em nível de futuro, eu vejo e eles também, que já tem grupos também de fora querendo vir pra cá e pra região, então eu acho que ela cuida bem dessa área da bacia leiteira, vai sair até o leite em pó daqui pronto. E que venha outros grupos para industrializar, e é um sonho que eu tenho também, que é a agricultura pra vir pra cá, por que antes não vinha, por que não tinha estrada, não tinha alimento, então hoje tem alimento, então hoje eu vejo se não fosse a crise, mas uma vez eu falo que o país tá passando, hoje o investidor estrangeiro está investindo no Paraguai, comprando indústria no Paraguai, agora se mudar essa política econômica do governo eu

tenho certeza que o povo vai voltar a investir aqui dentro, eu tenho andando, tenho procurando, tem empresa interessada, mas nesse momento ninguém, mas passando essa confusão do jogo de aprovar, lava-jato, essas coisas e que o país volte a ter credibilidade, eu tenho certeza que isso aqui também vai sobreviver a indústria, no agronegócio.

Valdecir Carvalho: Em relação agora do futuro do portal da Amazônia, como é que o senhor vê. O senhor disse no início da fala de que na prática tem pouco, tem pouca coisa.

Prefeito Milton Toniazó: É Verdade, o que eu vejo, eu participei também, talvez eu seja culpado, eu participei muito pouco das reuniões do portal e ainda tive mais os problemas de Terra Nova e algumas questões regionais também eu tenho brigado junto, com referência ao portal da Amazônia eu acho que é um consórcio que tem que continuar, não sei presidido por quem, entendeu, mas não vejo se é uma força a mais pra gente pedir em grupo as coisas que a região precisa, agora o que eu posso garantir, o retorno pode ser que aconteça melhor, mas eu, pelo menos, até hoje, eu sou bem sincero, eu vi pouco resultado.

Entrevistado Professor Domingos Jari Vargas

Valdecir Carvalho: Prof. Domingos aqui do município de Terra Nova, ele tem experiência na questão do desenvolvimento territorial do Estado, ele vai contar um pouco de como é que surgiu, de como é que ele veio para Terra Nova e viu o processo de desenvolvimento territorial de Terra Nova.

Profº Domingos: Eu participei dos primeiros passos do território do Portal da Amazônia, desde o surgimento, inclusive do nome, que foi a partir da criação da Cooperagrega, Cooperativa de Produção Agrícola Orgânica, Coperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia. Não tinha ainda o nome, esse nome teve origem em uma grande assembleia que foi feita aqui em Terra Nova, mais de duas mil pessoas, envolvendo governo estadual, municipal, federal e agricultores, sobretudo, a partir dessa década, década de 2000, a partir de 2004, 2002 começou, 2003, 2004 eu acredito que foi a criação do Território Portal da Amazônia, nós participamos desse processo também, como implantação de política pública no governo federal articulado com o Estado e com o município e com as entidades sociais, entidades organizadas, no caso eu representava o segmento de cooperativa, juntamente com os representantes da COPERNOVA. A partir da criação do território nós tivemos um trabalho bem intenso com discussões de planejamento de política pública, e aí nós nos deparamos inicialmente com alguns desafios, que é o desafio da adversidade, primeiro que fizemos um grande diagnóstico pra vermos, na verdade como é que nós estávamos como público, foco do território, porque primeiro quando nós criamos, não tinha política territorial, como território que abrangesse todas as políticas de saúde, o dezenove ministério na época. Eram territórios da agricultura familiar no começo do MDA, depois teve essa abrangência, enquanto território da Agricultura Familiar, nós podemos discutir, planejar e tal, quando chegamos Território da Cidadania na visão da política pública, começou a não ter esse conceito, há um desligamento que era natural. Por exemplo que saúde não acostuma a participar, a própria educação que a demanda vinha direta do município que iam buscar, então essa discussão ela não foi do ponto de vista, digamos inclusive, inicialmente no território da cidadania, continua com essa visão mais antiga não território, nessa visão de que as coisas tinham que ser diretamente de um poder, de um poder para o outro sem a participação da sociedade civil, uma outra coisa que teve um exagero, é de participação e de domínio, de certa forma dos movimentos sociais que por uma questão de não ter uma política pública se agarraram a isso como uma única alternativa, e aí a ideia de que só as demandas deles fossem cumpridas. Isso afastou um pouco também das políticas públicas dos municípios, que é caso dos municípios, então quer dizer

ter uma visão conservadora dos municípios até do estado, e as necessidades de políticas públicas muitas vezes com movimentos sociais que tinham mas politicamente focado no interesse dessa clientela. Como não existe uma política pública dos municípios que tem uma visão tradicional, que tinha uma visão de planejamento tradicional, isso gerou um conflito muito grande, houve um rompimento e separação, e foi pra mim assim o primeiro passo da não existência na prática, da visão da política pública pro território da cidadania. Você vai ver municípios cheios de demandas, nós fizemos planejamento, conseguimos por exemplo, motos, quites, quando caia na política pública dos municípios isso era distribuído e não havia uma visão planejada disso. Então quer dizer não tinha esse planejamento articulado do jeito que tinha que ter no Território da Cidadania, esse ao me ver, isso é uma posição minha, teve um distanciamento, então entre demandas e participação de movimentos sociais e as tradicionais políticas públicas, inclusive do próprio governo federal, essa incompreensão, do que você tá ainda, de que o velho não morreu e novo não nasceu, prevaleceu a visão tradicional, entre as demandas do movimento social com a visão de um não planejamento de políticas públicas não planejadas, isso desarticulou, chegou um tempo em que eram verdadeiras batalhas por demandas entre os movimentos sociais e prefeituras, quer dizer isso é concebível na visão territorial, mas isso aconteceu, e houve o isolamento e hoje vejo política praticamente nenhuma de territorialidade, embora tenha parado de participar, mas eu não vejo, a não ser algumas ações específicas de algumas entidades que articulam por necessidade parcerias, mas não é na visão de planejamento de políticas públicas que teria que ser na visão do território, uma visão de articular todos os dezenove ministérios, imagina a complexidade disso, numa discussão de políticas públicas articuladas de governo federal, de governo estadual, de governo municipal, com os movimentos sociais, com as cooperativas, com as organizações, quer dizer as ONGs são hiper socialista, é uma visão bem avançada assim, que pra ela parou no conflito das pessoas olharem o seu entorno e não conseguir avançar nessa articulação de entender que um precisa do outro na verdade para acontecer, muitas políticas surgiram através do município passaram a não vir, então surgiram algumas das ONGs, começaram de certa forma a monopolizar essa visão, trazendo algumas coisas focadas nos movimentos sociais, mas trabalharam isolados, hoje eu não tenho conhecimento se isso avançou, não sei se você vai ver se você entrevistar os prefeitos atuais, poucos sabem da importância de uma política de território da cidadania, de certa forma vivenciou isso, houve um isolamento. De modo geral é isso, mas teve muitas conquistas, seriam conquistas que compreendidas nessa dimensão de articulação entre governo como compromisso com o cidadão com as demandas da sociedade, teriam bons resultados, e hoje, por exemplo, você

tem entreposto que não funcionou, você tem quites de inseminação artificial que chegou na prefeitura e foi distribuída eu não sei de que jeito, você tem as ONGs, que segurou um monte de coisa pra si e não focou na demanda territorial, cada um em si, de certa forma se isolou e, pra mim não existe uma política territorial, ela não conseguiu se implantar, um trabalho muito legal, quando era território da agricultura familiar e quando chegou nesse nível maior, eu acho que ninguém soube lidar cada um se focou em si para uma demanda de grande necessidade e deu a importância disso a necessidade, sobretudo a importância de que era uma política de um governo popular, que teria que ouvir a população, teria que ouvir os movimentos sociais, e também em contrapartida os movimentos sociais teriam que respeitar as instâncias, que é interessante fazer a pensar, articular, se reunir, se abraçar e produzir isso, então houve uma divisão até no campo ideológica eu diria e que atacou, também da importância do território da cidadania.

Valdecir de Carvalho: Professor, no sentido assim de que para Terra Nova enquanto o senhor esteve à frente, estava trabalhando na Política dos Territórios, em que os municípios ganharam por estar inserida no Portal da Amazônia, uma avaliação que o senhor faz uma visão assim de certa forma até pessoal do senhor?

Professor Domingos: Eu não tenho uma visão, é outra visão que o pessoal tem, a briga maior é uma visão por empreendimento, quer dizer se você tem um empreendimento, e a agricultura familiar não sabe o que fazer, é melhor não tê-lo, agora o que teve do ponto de vista do Território da Cidadania pra Terra Nova do Norte, é que a gente fez determinados trabalhos, a gente conseguiu articular, teve de certa forma projetos muito bons, por exemplo, um deles, projeto do próprio vê articulado no movimentos sociais, teve investimentos no trabalho com a cooperativa, de produção orgânica, com esse posto que chegou a funcionar, mas foi um momento que se discutiu um grande nível, que se agente chegar a discutir isso, se reunir com a educação, planejar atividades, por exemplo hoje você chega nas escolas de Terra Nova e também no campo nessa época o PROINFO não existia, a gente definiu isso, as arcas do livro, que era uma ideia disso, aí algumas havendo outras que foram discutidas nesse nível não do ponto de vista que era o conflito de discutir o que era trazer empreendimento, prefeitura queria trazer uma coisa, movimentos sociais queria trazer outra, mas eu acho assim que a conquista não se deu no campo de infraestrutura especificamente, ela se deu no campo em determinado momento. Hoje não existe isso em Terra Nova, é evidente que não exista essa discussão nas outras, eu desconheço, por que também fiquei fora, eu posso ser errado, mas eu acho que a gente avançou muito nisso, nós chegamos a fazer planejamentos municipais, planejamentos regionais da agricultura familiar, e nesse momento a gente focou em muita

coisa, os municípios tiveram mais força pra buscar as pessoas, desarticulou depois, que ele foi quando (...). Mas assim dentro desse planejamento, nós tivemos alguns estudos que algumas entidades fizeram, por exemplo, um dos seus estudos, que deve estar por aí ainda, é que a gente só sabia no senso comum, mas cientificamente não, que, por exemplo, os produtos que a população do território se alimenta, que não é do agronegócio, cerca de 80 por cento vem de outro centro, esse estudo ele está presente, no outro estudo que foi feito, mas que depois com base nisso não teve a continuidade, também por falta de recurso e de visão de política pública dos ministérios e dos Estados, foi a falta de dar continuidade a isso, o que a gente finalizou no planejamento. A gente fez um planejamento municipal, nós fizemos um planejamento microrregional e o planejamento de todo o território nos dezesseis municípios, se você olhar hoje tem tudo isso, tem os focos, o que é, tem diagnóstico e tudo, você tem praticamente um indicativo, não é só para aquele tempo, se você olhar hoje se um prefeito pegar aquilo, se um secretário de Estado pegar, se o governo pegar, ainda está muito viva o que é a necessidade da educação, da saúde, e de infraestrutura, de saneamento, infraestrutura de água e indústria. Então esse foi um avanço, que eu digo assim que foi construindo socialmente, então esse é um avanço é maior do que qualquer cooperativa conseguia alguma coisa por não saber o que fazer com ela, e o que não teve nisso foi a continuidade, bom e finaliza que é isso, o que o município fez com a política pública, o que o Estado fez, e sobretudo o que o governo federal fez com essa política pública, e isso tem todo esse planejamento, a gente discutiu muito, se reunimos muito, discutimos, nós tivemos abrangências de milhares agricultores familiares, participando disso em todos os municípios.

Valdecir Carvalho: Uma constatação, que a pesquisa tá chegando nesse resultado, nós temos assim uma diferença no investimento do programa do governo Dilma e do governo Lula, o volume de investimento no programa território da cidadania no governo Lula é imenso, em 2010 entra Dilma, aí no governo Dilma o programa ele praticamente acaba, aí em 2012 ele vem com o nome de Brasil sem Miséria, que é um novo momento do programa, quando ele vira Brasil sem Miséria que é o atual, a gente vê que não há articulação, não essas reuniões que haviam na gestão do Lula, até por que eu acho que a questão de recurso ela é era (...).

Professor Domingos: Não é só recurso, é concepção de mundo, é quem estava liderando isso, então você vai ver quem coordenava no MDA, que era o que articulava tudo, chamado Humberto, conhecido por aí, mundo afora, Humberto é uma autoridade, um cara para você estudar ele, eu acho que é a pessoa ideal pra ver isso, você vai notar nos planos e ele estará, mas eu acho que o que aconteceu teve dois momentos pra mim, no meu modo de ver, que ultrapassa a questão de governo, de recurso também, por que quando mudou a visão, mudou o

foco, mas existe um paralelo nisso quando era território da agricultura familiar, e com abrangia mais, não tinha recurso por que não estava planejado para isso, e o pessoal que assumiu decididamente no governo federal, me pareceu que não estava preparado para essa demanda, inclusive financeira. Quando você tem uma demanda reprimida, a gente chama demanda reprimida, são dez em cinquenta anos que os movimentos nunca viram isso, daí eles veem essa necessidade, daí levanta e planeja, e daí não vem, desestimula, desacredita, então quando era pequeno, vinha um recurso pequeno, quando era território do MDA da agricultura familiar, você vai ver lá os recursos de quatrocentos, quinhentos mil, e você discutia algumas coisas no nível menor. Quando começou essa discussão, primeiro que não conseguia traduzir em resultado todas as demandas que tinham, a outra que era muito grande não conseguia discutir, então o que nós temos os participantes praticamente de que mais precisavam puxou a discussão liderando isso, mais as demandas continuaram sendo articuladas entre governos, por outras políticas que não foram articuladas nesse nível, então é um pouco de compreensão, é a questão de recursos, mas eu acho que mais por isso tem dois aspectos pra mim: é a ampliação demasiada, e a expansão bateu numa visão tradicional direto que continua sendo, está direto no município. Se você pesquisar você vai ver isso, as demandas da saúde que não eram, você vai ver que nesse momento tinha municípios como Colíder que conseguiu um monte de coisa, e que nas demandas de Colíder não era isso, então você vai ver que o que estava planejado seria mais para determinados municípios, mas continua a política tradicional de ir lá com os filhos, com a influência política e trazer recursos de uma entidade para outra, pela dimensão aumentou.

Valdecir Carvalho: Então há municípios lá naqueles itens, o que precisa ter para entrar no Programa Território da Cidadania, no território rural, ter comunidade tradicional, então quer dizer tem municípios que (...).

Professor Domingos: Tem que ter agricultura familiar, a estratégia da política do território da cidadania era para quem mais precisava, e ai tinha que ser critério de planejamento, quando ampliou, isso não conseguiu, mas essa discussão.

Valdecir Carvalho: Uma outra constatação da pesquisa, tem município como Alta Floresta e Colíder dentro daqueles índices de IDH, é um município que está muito bem classificado no IDH.

Professor Domingos: Sim, mas ele tinha os movimentos sociais.

Valdecir Carvalho: Movimento social e comunidades tradicionais, ai o município de Claudia, por exemplo, que tem um IDH baixo, tem uns níveis, tem uns grandes números de cadastrados nos programas sociais, aquela coisa toda que é um item também para o município

ser território, e não é território da cidadania, aí você tem Colíder e Alta Floresta que aqui no nosso contexto tem uns melhores números de IDH.

Professor Domingos: Mas você viu que bate com a constatação que eu acabei de falar?

Valdecir Carvalho: Bate, então é assim tem municípios que não necessitavam.

Professor Domingos: Não seguiu para uma visão ideológica, manter-se a política tradicional e não territorial, não se refletiu o plano, o plano indica uma coisa e a política pública outra, o que andou nesse nível, se você for cruzar os dados teve movimentos sociais e IOV, por exemplo, que passou ter uma força meio que isolado e aí trazia coisas para uns movimentos sociais, entendeu?

Valdecir Carvalho: Entendi.

Professor Domingos: Que também não foi legal, por que só olhou o lado que ele tinha atuação, Carlinda, você vai ver isso, eu participava do núcleo dirigente, não era ainda NEDTS.

Valdecir Carvalho: Então assim professor, a respeito, por exemplo, de infraestrutura o senhor não acompanhou muito, só acompanhou muito mais a implantação do programa enquanto política, mas quanta estrutura, infraestrutura.

Professor Domingos: Não, com a Infraestrutura também, por não ter essa visão, ter vinda estrutura no começo que eu coloquei, teve infraestruturas que não tinha essa compreensão muito bem legal, e que foi para alguns municípios, e que não exerceu o papel dele até hoje, deu alguma coisa no município, teve posta pra ser posto que nunca foi, alguns projetos específicos e alguns NEDETS que usaram o termo “território da cidadania” focaram em alguns públicos, e não noutro, então isso desanelou, mas eu acho que ele não chegou a ser território da cidadania, eu acho que ele não chegou a ser, ele foi bem território da agricultura familiar, e ele não chegou a ser território da cidadania.

Valdecir Carvalho: Então ele foi território rural, do território ele passa...

Professor Domingos: Para cidadania ele desmanchá-lo, e manteve-se a política tradicional, o que ficou de territórios da cidadania foi planos, mas você vai ver o atendimento com políticos, teria que ter os ecos disso, não tem, isso coincide com algumas pessoas que foram mexidas com a mudança de governo, eu não sei se é repulsa, mas pessoas, cabeças influenciam, e eu sugiro você entrevistar o Humberto.

Professor Domingos: Eles fizeram um estudo bem legal, sobre a comunicação no território, um cruzamento da importância da comunicação.

Valdecir Carvalho: Dá um trabalho e meio

Professor Domingos: Seria bom você ver, tinha, por exemplo, para minha participação, nesse estudo que eles fizeram, a gente tinha um papel fundamental dentro disso, e de certa forma se perdeu um pouco depois com andar, nessa visão de comunicação, de formação de consciência e tudo isso.

Valdecir Carvalho: Através de redes?

Professor Domingos: Através de redes de comunicações, foi feito um estudo bem legal, eles demandaram, eu devo ter por aí, é lindo o trabalho, muito legal, e tinha assim por ordem quais as entidades que influenciavam mais, nesses pontos quais eram as pessoas, que eram mais respeitadas dos pontos de vistas conceituais, foi feito uma rede, eles fizeram uns traços, de influência como era isso, foi muito legal, isso é no começo, mas que se perdeu também.

Valdecir Carvalho: O projeto era enorme, o projeto era enorme, eu vejo assim o maior Terr Nova no Brasil sem Miséria.

Professor Domingos: E de repente ele voltou para o foco, e se você voltar especificamente, por que ficou muito solto.

Valdecir carvalho: E ficou esquecido.

Professor Domingos: Não tinha metas, por que assim no território rural, dava para estabelecer, nesse era muito abrangente, envolveu o que era um avanço, com algumas divisões internas, e movimentos sociais que sempre tiveram, mas isso era normal, por que tem a visão mais avançada, mais tradicional, mais monopolizada, e foi articulada com entidades, que batalhava pelo projeto em cada unidade essa coisa toda. E tinha os movimentos ai, mas muito mais desligamento com a política pública municipal, estadual também, o estado não participava, os municípios também não participavam, os municípios não iam, eles iam brigar por demandas com outras cidades.

Valdecir Carvalho: Tem a sobreposição de políticas públicas, e quando uma política pública ela é inserida num campo que já há políticas públicas, a sobreposição também é um problema.

Professor Domingos: Mas foi o que aconteceu, por não seguir um planejamento do território, e por manter a velha tradição do filho, quem tem mais força vai ficar lá.

Valdecir Carvalho: O poder público dá influência do poder político, na sua experiência trabalhando com programas territoriais, você chegou de ver assim alguma influência política?

Professor Domingos: Como do ponto de vista tradicional ou da política pública?

Valdecir Carvalho: Não, do ponto de vista da política, de um território ser privilegiado por que há representantes com maior poder, sei lá de persuasão, enfim.

Professor Domingos: Com certeza teve, a gente conseguiu vivenciar algumas demandas nacionais que não era diretamente por uma demanda planejada de necessidade, o território

tinha força política, assim como aconteceu internamente aqui, acontecia em todo Brasil, mas eu acho que isso é normal, isso faz parte, por que, por exemplo, você tem uma liderança que compreende o que é o território, e busca pelos seus, você pode ter um grupo de políticos que por não compreender, não busca na visão do território, não tem o eco na política pública de governo federal, então bate as duas visões, e aí você diz bom em tal lugar tem o respeito, tá articulado, tem liderança, vai pra lá, é uma visão de competência relacionada à ideologia, visão de mundo.